



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



Mestrado
em Letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS – CCHSL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGLe
MESTRADO EM LETRAS

ALEXANDRE DA SILVA SOUSA

LUGARES DE MEMÓRIA E IDENTIDADES: estudo toponímico das escolas da rede
estadual de ensino de Imperatriz/MA

Imperatriz/MA

2022

ALEXANDRE DA SILVA SOUSA

LUGARES DE MEMÓRIA E IDENTIDADES: estudo toponímico das escolas da rede estadual de ensino de Imperatriz/MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Estudos Literários e Estudos Linguísticos, da linha de pesquisa Memória, Linguagem e Ensino.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Suany Dias Cavalcante.

Imperatriz/MA

2022

S725I

Sousa, Alexandre da Silva

Lugares de memória e identidades: estudo toponímico das escolas da rede estadual de ensino de Imperatriz/MA / Alexandre da Silva Sousa. – Imperatriz, MA, 2022.

124 f. ; il.

Orientadora: Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2022- Programa de Pós-Graduação em Letras.

1. Léxico. 2. Toponímia. 3. Memória I. Título.

CDU 81'37

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: Raniere Nunes da Silva CRB13/729

ALEXANDRE DA SILVA SOUSA

LUGARES DE MEMÓRIA E IDENTIDADES: estudo toponímico das escolas da rede estadual de ensino de Imperatriz/MA

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Márcia Suany Dias Cavalcante
(Orientadora)

Professora Dr^a Maria Célia Dias de Castro
(Examinadora)

Professora Dr^a Marta Helena Facco Piovesan
(Examinadora)

DEDICATÓRIA

À minha mãe, pelo amor incondicional, e ao meu pai, que se encontra no céu.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por guiar todos os meus passos e permitir que eu finalizasse mais este trabalho.

À professora Márcia Suany Dias Cavalcante, pela paciência na orientação e incentivo, pois tornou possível a conclusão desta Dissertação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGLe, que foram essenciais na minha vida acadêmica -, alguns estão presentes desde o período da graduação - e para o desenvolvimento deste trabalho.

Quero agradecer, em especial, às professoras Célia Leite e Lilian Castelo Branco, por sempre terem me incentivado e ajudado nesta fase da minha vida, pelos conselhos e pela amizade.

Aos colegas da primeira turma do PPGLe, pelas discussões enriquecedoras em sala de aula, que contribuíram para o nosso desenvolvimento enquanto profissionais e seres humanos, que vivem em sociedade e participantes das discussões que permeiam a nossa realidade.

A meus pais, irmãos e a toda a minha família que, com muito carinho, confiança e motivação não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da vida.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e apoio constantes.

Aos participantes desta pesquisa, pela concessão de informações importantes para a realização deste estudo.

A todos que, de algum modo, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa teve como proposta principal analisar os topônimos das escolas da rede pública estadual e urbana de Imperatriz/MA a fim de identificar estruturas linguísticas e aspectos motivacionais que podem ser percebidos a partir da escolha dos nomes investigados. Especificamos “escolas públicas” como instituições de ensino gratuito de educação básica, compreendendo apenas o Ensino Médio (1ª a 3ª série). A memória e as identidades destes espaços sociais fazem parte da cultura do povo imperatrizense que por ali passaram, por isso fez-se necessário resgatar sua história e compreender a riqueza de suas nomeações. Levando em consideração que é comum nomear os espaços físicos em qualquer localidade e pelo fato de o indivíduo transitar pelo espaço escolar, surgiu o questionamento sobre o que teria motivado a criação do nome de uma dada escola. Por isso, fizemos a delimitação desse *corpus* de investigação. Foram catalogadas 20 escolas e, após tabulados os dados, foi possível identificar que a maioria dos topônimos escolares são Antropotopônimos, ou seja, topônimos relativos aos nomes de pessoas. Imperatriz, município onde as escolas se localizam, pertence ao estado do Maranhão e possui 170 anos de existência, tendo a sua economia essencialmente baseada na agricultura e pecuária, além de o setor de bens e serviços possuir um certo destaque. Dessa forma, tem-se como base de sustentação a Onomástica, ciência da linguagem responsável pelo estudo dos nomes próprios, em que a Toponímia faz parte e observa e descreve com a perspectiva dos nomes próprios de lugares. A toponímia é interdisciplinar por dialogar intimamente com outros componentes curriculares, como a História, a Geografia, a Sociologia e a Antropologia. Para a pesquisa, fez-se o uso do aporte teórico de Dick (1980, 1990a, 1990b, 1992, 1996, 2004, 2007), Dargel (2003), Carvalhinhos *et al* (2007), Vasconcelos (1931), Carvalhinhos (2002, 2007), Fernandes (1941), Oliveira; Isquerdo (2001, 2007), Pollak (1992), Hallbwachs (2006), Hall (2006), entre outros. Com a pesquisa, foi possível definir que cada topônimo escolar reflete em si a história do lugar, que é repleta de significação. No entanto, as memórias arquivadas estavam perdidas no tempo, pois o exercício de rememorar o passado não é algo feito com frequência.

Palavras-chave: Léxico. Toponímia. Memória. Escolas.

ABSTRACT

The main purpose of this research was to analyze the toponyms of public state schools in urban area in Imperatriz/MA in order to identify linguistic structures and motivational aspects that can be perceived from the choice of the names investigated. We specify “public schools” as free basic education institutions, comprising only high school (1st to 3rd grades). The memory and identities of these social spaces are part of the culture of the people of Imperatriz who passed by it, so it was necessary to rescue their history and understand the richness of their nominations. Taking into account that it is common to name physical spaces in any location and because the individual transits through the school space, the question arose about what would have motivated the creation of the name of certain school. Therefore, we made the delimitation of this research corpus. 20 schools were cataloged and, after tabulating the data, it was possible to identify that most school toponyms are Anthrotoponyms, that is, toponyms related to the names of people. Imperatriz, the municipality where the schools are located, belongs to the state of Maranhão and has 170 years of existence, and its economy is essentially based on agriculture and livestock, also the goods and services sectors have a certain prominence. In this way, this research has its basis on Onomastics, the language science responsible for the study of proper names, in which Toponymy is a part and observes and describes the perspective of the proper names of places. Toponymy is interdisciplinary because it interacts closely with other curricular components, such as History, Geography, Sociology and Anthropology. For the research, the theoretical contribution of Dick (1980, 1990a, 1990b 1992, 1996, 2004, 2007), Dargel (2003), Carvalhinhos et al (2007), Vasconcelos (1931), Carvalhinhos (2002, 2007), Fernandes (1941), Oliveira; Isquerdo (2001, 2007), Pollak (1992), Hallbwachs (2006), Hall (2006), among others. So, with this research, it was possible to define that each school toponym reflects in itself the history of the place, which is full of meaning. However, the memories rescued here were lost in time, as the exercise of remembering the past is not something done often.

Keywords: Lexicon. Toponymy. Memory. Schools.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Representação do Princípio do Relativismo Linguístico	29
Quadro 2: Sintagma toponímico	41
Quadro 3: Modelo taxionômico de Dick.....	42
Quadro 4: Ficha lexicográfico-toponímica	51
Quadro 5: Ficha nº 1 – Centro de Ensino Amaral Raposo.....	54
Quadro 6: Ficha nº 2 – Centro de Ensino Caminho do Futuro	55
Quadro 7: Ficha nº 3 – Centro de Ensino Delahê Fiquene.....	55
Quadro 8: Ficha nº 4 – Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa.....	56
Quadro 9: Ficha nº 5 – Centro de Ensino Estado de Goiás.....	56
Quadro 10: Ficha nº 6 – Centro de Ensino Governador Archer.....	57
Quadro 11: Ficha nº 7 – Centro de Ensino Graça Aranha.....	57
Quadro 12: Ficha nº 8 – Centro de Ensino Jovens e Adultos.....	58
Quadro 13: Ficha nº 9 – Centro de Ensino Militar Tiradentes II.....	58
Quadro 14: Ficha nº 10 – Centro de Ensino Mourão Rangel.....	59
Quadro 15: Ficha nº 11 – Centro de Ensino Nascimento de Moraes	59
Quadro 16: Ficha nº 12 – Centro de Ensino Newton Barjonas Lobão	60
Quadro 17: Ficha nº 13 – Centro de Ensino Nova Vitória.....	60
Quadro 18: Ficha nº 14 – Centro de Ensino Professor Edinan Moraes.....	61
Quadro 19: Ficha nº 15 – Centro de Ensino Raimundo Soares da Cunha	61
Quadro 20: Ficha nº 16 – Centro de Ensino Integrado Tancredo de Almeida Neves	61
Quadro 21: Ficha nº 17 – Centro de Ensino União.....	62
Quadro 22: Ficha nº 18 – Centro de Ensino Urbano Rocha	62
Quadro 23: Ficha nº 19 – Centro Vespasiano Ramos de Ensino Vespasiano Ramos	63
Quadro 24: Ficha nº 20 – Centro de Ensino Vinícius de Moraes.....	63
Quadro 25: Disposição taxionômica das escolas estaduais de Imperatriz/MA....	64
Quadro 26: Guia de Aprendizagem	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Colégio Dorgival Pinheiro de Sousa (1983)	26
Figura 2: Escola Santa Teresinha (1983)	26
Figura 3: Grupo Escolar Governador Archer (1983)	27
Figura 4: Classificação dos tipos de dicionários.....	35
Figura 5: Mapa do bairro Bacuri	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CP - Caderno Pedagógico

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MA – Maranhão

MD - Material(is) Didático(s)

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PP – Projeto Pedagógico

PTT – Produto Técnico-Tecnológico

SD – Sequência Didática

SEDUC-MA – Secretaria de Estado da Educação do Maranhão

SINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura

UREI – Unidade Regional de Educação de Imperatriz

ZR – Zona Rural

ZU – Zona Urbana

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1 “LUGARES DE MEMÓRIA”, IDENTIDADE E A HISTÓRIA DAS ESCOLAS PÚBLICAS IMPERATRIZENSES	19
1.1 Lugares de memória e identidade que se entrecruzam	19
1.2 Breve histórico das escolas públicas da cidade Imperatriz/MA	26
2 LÉXICO: A MAGIA DA PALAVRA.....	31
2.1 Língua(gem) e cultura	31
2.2 As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia	35
2.3 Toponímia: o estudo dos nomes dos lugares	40
2.4 Base Nacional Comum Curricular	50
3 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A PESQUISA EM TOPONÍMIA.....	55
3.1 Meios de abordagem.....	55
3.2 Instrumentos de pesquisa	57
3.3 Delimitação do universo da pesquisa.....	58
4 ANÁLISE DA TOPONÍMIA DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA URBANA DA CIDADE DE IMPERATRIZ/MA	59
4.1 Análise dos topônimos das escolas da rede pública estadual	60
5 PRODUÇÃO TÉCNICO-TECNOLÓGICA (PTT).....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	
ANEXO	

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considero¹ relevante contar um pouco da minha história neste trabalho, que reflete uma parte de mim, e declarar que nem nos sonhos mais fantásticos imaginaria que pudesse chegar até aqui. Tudo isso porque minha trajetória acadêmica iniciou-se no ano de 2010, quando graduei em Letras Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas, em 2015, e, após isso, foram quatro anos trabalhando como professor e quatro participações sem sucesso em processos de seleção para cursos de mestrado em Letras no Pará, Tocantins e Goiás. Até que no ano de 2019 soube da implantação do programa de Pós-graduação em Letras na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, a nossa UEMASUL, e Deus me honrou com a aprovação.

Essa pequena parte da história se deve muito às minhas heranças familiares. Sou neto da dona Tomaza e do seu Benedito, os quais não pude conhecer (avós paternos) e da dona Justina, que me deixou aos seis anos, e do seu Luiz, que se foi quando eu tinha em torno de oito anos. Minha mãe sempre contava que a minha avó se tornava a dona daquele lar quando vinha nos visitar, fazia a comida, trazia vários mantimentos da roça e, na hora do almoço, ela tinha o prazer de colocar a comida para todos à mesa.

Sempre muito cuidadosa, organizada e zelosa pela sua casa, levantava os filhos às 5h da manhã para realizarem as atividades do dia. Além disso, contava histórias infantis, como a Branca de Neve, Bela Adormecida e o Lobo Mal, só que de forma adaptada, e viajávamos no mundo da imaginação durante os seus contos.

Seu Luiz, por sua vez, era um homem introspectivo, trabalhador e respeitado pelos filhos apenas por sua forma de olhar. Uma experiência da minha mãe que chamou a atenção foi durante a sua infância. Meu avô gostava de caçar e pescar, e dos filhos, minha mãe era a única que o acompanhava, os outros sempre falavam que estavam cansados. Saíam em um cavalo selado, à noite, e iam caçar com o cachorro da família.

Falar em meus avós traz memórias e histórias de uma infância simples e cheia de ensinamentos sobre a vida. Eles se foram, mas as lembranças da educação que recebi deles, mesmo estes não sendo escolarizados, é o que me faz ser o Alexandre.

¹ Venho justificar que a escolha do discurso em primeira pessoa ocorre em detrimento da exposição dos relatos de memória e identidade pessoais. Adiante, seguirei de forma impessoal, em terceira pessoa, apresentando informações sobre a pesquisa.

Filho de Dulcinéa, ou carinhosamente chamada de Dulce, desde a adolescência, aos 15 anos, saiu de uma fazenda no interior do município de Riachão/MA, para trabalhar como empregada doméstica em Fortaleza/CE, às vésperas do Natal. Nesse momento, ela havia começado a estudar o ensino primário. O trabalho de doméstica perdurou por 14 anos.

O acesso à escola aconteceu anos depois e contribuiu bastante para a sua formação enquanto indivíduo pensante. Hoje, é uma professora, a minha maior mestra da educação e da vida. É uma mulher forte, inteligente, competente e cuidadosa em tudo o que faz. Ela é a minha maior incentivadora, até mesmo nos momentos em que eu mesmo não acreditava em mim. É quem me apoia e me instrui, mas também corrige no momento certo.

De minha mãe, tenho memórias que vão desde os espaços da casa em que morava na infância, nos momentos após o almoço, em que ela, pacientemente, parava para ensinar as tarefas da escola para mim e minha irmã, até os momentos mais simples de conversa e brincadeira ou até mesmo quando ela me levava para algum lugar para brincar ou ir à escola. Muito rigorosa, sempre quis que os filhos trilhassem o caminho dos estudos e trabalho para que tivéssemos um futuro confortável.

Já seu José, falecido em 2021, vítima de complicações da Covid-19, sempre foi um homem muito sério nos espaços sociais, porém sempre foi um pai amoroso e zeloso. Ele, mesmo sem muito estudo, sabia que eu precisava trilhar por esse caminho a que ele não teve acesso e não mediu esforços para me auxiliar em tudo que eu precisasse. Gratidão.

E você deve estar se perguntando o porquê de eu estar falando da minha história, trazendo memórias do passado. Sim, as histórias e memórias passadas são o ponto de partida para os estudos realizados, pois juntamente com a identidade de cada objeto investigado, consegue-se estabelecer um panorama da origem toponímica.

Além disso, os elementos que formam a memória humana partem de um registro individual para, assim, chegar a um meio coletivo ou de grupo, tendo como principal característica o local em que o indivíduo se sente pertencente. A memória é constituída por lugares, pessoas e personagens e, por isso, que existem lugares de memória, lugares de lembrança e lembranças pessoais que não precisam necessariamente ter relação com o tempo cronológico.

Esta pesquisa tem como base a Onomástica, que é o estudo dos nomes próprios, mais especificamente a Toponímia, responsável por discutir os nomes próprios de lugares, colocando em evidência o uso da língua e da linguagem, inerentes aos seres humanos. Com os estudos toponímicos, busca-se como sustento a investigação dos nomes das escolas da rede pública estadual da área urbana de Imperatriz/MA. Para isso, foi necessário se apoiar em documentos oficiais de instituições de ensino, como o Projeto Pedagógico de cada escola participante, além de dialogar com algumas pessoas para fornecerem informações relevantes à pesquisa.

A língua é dinâmica e capaz de se transformar constantemente, bem como propiciar um inesgotável campo de pesquisa. Salienta-se que a intenção principal é a de desvendar as nuances dos vocábulos e a capacidade que eles têm de se transformar em outras palavras, bem como explorar seus sentidos.

Fiorin (2013, p.8) destaca que “a linguagem é um instrumento que nos acompanha em todos os momentos de nossa vida, tem um poder para o bem e para o mal (por exemplo, com ela sussurramos palavras de amor e com ela caluniamos)”. Por esse motivo, é que deve ser valorizada, a tal ponto que é necessário analisar os seus pormenores para observar o primor da palavra, desde o significado que há por trás de uma placa de trânsito até uma narrativa machadiana, por exemplo. A linguagem é inerente a todos os seres vivos, sobretudo aos humanos, que são capazes de emitir sinais verbais por meio da comunicação, na fala ou na escrita.

Ressalta-se que a proposta de análise das denominações escolhidas deu-se por conta das poucas produções que abordam a temática no contexto local. Dentre estas, podem ser citados o artigo científico “Aspectos Onomásticos-Toponímicos e efeitos de sentido na (re)nomeação de escolas públicas do Maranhão”, de André da Silva Santos e Deijeane Gomes Morais, e a dissertação de mestrado “Nomeação de lugares na língua de sinais brasileira: uma perspectiva de Toponímia por sinais”, de José Ednilson Gomes de Souza Júnior, da Universidade de Brasília (UnB), que não é local, mas faz análise de sinais toponímicos de Imperatriz/MA. Nesse sentido, a pesquisa proposta nesta Dissertação pode contribuir para estudos futuros, uma vez que não é um assunto explorado na região e é pertinente conhecer a origem dos nomes de logradouros, assim como outros locais públicos da cidade.

O *corpus* de estudo contempla os topônimos das instituições de ensino de Imperatriz/MA: escolas estaduais do ensino médio (da 1ª a 3ª séries). De acordo com o censo escolar de 2018 (QEDU, 2018), existem 20 escolas na área urbana.

Como questionamento primordial da presente pesquisa, tem-se o seguinte: quais as motivações para a nomeação das escolas públicas da área urbana de Imperatriz/MA? Observa-se que os topônimos destes estabelecimentos de ensino possuem nomeação com causas diversas, as quais são aqui objeto de investigação. O objetivo geral desta pesquisa, portanto, é analisar os topônimos das escolas públicas urbanas de Imperatriz/MA a fim de identificar estruturas linguísticas e aspectos motivacionais que podem ser percebidos a partir da escolha dos nomes investigados.

Como objetivos específicos, atentou-se para:

- Fazer um levantamento dos nomes das escolas públicas da zona urbana do município de Imperatriz/MA;
- Apresentar noções de memória e identidade e a história das escolas;
- Pesquisar dados históricos e a definição lexical dos nomes das escolas investigadas;
- Classificar os topônimos a partir das taxionomias propostas por Dick (1980, 1990a, 1990b);
- Analisar os topônimos selecionados para a pesquisa quanto aos padrões motivadores;
- Possibilitar que a comunidade em geral tenha acesso ao conteúdo desta pesquisa, com a produção de um Caderno Pedagógico, a fim de conhecer o estudo relativo aos fatores da língua e do contexto histórico-cultural e local que influenciaram a escolha das denominações dos logradouros pesquisados.

Os procedimentos metodológicos básicos são compostos por revisão de literatura, levantamento de corpus e análise documental, além do contexto em que a pesquisa se insere e seus instrumentos. O quadro teórico utilizado é composto por Dick (1980, 1990a, 1990b, 1992, 1996, 2004, 2007), Dargel (2003), Carvalhinhos *et al* (2007), Vasconcelos (1931), Carvalhinhos (2002, 2007), Fernandes (1941), Oliveira; Isquerdo (2001, 2007), entre outros.

Nesse sentido, organiza-se a estrutura desta Dissertação para se ter um melhor conhecimento da trajetória desta pesquisa: Na INTRODUÇÃO, apresentamos uma

autobiografia do presente pesquisador, resgatando memórias relevantes e contextualizando o objeto de estudo. Foram iniciadas breves considerações em torno de língua(gem) e noções sobre o estudo do léxico.

No primeiro capítulo, LUGARES DE MEMÓRIA E IDENTIDADE: suas relações com a história das escolas públicas imperatrizenses, tratamos das discussões sobre Memória e Identidade; em seguida, fizemos um breve histórico das primeiras escolas de Imperatriz/MA.

No segundo capítulo, LÉXICO, A MAGIA DA PALAVRA, apresentamos teorias sobre Léxico, e algumas discussões sobre Onomástica, com foco na Toponímia. Ademais, buscamos apoio nos instrumentos legais da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a fim de dialogar com o estudo do léxico.

No terceiro capítulo – METODOLOGIA – abordamos o percurso metodológico utilizado na Dissertação.

Já no quarto capítulo, ANÁLISE DA TOPONÍMIA DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA URBANA DA CIDADE DE IMPERATRIZ, apresentamos a análise descritiva com todos os dados coletados na Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

No quinto capítulo, PRODUÇÃO TÉCNICO-TECNOLÓGICA – PTT, apresentamos um Caderno Pedagógico, contendo sugestões metodológicas para profissionais da educação, sobretudo professores de Língua Portuguesa e Geografia, interessados em nosso objeto de estudo.

Adiante, são feitas as CONSIDERAÇÕES FINAIS, seguidas das REFERÊNCIAS.

A seguir, discute-se acerca dos lugares de memória e identidade, além de descrever a história das escolas públicas da cidade de Imperatriz/MA.

1 LUGARES DE MEMÓRIA, IDENTIDADE E A HISTÓRIA DAS ESCOLAS PÚBLICAS IMPERATRIZENSES

Abre-se espaço, a seguir, para iniciar a discussão sobre como se apresentam as concepções de memória e lugares de memória, sobretudo, retratando o entrecruzar dessa teoria com as noções de identidade, no que diz respeito ao seu caráter social. Adiante, será abordada a história das escolas públicas da cidade de Imperatriz/MA, tratando dos primeiros estabelecimentos instalados e dos mestres precursores na educação local, tendo em vista a relação do ensino com a religiosidade. Dessa forma, iniciamos o primeiro ponto de discussão.

1.1 Lugares de memória e identidades que se entrecruzam

Este texto, que busca traçar uma discussão acerca dos lugares de memória e identidade, baseia-se, em particular, em reflexões que tentam compreender como a mente e os comportamentos humanos adequam-se a diversas situações da realidade. Assim sendo, trazemos o conceito de memória, esta que “[...] parece referir-se a uma persistência, a uma realidade de alguma forma intacta e contínua; a reminiscência (ou amnese ou reevocação), pelo contrário, remete à capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido” (ROSSI, 2010, p. 15).

Nesse sentido, percebe-se que é necessário fazer um esforço para trazer fatos ou histórias passadas retidas na mente humana, portanto, é essa a sua principal função, sendo assim um exercício satisfatório para ativar as funções vitais do ser humano. Quanto ao esquecimento, Rossi (2010) destaca que esse processo, também chamado de amnésia, ocorre devido a inúmeras situações cotidianas: por exemplo, um acidente ou quando o cérebro acha necessário armazenar informações mais relevantes.

Ainda sobre a memória, entende-se que ela é “[...] por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história pertence a todos e a ninguém (universal). A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993, p. 15). Dessa forma, define-se memória a partir de uma coletividade, pois há uma dependência entre o que um indivíduo pensa e como essa ideia é convencionalizada por um grupo social; ao mesmo tempo, ela possui suas

particularidades, uma vez que uma ideia concebida na mente humana pode ser construída, reconstruída e/ou desconstruída de várias maneiras e a partir de diversas possibilidades, a depender do ser humano em questão.

À vista disso, a memória é reflexo de experiências passadas, tanto é que Rossi (2010, p. 24) destaca que “a memória [...] sem dúvida tem algo a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro”. O autor destaca que a memória humana é, portanto, diacrônica, uma vez que é percebida através da evolução do tempo, pois fatos passados contribuem para a construção do futuro e vice-versa.

O autor defendia que o conhecimento, bem como a construção das ideias só são possíveis graças às percepções das experiências vivenciadas. Para reforçar a tese, Rossi (2010, p. 25) acrescenta que “nas situações histórico-culturais [...], a exigência do passado é frequentemente tão forte quanto a que diz respeito ao futuro”, ratificando a necessidade de seguir o percurso de memórias que remetam ao passado e refitam o futuro do indivíduo.

A discussão, agora, gira em torno do espaço, que será discutido na intenção de analisar o lugar como espaço da subjetividade humana, passível de projeção em produções que “refletem percepções do lugar de pertencimento de cada um que, por serem formas de expressão de uma memória íntima, caracterizam-se naturalmente como lugares de memória” (BERGSON, 2010, p. 14).

Com base nesses pressupostos, bem como na ideia de que os lugares constituem as identidades dos indivíduos que deles fazem parte, os lugares de memória em seu aspecto funcional estão em coexistência com aqueles de cunho material e simbólico, como foram definidos por Nora, de forma que se considera os objetos de análise desta Dissertação (os nomes das escolas públicas urbanas de Imperatriz/MA) formas de cristalização de lembranças carregadas de informações e representações diversas. Isso porque, nas palavras do próprio Nora (1993, p. 14), ao tratar da memória arquivística, “ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas”.

Acerca dos aspectos que caracterizam a memória, Halbwachs é enfático ao propor que ela é coletiva (levando em consideração que já trouxemos discussão a respeito). Mesmo partindo do pressuposto de que todo indivíduo possui uma memória, sendo, portanto, individual, as lembranças que cada indivíduo organiza é a partir da coletividade. Segundo esse sociólogo francês, “nossas lembranças permanecem

coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos ‘sós’” (HALBWACHS, 2006, p. 30). No contexto da discussão aqui proposta, essa proposição importa à medida que seja possível observar, a partir da análise de um indivíduo, características de um grupo social, espaço e época, ainda que acessadas por meio de uma visão particular e, conseqüentemente, subjetiva do indivíduo.

Trazendo para o contexto dos espaços escolares, objeto deste estudo, a memória e identidades carregadas pelos membros das instituições e das comunidades, as histórias orais agregadas nesses lugares, a permanência ou mudanças, sejam físicas, sociais, estruturais, entre outras, são importantes e ficam marcadas na mente das pessoas, uma vez que as recordações passadas podem ser boas ou não e há uma troca de energia entre a escola e o ser humano que ali convive.

E, nas palavras de Nora (1993, p. 9) “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”. Vale ressaltar que a memória é também seletiva, pois ocasionalmente lembramos do que é interessante para o nosso inconsciente. O que significa dizer que um mesmo evento pode ser lembrado e descrito de diferentes maneiras pelas pessoas ou grupos sociais que o presenciaram, fato que reforça o seu caráter subjetivo.

No âmbito da discussão dessa temática, Pierre Nora trouxe profundas contribuições ao tratar das oposições lugares de memória/homens-memória e memória/história. Em sua obra *Entre História e Memória – a problemática dos lugares*, na qual faz uma forte crítica à materialização da memória, reflete sobre o aspecto material dos lugares e incita o leitor a questionar a importância ou falta dela, atribuída “aos conjuntos construídos pelo tempo” (1993, p.26). Sobre a primeira oposição, o autor afirma não existir mais homens-memória, sob responsabilidade do processo de globalização, uma vez que estamos condicionando as memórias ao trabalho de historiadores e seus arquivamentos a lugares de memória. Apresenta ainda: a história em posição de antagonismo em relação à memória; coloca em questão a verdadeira função do que vem a ser “história”, ao afirmar que ela faz uma anulação do que “verdadeiramente aconteceu”; discorre sobre a indiferença que se apossa dos

indivíduos em sociedade sobre aspectos que constituem a memória coletiva, entre outras abordagens.

Mas o que caracteriza necessariamente os lugares de memória? A intenção de memória neles presentes. Quer seja material/concreto, como os objetos dispostos em museus, as fotos de família, as escolas, em que na fase da infância e adolescência, passa-se a maior parte do tempo, e as páginas de um diário; ou abstrato/simbólico, como os eventos comemorativos de marcos históricos ou mesmo um minuto de silêncio, que assim o constitui por reservar um tempo para evocações de lembranças. Trata-se, portanto, daquilo em que se deposita determinadas memórias, desde que, constantemente reanimadas possuindo, desse modo, uma identidade não apenas histórica, mas memorialista.

Com os topônimos ocorre da mesma forma, é um signo linguístico motivado e são étimos cristalizados que possuem identidade própria e memória que precisa ser reavivada para manter o seu valor. A influência sofrida pelo nome de lugar deve-se muito às questões linguísticas do lugar. Por exemplo, em Imperatriz, a presença de termos religiosos, políticos e voltados para a agricultura e pecuária são comuns por conta das influências desses setores.

Nora afirma que a memória é afetiva. Já é sabido e concordado que memórias não são construídas sozinhas e, por esta razão, mesmo uma memória individual é também coletiva. Mas falando sobre a afetividade (referente aos fenômenos psíquicos vivenciados na forma de sentimentos diversos), ela pode ser entendida como um dos ingredientes principais na construção de memórias; é o que também as diferenciam de fatos históricos. Por isso, atribui-se um sentido a um acontecimento que, apesar de espontâneo, não se dá de forma isolada; está em conexão com sensações já vividas e compartilhadas. Como resultado, pode-se ter no mais simples objeto a mais genuína referência memorial e identitária. Como observa Pollak (1992, p. 5):

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

As memórias percebidas nos objetos em análise são entendidas, na classificação proposta por Bergson (2010), como imagens-lembranças em oposição ao que ele denomina memória-hábito. Na interpretação de Bosi (1979), ao propor a

existência de dois tipos de memórias, esse filósofo francês as distingue como sendo esta uma forma de adestramento cultural no qual se dá pela repetição de gestos da vida cotidiana enquanto aquela é revestida de mais importância, pelo menos se as considera mais significativas na vida de quem as detém. Pois, “a imagem-lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas do dia-a-dia.” (BOSI, 1979, p. 11).

A memória coletiva correlaciona-se ao estudo do nome das escolas da rede estadual, pois o seu processo de nomeação se dá por meio da escolha da comunidade, pode ser convencionalizada por algum motivo, entre uma série de outros fatores. A falta da memória-hábito que, nesse caso, seria se familiarizar com o nome da instituição escolar, tendo em vista a mudança que ocorre no decorrer dos tempos, é uma problemática que cabe uma certa discussão, pois ocorreram duas situações em escolas da rede pública do estado do Maranhão, na cidade de Imperatriz: os então centros de ensino Castelo Branco e Edison Lobão, situados nos bairros Juçara e Parque Anhanguera, respectivamente, tiveram de passar por um processo de renomeação, por força do decreto nº 30.618, de 02 de janeiro de 2015, que proíbe a atribuição do nome de pessoa viva ou que tenha relação com a Ditadura Militar, que foi um episódio histórico de tortura, a bem público. Com os novos nomes, nessa ordem, Centro de Ensino Vinicius de Moraes e Centro de Ensino Edinan Moraes, a comunidade escolar passa por um processo até incorporar o novo nome em seu vocabulário. Boa parte das pessoas ainda usam os nomes antigos ao se referirem às devidas escolas justamente pela memória-hábito que está impregnada.

Colocando em discussão as concepções identitárias, aponta-se que não há um conceito básico, pois “‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (HALL, 2006, p. 8). Assim, fazendo a relação fenomenológica com o que se entende por memória -, que é, de fato, seletiva porque grava e organiza na mente o que lhe convém -, com o sentimento de identidade, que é a imagem impressa de como o sujeito se vê e é visto pelos outros, denota-se aqui que o indivíduo pode construir uma identidade na qual acredita e quer que as pessoas percebam.

Dessa forma, pode adquirir personalidades mais ou menos positivas, a depender da sua intenção. Na pesquisa em toponímia, deve-se ter um certo cuidado

na coleta de dados, pois há uma necessidade de obter informações sobre os documentos oficiais e a história oral do povo.

Como será observado nas análises empreendidas, o lugar de pertencimento de cada instituição escolar, associado a outros fatores, representa um importante elemento na composição de suas identidades. Isso porque, segundo Hall (2006, p. 38), “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre em ‘processo’, sempre ‘sendo formada’”.

No contexto social, a identidade configura-se como uma instância que vai de uma identidade velha – em declínio - a uma identidade moderna – em que se avalia uma crise de identidade - e, nesse percurso, podemos explorar algumas questões de identidade cultural na modernidade tardia. Hall enfatiza que as questões identitárias estão fragmentadas, ou seja, dissociadas da realidade porque diversas transformações ocorrem nas lutas de classes, de etnia, de raça, de gênero, entre outros, e isso se deve ao modo de pensar de cada indivíduo, às habilidades utilizadas para lidar com tais problemáticas e assim por diante.

A memória de um lugar pode ser, sensivelmente, forte ou fraca e vai depender de como o indivíduo adquiriu as impressões do espaço, a duração do tempo em que esteve ali e se houve ou não traumas, levando em conta que pode ocorrer o esquecimento de algumas lembranças. “[...] É esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída. [...] Os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 2013, p. 12). O apagamento da memória das pessoas pode ocorrer por conta de indivíduos influentes ou com grande poder de persuasão; reconstruir o percurso da memória apagada é trabalhoso, por isso é necessário estar sempre retroalimentando a história do seu povo.

“Todos os que dedicam sua vida a lembrar e a fazer os outros lembrar de pedaços conscientes do passado mais ou menos distante sabem que o passado é ‘país estrangeiro’, sabem que ele deve ser reconstruído” (PORTELLI, 2010, p. 30), isso porque rememorar histórias que já aconteceram é um exercício dificultoso, tendo em vista que detalhar os fatos, com um requinte de informações é o grande problema. Ter a lembrança dos lugares de memórias, por exemplo, é, acima de tudo, ser a escuta

e a voz, por meio da história oral, e fazer com que o patrimônio cultural de uma comunidade permaneça sempre vivo.

A discussão sobre o apagamento de memórias é endossada por Thomson, quando ele afirma que “[...] a memória não é confiável como fonte histórica porque fica distorcida pela deterioração física e pela nostalgia própria da idade avançada, pelas tendências pessoais tanto do entrevistador como do entrevistado e pela influência das versões coletivas e retrospectivas do passado” (THOMSON, 1997, p. 51). Assim, o material a ser coletado pode sofrer diversos tipos de influência no decorrer da coleta de informações que dependem do esforço mental, como o tempo de vida do indivíduo, o fato de o entrevistador ou o entrevistado ser tendencioso, ou seja, tentar determinar o roteiro acerca da investigação em questão e, ainda, de ser alterado em função de “ruídos” sociais – a sociedade, no decorrer do tempo, acaba modificando a história original e tudo isso ocorre no processo de história oral.

Observando essas discrepâncias na coleta de dados, justamente para dar qualidade, respaldo e caráter científico para esse tipo de pesquisa é que

“Nos últimos anos, historiadores orais de vários países vêm desenvolvendo métodos de entrevista e abordagens analíticas que envolvem uma compreensão mais ampla das reminiscências e da identidade [...]. Procuramos explorar a relação entre as reminiscências pessoais e a memória coletiva, entre memória e identidade e entre entrevistador e entrevistado” (THOMSON, 1997, p. 54)

A metodologia para esse tipo de pesquisa, mencionada por Thomson, tende a minimizar os “ruídos de informação”, pois haverá o confronto entre as lembranças vagas ou incompletas, individual e coletivamente, entre fatos que remetem à memória e à identidade dos sujeitos participantes e, também, o confronto das informações entre os envolvidos nesse tipo de pesquisa.

Nesse sentido, situação semelhante ocorre com o estudo dos topônimos, que possuem metodologia própria de estudo e a toponímia possui marcas da colonização e do processo de povoação na região em questão. Assim, na sequência, será aberta uma discussão sobre a história das escolas públicas de Imperatriz/MA.

1.2 Breve histórico das escolas públicas da cidade de Imperatriz/MA

A história da expansão escolar de Imperatriz/MA, ao longo do tempo, passou por várias transformações, em um momento em que o sistema primário público iniciou suas atividades em 1950, na segunda metade do século XX. Nesse sentido, a intenção aqui é descrever como ocorreu a fundação das escolas de Imperatriz e fazer um relato, também, sobre a formação das escolas primárias, rurais e supletivas, que funcionavam nas sedes e em povoados.

De certa forma, a história escolar de Imperatriz começa a ganhar espaço quando Frei Manoel Procópio do Coração de Maria funda a Vila do Pará no Maranhão e, seguindo ordens, funda também a Vila de Santa Tereza, que faz divisa com Maranhão e Pará. A intenção é fazer uma análise da distribuição espacial das escolas do território da cidade, uma vez que o documento está organizado em três partes: a primeira mostra as escolas primárias, destacando informações sobre tudo o que aconteceu no século XX; a segunda aborda como se deu a instalações das escolas de graduação em Imperatriz e a criação do primeiro grupo escolar; e a terceira expõe como se deu a expansão das escolas primárias, que passam a funcionar na sede do município e povoados na década de 1950. (Imperatriz, 2013)

O primeiro professor a lecionar no ensino escolar de Imperatriz foi padre Elias da Costa Moraes, percebendo a necessidade de ensinar à população o contato com as primeiras palavras. O religioso fundou a escola Ler e Escrever, no ano de 1977. Ele também foi o primeiro a receber uma remuneração do governo por seu serviço prestado. (Imperatriz, 2013)

No início do século XX, em meados de 1910, Elisa Moreira Ferraz começa a lecionar como professora da rede estadual de Imperatriz, em caráter provisório pela Comissão Escolar de Imperatriz. No governo de Magalhães de Almeida, surge a primeira escola estadual, que funcionava fora da sede do município, no povoado de Montes Altos, que era uma escola exclusivamente voltada para o sexo masculino, localizada na zona rural. Esse período é marcado pela realização de eventos, como concursos e pedidos de transferências por parte de professores. O governo passa por mudanças e, com a frequente transferência de professores concursados, a escolarização de Imperatriz vai pouco a pouco se desenrolando com a nomeação de professores interinos, em caráter provisório.

Fortunato Bandeira, em 1934, começou a fiscalização das escolas no interior do município e a visitar a escola de Montes Altos, descrevendo ao secretário geral do

Estado do Maranhão a situação de precariedade que as escolas apresentavam no atual momento. Segundo o prefeito

[...] a escola de Montes Altos se acha desprovida por completo de mobília para o funcionamento das escolas. A casa que atualmente funciona a escola, é uma palhoça, cujas paredes estão todas arrombadas sem uma porta, há tempo oferecida por alguns habitantes do lugar. No momento não há verba designada para aluguel de casa, para a escola em apreço, não podendo esta prefeitura remediar tal falta (IMPERATRIZ, 2013, p.46).

Fortunato Bandeira não escondeu do governo as dificuldades enfrentadas pela educação pública destinada aos mais humildes do município. Ele, em correspondência enviada para autoridades ligadas à educação pública do Estado do Maranhão, cobra das autoridades providência para o bom andamento da aprendizagem das crianças. Dessa forma, porta-se como intermediário entre os interesses da povoação das escolas de Montes Altos, em reivindicar a verba para resolver o problema de edifício.

No início de 1935, o prefeito Martiniano de Miranda, por meio do decreto nº 2, de 13 de abril de 1935, criou a primeira escola pública municipal, a Escola Mista Municipal Humberto de Campos. De acordo com o prefeito, a sua criação foi justificada tendo em vista o “grande número de escolares” existentes na cidade. Como se tratava de uma escola mista, com duas professoras, conclui-se que a prática de ministrar aulas simultaneamente para alunos de sexos diferentes ainda não se concretizava na escola Humberto de Campos.

No ano de 1936, ocorreu a nomeação de um professor para a escola primária Coelho Neto, que desdobrada da escola Mista Humberto de Campos, seria destinada à educação dos meninos. O professor Vital Alvares Pereira ocupou o cargo até 1937, quando foi exonerado, no dia 11 de agosto, período em que uma nova escola foi criada com o nome do interventor federal Escola Dr. Paulo Ramos.

Adiante, temos, a nível de Brasil, escola graduada, que consiste em um modelo de ensino caracterizado pela organização racional, seriação escolar, formação de classes pelo nível de conhecimento e idade, ensino simultâneo e emprego de métodos modernos de ensino. Esse ensino representou o modelo ideal de escola republicana, mas no Estado do Maranhão amplia-se lentamente pelo território, concentrando-se o maior número de unidades escolares desse tipo, na capital do Estado. (Imperatriz, 1994)

Contudo, esse modelo era a escola de um professor só para alunos de diversos níveis de aprendizagem e classes, reunidos em uma única sala de aula, quebrando o modelo de escola mista. Benedito Leite, de Imperatriz, pretendia implantá-la, mas isso só foi possível em 1939, em que essa forma escolar se efetivou com a criação da primeira escola reunida, no município de Imperatriz, pelo interventor José Manoel Alves Júnior.

Alzira Herênio, posteriormente, se tornou a diretora do primeiro grupo escolar de Imperatriz, denominado Governador Archer. Além disso, outras professoras passaram também pela gestão.

A partir de 1970, a ampliação da escola graduada em Imperatriz só vai, de fato, ser consolidada nessa época quando o prefeito Renato Moreira criou, no âmbito municipal, o Departamento de Educação e Cultura e construiu 18 prédios escolares destinados ao funcionamento de grupos escolares. Dessa forma, considerava-se representativo o conjunto de escolas graduadas ou isoladas que se encontravam distribuídas em espaços urbanos e rurais em Imperatriz, embora parecesse em maior número na capital. Em São Luís, os professores recebiam qualificação nos cursos normais e a grande maioria preferia exercer o magistério.

Adiante, seguem imagens das principais escolas de Imperatriz e vale perceber como elas eram antigamente e como estão estruturadas hoje, apontando, assim, o desenvolvimento das políticas públicas educacionais na região Tocantina.

Figura 1: Colégio Dorgival Pinheiro de Sousa (1983)



Fonte: Arquivos do Conselho Municipal de Educação

Figura 2: Escola Santa Teresinha (1983)



Fonte: Arquivos do Conselho Municipal de Educação

Figura 3: Grupo Escolar Governador Archer (1983)



Fonte: Arquivos do Conselho Municipal de Educação

Hoje, Imperatriz conta com uma ampla quantidade de escolas das redes municipal, estadual, federal e particular, que oferecem o ensino infantil, fundamental e médio, na Zona Urbana (ZU) e Zona Rural (ZR). De acordo com o site Qedu (censo 2020), que realiza pesquisas escolares e as registra na sua base de dados, o município possui atualmente 303 instituições de ensino, sendo 185 municipais; 33 estaduais, uma federal e 82 privadas (espalhadas entre a ZU e ZR, incluindo as escolas anexas, comunitárias e filantrópicas). A ZU detém a maior parte da quantidade de escolas públicas, sendo 108 municipais e 20 estaduais.

Após a exposição, inicia-se a discussão sobre os estudos lexicais e, notadamente, trata-se de Língua, Linguagem e Cultura.

2 LÉXICO: A MAGIA DA PALAVRA

A presente discussão tem como pressuposto destacar que língua e cultura são termos imbricados e, a partir de tal concepção, compreender que o léxico, campo da linguística escolhido para desenvolver esta pesquisa, é um dos subsistemas da língua que melhor retrata essa ligação, pois é a partir dele que se pode nomear, ter um referente e designar seres no sistema extralinguístico. Sendo assim, inicia-se o tópico com Língua(gem) e Cultura.

2.1 Língua(gem) e Cultura

Ao pensar sobre os termos língua e linguagem, entende-se que língua é o conjunto de elementos organizados, conforme os sons e gestos que promovem a comunicação. Já por linguagem, compreendemos que é a capacidade, em se tratando do ser humano, de produzir, desenvolver, entender e, por fim, compreender a língua. A linguagem consegue sistematizar essas ações sobre a língua e outras manifestações que promovem a comunicação. São conceitos, ideias, sentimentos, entre outros. Os signos e sinais, quando juntos de forma organizada, na intenção de comunicar algo a alguém, podemos dizer que é linguagem.

Dessa forma, pode-se mencionar, ainda, que a língua por ser social e dinâmica, realiza-se por meio das manifestações da linguagem. Ao indicar tal fato, entende-se que a língua(gem) atuam em diversos âmbitos, como escrito, oral ou por meio de gestos. Por esse motivo, compreende-se que a língua é um elemento da linguagem.

Assim, conforme Sapir (1969, p. 01), a língua(gem) “sofrem adaptações de acordo com o emprego das normas linguísticas”. O pesquisador da Linguística Antropológica trouxe contribuições significativas para os estudos da língua(gem), como por exemplo, a teoria do relativismo linguístico, conhecida como “Hipótese Sapir-Whorf”.

Benjamin Whorf (1930) sistematizou e aperfeiçoou as ideias de Edward Sapir (1969), ao indicar que é a língua de uma determinada comunidade que organiza sua cultura e a maneira como esse povo absorve a realidade e a representação que constitui do mundo. Fator semelhante ocorre com a Toponímia das escolas, pois precisam de um parâmetro no processo de escolha dos nomes, podendo ter como referência o nome de um representante importante da comunidade ou o nome de algum elemento representativo (uma fazenda ou um rio, por exemplo).

Na teoria mencionada, a cultura aparece como reflexo da língua(gem). Por cultura, pode-se mencionar a teoria abordada por Lyons (1982) ao indicar que o termo cultura apresenta variados sentidos. Porém, na abordagem, deu-se enfoque em uma das perspectivas apresentadas pelo autor, que é a cultura identificada como conhecimento socialmente adquirido.

Assim, pode-se compreender, conforme exposto por Lyons (1982, p. 274) que:

Embora o termo ‘cultura’ seja amplamente empregado agora nas ciências sociais, e especialmente por antropólogos [...] segundo a definição com a qual trabalharemos, cultura pode ser descrita como conhecimento adquirido socialmente: isto é, como o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de determinada sociedade.

Dessa maneira, ao estudar a comunicação humana, precisa-se compreender que ela ocorre de forma simbólica, na e pela cultura e isso ocorre, pois a comunicação é única quando é expressa. Ao pensar dessa maneira, a análise teórica, com base na “Hipótese Sapir-Whorf”, trouxe uma interpretação em duas vertentes. A primeira mencionada é quanto a língua ser impositiva sobre as relações sociais que, efetivamente, não foi muito aceita pela comunidade linguística. Além disso, a outra vertente, com menor peso que a anterior, trata-se da língua e cultura, quanto à influência sobre o pensamento humano, portanto, há uma relatividade, que conduziu um certo equilíbrio entre mente e língua. Por meio da cognição, a teoria descrita faz pensarmos em exemplos que justificam a Hipótese Sapir-Whorf, conforme estão dispostos abaixo, no Quadro 1:

Quadro 1: Representação do Princípio do Relativismo Linguístico

n°	Exemplos
1	As cores verde e azul são conhecidas no Brasil como diferentes, no entanto, na comunidade Sharahome, do México, a palavra syóname engloba o espectro entre as cores mencionadas.
2	A cor azul , do português, linguisticamente é apenas uma, mas para o povo russo, existem galuboy e siniy para falar sobre o mesmo espectro.
3	Uma espécie de tatu categorizada pela zona rural, que não é conhecida pela zona urbana.

Fonte: O autor, a partir do canal no Youtube Enchendo Linguística (2017).

Assim, percebe-se o poder que a cultura exerce no ambiente, ela é quem define o uso ou não dos denominativos. Nesse sentido, mencionamos novamente Sapir (1969, p. 43), ao afirmar que:

Há uma forte tendência a atribuir muitos elementos da cultura humana à influência do ambiente em que se acham situados os participantes dessa cultura, e há até os que tomam a posição extremada de praticamente reduzir todas as manifestações da vida e do pensamento humano a influências ambientais. Não vou tentar argumentos pró ou contra a importância das forças de um ambiente para os traços culturais, nem vou tentar fazer ver até que ponto a influência de um ambiente acrescem as de outros fatores. Direi, não obstante, que explicar todo traço de cultura humana como proveniente apenas da ação ao ambiente físico me parece assentar numa ilusão.

De acordo com o autor, o ambiente físico abre o olhar para o mundo, mas não é apenas ele quem determina o processo de nomeação, há um conjunto de fatores, como questões culturais, o pensamento humano e suas reflexões complexas, e o meio ambiente.

Nesse sentido, a língua possui íntima ligação com a sociedade, pois a classe social, o nível de humor e a forma mais ou menos rebuscada de expressar ideias e convicções políticas determinam um perfil linguístico. Assim, conforme Fiorin (2003, p. 09), “em sua reflexão espontânea sobre a língua, os falantes investem valores afetivos, estéticos, ideológicos, políticos”.

Dessa forma, Lyons (1982), a partir da teoria exposta anteriormente, afirmou que toda sociedade, desde a mais rudimentar até a mais desenvolvida, tem a sua cultura própria e, por meio dela, induz os cidadãos a praticá-la direta ou indiretamente. Nesse sentido, Lyons (1982, p. 274), ao indicar que “cultura é diretamente relacionada ao conhecimento”, faz com que entendamos que a apreensão do conhecimento, de forma cultural, é um misto de informações advindas das tradições da humanidade.

Ao ampliar a discussão em torno da temática em foco, pode-se mencionar Bosi (1992). No ensaio “Cultura brasileira e culturas brasileiras”, em que o autor detalha sua teoria sobre cultura do país ao mencionar que: “estamos acostumados a falar em *cultura brasileira*, assim, no singular, como se existisse uma unidade prévia que aglutinasse todas as manifestações materiais e espirituais do povo brasileiro” (BOSI, 1992, p. 308). Porém, a fala de Bosi pode ser vista por outra perspectiva, pois entendemos que o país possui um vasto patrimônio cultural que é peculiar de cada comunidade. Há de se contestar a visão singular, pois existem culturas plurais e valiosas, sabendo, assim, que os seres humanos contribuíram, contribuem e, ainda, contribuirão muito mais para o processo formador de suas histórias. Por esse motivo, consideramos relevante expor as diversas ramificações sobre a compreensão do termo cultura e como essa está relacionada com a língua(gem).

Adiante, o léxico é considerado o tesouro linguístico de uma comunidade e também adquiriu *status* de preciosidade, pois é o “que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes” (SAPIR, 1969, p. 44). O ambiente físico abre a visão do indivíduo para o mundo e as forças sociais entram em um processo de categorização, uma vez que se apoiam no ambiente composto de fatores sociais.

No que se refere à inter-relação do homem com o ambiente físico e o social, pode-se pensar inicialmente na palavra como base, nessa interação. A princípio, a palavra surge a partir da necessidade de exercer a linguagem entre os povos primitivos e o seu uso era feito ainda de maneira rudimentar. Com o passar do tempo, as formas de comunicação foram se adequando à realidade social e favorecendo a sua aplicação em diferentes contextos e situações do discurso. O léxico, que se discute, a seguir, é objeto de estudo da área da ciência da linguagem, a lexicologia, sendo esta responsável pelo estudo dos vocábulos/palavras quanto ao seu significado e estrutura, cuja análise pode seguir uma perspectiva comparativa com outras palavras por meio do ponto de vista sincrônico ou diacrônico.

Dessa maneira, a seguir, discutiremos em torno da teoria lexical, base de apoio para os estudos toponímicos.

2.2 As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia

A palavra ganha um espaço considerável neste tópico, pois torna-se necessário apresentar o seu valor para este estudo. A palavra torna-se símbolo social para os falantes, porque é a partir dela que se começa a construir o processo comunicativo entre interlocutores. Lara (2006) afirma que a palavra possui papel privilegiado porque liberta os indivíduos da mesmice, das amarras que a própria sociedade coloca nas pessoas e destaca que as palavras ultrapassam a natureza do signo linguístico, pois, a depender da intenção, podem adquirir outras simbologias, e se convertem em representações de concepções, valores e tabus sociais. Pensando nessas representações, os ensinamentos de Biderman (1998, p. 1; 8) dialogam com os de Lara (2006), quando ela enfatiza que

A palavra assume assim nos mitos de cada cultura uma força transcendental; nela deitam raízes os entes e os acontecimentos. Por ser mágica, cabalística, sagrada, a palavra tende a constituir uma realidade dotada de poder. Os

mitos falam dos segredos e das essências escondidas na *palavra* instituidora do universo. [...] É a partir da *palavra* que as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas. A denominação dessas realidades cria um universo significativo revelado pela linguagem. [...] As palavras podem ser consideradas como etiquetas para o processo de categorização.

Nesse sentido, há uma relação do termo “palavra” com as forças de outras naturezas, e Biderman afirma com propriedade que a “palavra” é um acontecimento e possui força suprema pelo fato de ser um elemento do cotidiano carregado de referências.

Acerca disso, Biderman (1996, pp. 27-28) reforça:

o léxico está associado ao conhecimento, e o processo de nomeação em qualquer língua resulta de uma operação perceptiva e cognitiva. Assim, no aparato lingüístico da memória humana, o léxico é o lugar do conhecimento, sob o rótulo sintético de palavras - os signos lingüísticos. Um importante problema relacionado ao léxico é o do aprendizado tanto do vocabulário de uma primeira, como do vocabulário de uma segunda língua. Infelizmente, a aquisição do vocabulário tem sido negligenciada pela pesquisa lingüística. Além disso, essa pesquisa tem sido assistemática e sem continuidade, não permitindo que cheguemos a conclusões claras. [...]

Pouco sabemos sobre como o léxico é aprendido e como é estocado na memória. Esta última questão, porém, tem merecido a atenção de psicólogos que se preocupam com o problema da memória. Sob um determinado prisma, o léxico pode ser considerado um problema da memória. As entradas lexicais são, de fato, entradas da memória.

Os problemas de registro, armazenamento e recuperação das palavras na codificação e decodificação da mensagem lingüística constituem uma das questões mais intrigantes da memória. Tudo leva a crer que o léxico se estrutura de tal forma que permita a recuperação muito rápida, instantânea mesmo, das palavras que o integram.

Com certeza, uma das propriedades constitutivas da unidade lexical, e que possibilitam a sua recuperação no acervo da memória, é a frequência da palavra.

A autora ressalta a dificuldade que é ter um repertório lingüístico diversificado, fator que se deve a inúmeras situações, como a dificuldade de leitura encontrada por falantes/leitores e falta de acesso ou incentivo à leitura, bastante recorrente entre esses indivíduos. Assim, vale destacar que esse problema ocorre em todos os níveis educacionais, da educação infantil à pós-graduação.

“Dessa forma, a análise do acervo lexical de um grupo reflete o seu modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia, por exemplo, quando nomeiam pessoas e lugares” (ANANIAS; ZAMARIANO, 2014, p. 143). Pode-se inferir que o ato de nomeação ocorre de forma orgânica, podendo haver relações com o espaço em que se vive, com personalidades que foram importantes

para a história ou para a política de uma dada região, entre outras possibilidades, em se tratando de nomes de lugares. Com relação ao nome de pessoas, pode haver uma certa afinidade com o próprio nome ou, ainda, identificação com o significado que há por trás desse nome, caso haja uma investigação mais aprofundada.

Assim vale destacar que o nome de um lugar se relaciona a um signo linguístico e reflete os traços culturais da comunidade a partir de sua escolha. Nota-se que há um significado efetivo em comum, mas o lexema é específico de cada povo, pois pode haver uma arbitrariedade linguística e/ou uma motivação para a escolha dos nomes. Sapir (1969, p. 1) confirma as mudanças lexicais quando afirma que “continua de pé, entretanto, o ponto crucial de que, nas sociedades de fato existentes, uma influência ambiental, mesmo de caráter mais simples, é sempre consolidada ou mudada pelas forças sociais”, pois passam pelo processo de categorização em que alguns termos podem se tornar opacos ou transparentes (esquecidos no tempo) ou cristalizados (que não evoluem ou se alteram). Nesse sentido, o topônimo está sujeito às mudanças com o tempo, como influências e desaparecimento do seu significado original, uma vez que este pode se perder da memória das pessoas.

Quando se observa o léxico da Língua Portuguesa, nota-se que ele, constantemente, sofre alterações, seja na “criação” ou na modificação escrita das palavras, podendo, ainda, ser alterado quanto ao sentido expresso. Visto isso, entende-se que

[...] o ato de nomear as coisas adquire importância fundamental, pois possibilita o encontro do que foi nomeado com sua origem, estabelecendo uma relação em que as palavras vão além da mera designação dos elementos, pois estão impregnadas de um significado que as transcende. (p. ANANIAS; ZAMARIANO, 2014, p.145)

Os autores fazem uma analogia da palavra com o seu poder de transcender, ou seja, de ir além do que está escrito, podendo obter sentidos outros dos que são meramente empregados em uma construção. Sendo assim, a respeito das concepções do termo “palavra” e do conceito de léxico, Biderman (1998, p. 10;11) salienta:

O homem desenvolveu a capacidade de associar palavras a conceitos. Como as palavras permanecem através do tempo entesouradas por uma cultura e transmitidas de geração a geração, o processo de conceptualização parece mais estático do que efetivamente é. Nesse ponto é preciso distinguir o

processo individual de formação de conceitos por parte de um sujeito, do acervo de conceitos transmitidos materialmente através das gerações por meio do vocabulário herdado e transmitido, sobretudo nas sociedades dotadas de uma tradição escrita. Na dimensão individual o léxico é conceptualizado como um conjunto de representações, isto é, de *objetos* mentais que se consubstanciam nas palavras que esse indivíduo domina e das quais ele se serve. Essa dualidade entre o individual e o social tem que ser bem entendida para evitar ambiguidades. [...] O léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos referentes, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo.

Sobre o léxico de uma língua, a “palavra”, por muito tempo, era vista apenas como um vocábulo pré-definido, ou seja, um termo estagnado e condensado em simples abstrações. Com os estudos do léxico, passou-se a entender que a palavra em questão possuía diversas conceptualizações, a depender do contexto em que eram empregadas, demonstrando, assim, a riqueza lexical de uma língua natural, tornando-se um recurso valioso para os falantes.

Nesse sentido, o léxico se divide em três áreas dos estudos linguísticos: lexicologia, lexicografia e terminologia. Sobre lexicologia, Abbade (2011, p.1332) afirma o seu conceito e sua área de abrangência:

A lexicologia enquanto ciência do léxico estuda as suas diversas relações com os outros sistemas da língua, e, sobretudo as relações internas do próprio léxico. Essa ciência abrange diversos domínios como a formação de palavras, a etimologia, a criação e importação de palavras, a estatística lexical, relacionando-se necessariamente com a fonologia, a morfologia, a sintaxe e em particular com a semântica.

Por sua vez, Isquierdo e Alves (2007) afirmam que a lexicologia estuda a unidade lexical em seus aspectos formais e significativos, ou seja, o estudo dos vocábulos de acordo com o padrão da norma culta da língua natural. Convém discutir sobre as unidades que compõem o léxico e tem-se os elementos lexicais da língua portuguesa, que são os lexemas de valor gramatical (artigo, pronome, conjunção, preposição e advérbio), também chamado gramemas, conforme indicação de Pottier (1973), e os lexemas de valor lexical (substantivos, adjetivos e verbos).

As palavras *o*, *a*, *os* e *as* são artigos, compondo, portanto, lexemas de valor gramatical. Por sua vez as palavras *menino*, *menina*, *meninos* e *meninas* fazem parte de um mesmo lexema, se tratando de um substantivo, assim sendo, lexemas de valor

lexical. Dessa forma, manifestações da língua, sobretudo dos lexemas, são chamadas de lexia, que são os vocábulos formais ou mesmo os verbetes presentes no dicionário

Adiante, temos noções sobre campo lexical, e unidade lexical. O campo lexical é o conjunto de vocábulos de uma língua, que estão relacionados às afinidades conceituais, ou seja, àquelas que estão no dicionário. Por sua vez, unidade lexical é composta por uma ou várias palavras, que formam um todo significativo. Ela é um elemento integrado no léxico mental e reconhecido por ter a sua identidade autónoma, ou seja, independente.

Ademais, a lexicografia, de acordo com Isquierdo e Alves (2007, p. 289), é “o conjunto de palavras que são organizadas em obras didáticas, os dicionários, que de diferentes formas registram o acervo lexical de um idioma”. Os dicionários podem apresentar diferentes propostas, a depender da intenção do autor. Sendo assim, Rey-Debove (1971 apud Isquierdo; Alves, 2007, p. 289) apresenta uma figura com a classificação dos tipos de dicionários:

Figura 4: Classificação dos tipos de dicionários

D I C I O N Á R I O S	D I C I O N Á R I O S G E R A I S	D I C I O N Á R I O S L I N G U Í S T I C O S + signos / com ou sem definições	ETIMOLÓGICOS
	+ signos + coisas + nomes próprios	OBRAS ENCICLOPÉDICAS + coisas / + definições / + nomes próprios	TÉCNICO-CIENTÍFICOS
	D I C I O N Á R I O S E S P E C I A I S - signos / - coisas (parcial)	D I C I O N Á R I O S DE L Í N G U A + signos / + definições / - nomes próprios	MONOLÍNGÜES BILÍNGÜES HISTÓRICOS
		*D I C I O N Á R I O DE SINÔNIMOS *D I C I O N Á R I O S DE VERBOS *D I C I O N Á R I O DE L I N G U Í S T I C A	*D I C I O N Á R I O DE M E D I C I N A *D I C . DE E N G E N H A R I A *D I C . DE I N F O R M Á T I C A

Fonte: Rey-Debove (1971 apud Isquierdo; Alves, 2007)

De acordo com Rey-Debove (1971), há duas divisões: as enciclopédias junto com os dicionários técnico-científicos (que possuem informações de conteúdo sobre o signo) e os dicionários linguísticos (informam sobre o signo em seu estado puro).

Por último, a terminologia, ainda segundo Isquierdo e Alves (2007), tem como objeto de estudo “o termo, ou seja, a palavra de uma área especializada, e também os modos de organização dos termos em obras terminográficas”. Como exemplo, pode-se mencionar os dicionários de termos específicos da medicina, da botânica, da informática, entre outros.

Dessa forma, apresentar-se-á o tópico sobre a Toponímia, ciência que investiga o nome dos lugares.

2.3 Toponímia: O estudo dos nomes dos lugares

A prática de nomear pessoas, animais, objetos, entre outros seres, existe há muito tempo, porém não havia uma ciência que investigasse, de forma sistematizada, a origem desses étimos. Ademais, o conjunto dos nomes de uma língua faz parte do léxico, ciência que estuda os vocábulos. Contudo, neste trabalho, a atenção está voltada para os nomes próprios, que são objeto de estudo da Onomástica, que se divide em Toponímia (estudo dos nomes próprios de lugares) e Antroponímia (estudo dos nomes próprios de pessoas), as duas principais subáreas da Onomástica, porém existindo a Fitonímia, Zoonímia, Oronímia e outras.

A nomeação permeia as ações do homem, a cultura existente, graças aos registros de memórias individual e coletiva, marcadores da tradição de um povo, e aos documentos oficiais devidamente escritos e registrados. Assim, os objetos fazem parte do cotidiano humano e “[...] a cada instante descortinam horizontes das novas orientações de moda e do gosto, e também nos recordam os costumes e as antigas distinções sociais” (HALBWACHS, 2004, p. 158). A nomeação de um lugar pode acontecer a partir do nome de uma pessoa – do primeiro nome (nome pessoal usado para designar uma pessoa ou lugar de forma única) , prenome (nome de um indivíduo ou lugar que precede o sobrenome ou segundo nome, o que se chama nome de batismo), sobrenome (é um indicativo de nome que vai indicar a herança familiar, de uma tribo ou comunidade) ou apelido (também chamado de alcunha, é uma designação não oficial e íntima para identificar uma pessoa) – e a formação pode ser constituída de maneira arbitrária ou não, a depender do denominador.

Dick (1990b, p. 8) ratifica a prática de nomeação na sociedade, quando afirma que “desde os mais remotos tempos, o homem sempre deu nome aos lugares. E o

sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações no campo da linguística, geografia, antropologia, psicosociologia, enfim, da cultura em geral”, destacando que a Onomástica é disciplina constituinte dos estudos linguísticos.

Ullmann (1964, pp.148-152) faz em sua obra “Semântica: uma introdução à ciência do significado” apontamentos consideráveis sobre os nomes próprios, destacando que:

[...] A cada um é dado por seus pais um nome, no momento em que nasce.
 [...] Os nomes desempenham nas relações humanas um papel tão importante que são frequentemente dotados de poderes mágicos e rodeados de complicadas superstições e tabus. [...] Se [...] a fórmula for tomada no sentido de que a maioria dos nomes próprios se usam na fala efectiva com referência a uma pessoa ou coisa específica, então este critério coincide com o seguinte que exprime a mesma ideia em termos mais precisos.
 2) Muitos filósofos linguistas estão de acordo na consideração dos nomes próprios como marcas de identificação. [...]
 3) Designação como conotação: [...] os nomes próprios, diz, não são conotativos: designam os indivíduos que por eles são chamados; mas não indicam que implicam nenhum atributo como pertencente a estes indivíduos.

Pottier et. al. (1973, p.22) afirmam que o nome próprio é a “investigação, a partir de um estímulo, da substância e da forma mais apropriada para representá-lo”, afirmando que eles são dados a partir das escolhas feitas pela comunidade de falantes de uma língua. Em se tratando da nominação em geral de lugares e pessoas, há uma interferência direta da cultura vivenciada por cada sociedade, pois está impregnada no indivíduo e se torna perceptível no modo de falar, de vestir, de comunicar-se, nos costumes, na religiosidade, nas tradições, nas credences, entre outros aspectos advindos da ancestralidade humana.

Halbwachs atribui aos objetos a capacidade de ditar tendência e levar o ser humano a acionar a mente e resgatar o conhecimento empírico. E esses objetos são denominados com nomes comuns carregados de significação. Porém, nota-se que o caráter de seguir regras impostas socialmente acontece também com os nomes próprios de pessoas e de lugares porque a nomeação aqui acontece na mesma perspectiva dos objetos. De acordo com as concepções de Dick (1978 apud DICK, 1990b, p. 286),

o sentido originário dos nomes próprios, só é revelado por inteiro através da recomposição das formas de linguagem precedentes, oculta-se, sem sombra de dúvida, na opacidade dos registros contemporâneos quando os designativos são escolhidos, na maioria das vezes, muito mais pelos modismos atuantes no momento do que por qualquer outra preocupação com

o seu legítimo significado; aliás, o dinamismo natural da língua esvazia-os, rapidamente, de seu verdadeiro sentido etimológico.

Apesar da associação feita no processo de nomeação entre objetos, animais, coisas (substantivos comuns), pessoas e lugares (substantivos próprios), há uma certa distinção entre ambos.

Vale a pena refletir sobre a ocorrência dos nomes no íntimo do denominador de um dado espaço geográfico. O ambiente ocupado por pessoas possui a identidade de quem o construiu, pois imprime traços convergentes sobre si mesmo em relação ao local. O lugar é um espaço físico e remete a memórias das vivências ocorridas em algum momento, uma vez que “o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos”. (HALBWACHS, 2004, p. 159)

Assim, o espaço habitado passa a adquirir traços identitários de uma pessoa ao longo do tempo e esse fenômeno ocorre naturalmente, “a Toponímia trabalha com o espaço e não apenas com a noção de lugar” (DARGEL, 2003, p. 59). A ocupação do lugar traz uma espécie de apego do habitante em relação ao lugar habitado, pois, a exemplo do lar familiar, um indivíduo o transforma organizando os objetos à sua maneira de modo que ele saiba o lugar de cada um, assim mantendo certa ordem mental.

A respeito da organização do espaço ocupado, Halbwachs (2004, p. 160) afirma que “cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável”. A memória afetiva que se tem de um lugar é individual e difere da concepção do mundo coletivo, pois uma pessoa pode ter uma relação de apego com o lugar habitado, enquanto outra pode não o ter.

Em consonância com a discussão sobre espaço e lugar, é oportuna a discussão sobre os primeiros estudos documentados da Toponímia, que ocorreram na Europa, mais especificamente na França, com Auguste Longnon, mais ou menos em 1878, no século XIX, quando publicou a obra “Les noms de lieu de la France”, do francês “Nomes de lugares na França”. O objetivo de Longnon foi explorar a nomenclatura das localidades habitadas em seu país. Adiante, Albert Dauzat deu seguimento às pesquisas após o falecimento de Longnon e publicou o material “Chronique de Toponymie” (Crônica de Toponímia).

Na contemporaneidade, Estados Unidos e Canadá são destaques nas pesquisas dos estudos dos nomes próprios de lugares, com vários segmentos de estudos, como a revista *Names*, fundada em 1951, da Sociedade Americana de Nomes (American Name Society) como veículo para comunicar as pesquisas na área.

Chegando ao Brasil, a Toponímia caracterizava-se por ter caráter secundário e havia a necessidade de torná-la uma disciplina sistematizada, completa e acabada. Dick (1990) destaca que no trabalho do professor Carlos Drummond, pesquisador da área de línguas indígenas, a Toponímia possuía, em grande maioria, vocábulos de origem tupi, que contribui, assim, para os objetivos e pretensões da disciplina, que seria trabalhar os nomes oriundos da língua portuguesa, já que a língua em questão possui influências tupis. As obras de Teodoro Sampaio (1961) e Levy Cardoso (1965) destacam-se também nesta época.

Carvalhinhos (2008, p.5), por sua vez, afirma que a Toponímia pertence aos quadros de disciplinas da graduação do curso de Letras da Universidade de São Paulo com o nome “Toponímia Geral e do Brasil” desde, pelo menos, a década de 1960 do século passado, com conteúdo desenvolvido desde 1934 junto à cadeira de Etnografia e Língua Tupi, vinculada ao curso de Geografia e História. Já a Antroponímia, dedica-se a investigar sistematicamente a origem dos nomes próprios de pessoa. Vale salientar que existe uma parceria da Onomástica com outras áreas do conhecimento, como a História, Geografia, Sociologia, Linguística, Antropologia, entre outras.

Em 1980, temos um outro momento dos estudos toponímicos, marcados pela tese de doutorado *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos*, defendida pela Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick e, posteriormente, um trabalho publicado em 1990, intitulado *A motivação toponímica e a realidade brasileira*, trabalho que, de fato, foi aclamado por estudiosos da época, como Carlos Drummond. A sua contribuição é relevante por abranger a pesquisa toponímica não só voltada para os topônimos de caráter indígena, mas incluir os de origem africana e portuguesa.

Quanto aos modelos de sistematização, Dauzat (1928) propõe dois princípios básicos: o de formação externa, que são os designativos espontâneos, atribuídos quase inconscientemente pela comunidade; também os de sentidos intrínsecos, designações que se emprestam de outras áreas do conhecimento, como a geografia, história, entre outras áreas e questões sociais que envolvem o espaço a ser nomeado.

Dauzat (1928, p. 45) classifica as mudanças dos nomes de lugar em duas: “espontâneas e sistemáticas”. A primeira se dá na língua, após invasões ou conquistas de um território e a segunda, não depende das conquistas mencionadas anteriormente, pode ter como influência o nome de uma autoridade do local e é imposta com o objetivo de homenageá-la.

Adiante, Stewart (1954) estabelece uma proposta de categorização com nove mecanismos. Cabe salientar que os antropotopônimos já estavam inseridos em duas categorias “possessive names” e “incident names”. Cabe ressaltar que o modelo não contemplava todas as taxes e Stewart foi o primeiro pesquisador a considerar a relação da motivação semântica com critérios sociais, culturais e de espaço.

Como este modelo foi proposto para um contexto específico, o norte-americano, destaca-se que os nomes descritivos e comemorativos são os que estão em maior quantidade, podendo ser considerados objetos de atividades de nomeação, enquanto os outros são mais restritos; valem também para os estudos das nomeações advindas dos nomes de lugares de origem indígena, do continente norte-americano.

Por conseguinte, Dick (1990;1992) estrutura um modelo de categorização que considera o significado e a motivação como molas propulsoras para investigação toponímica. Nesse molde, Dick estrutura 11 taxes de natureza física e 16 de natureza antropocultural, que vemos no Quadro 3.

Entender o topônimo (o nome próprio de um lugar) é buscar saber o sentido que há por trás do denominativo, que é o ponto de partida para se encontrar o significado para, assim, tentar compreender a mentalidade do denominador, bem como os aspectos sociais que envolvem o processo de escolha do nome em questão.

Uma vez colocada em prática a pesquisa toponímica, a memória coletiva da comunidade é valorizada, e o pesquisador começa a identificar os denominativos em registros oficiais, além de depoimentos de humanos. Esses dados servem como aparato para o estudo analítico a partir do referencial toponímico.

Por sua vez, o nome comum é rico em sentido, pois leva a pessoa a fazer abstrações e recriar a palavra em diferentes contextos. Sendo assim, Dick (1990, p. 6) ratifica as particularidades dos nomes próprios e comuns, afirmando que:

enquanto o nome próprio se define pelo que chamou de função de identificação ou designativa, os nomes comuns corporificam uma função significativa ou conotativa; quer isto dizer que o nome próprio (igual a topônimo e/ou antropônimo) não participa de um universo de significação porque é ‘opaco’, vazio de sentido, empregado sempre como referencial, sem

relação com a primitiva etimologia, o que não acontece com substantivo comum, cuja significância é transparente.

A relação entre topônimo e acidente geográfico denomina-se termo ou elemento genérico e o elemento ou termo específico. O primeiro é “relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação”, por exemplo, rio, lagos etc; o segundo é, “o topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes” (DICK, 1990, p. 10), a exemplo de *Rio Tocantins*, município de Imperatriz/MA, em que *Rio* é o genérico e *Tocantins* o específico. É necessário entender essas particularidades significativas para o estudo toponímico a fim de que o pesquisador da área consiga executar as ações de pesquisa de maneira eficiente.

O signo toponímico reflete a mistura entre léxico e cultura, pois as ideologias do nomeador podem ser identificadas a partir de um designativo. Na Toponímia, o signo linguístico ocupa um papel imprescindível nos estudos onomásticos. Para ilustrar a relevância da etimologia para os estudos toponímicos, segue o Quadro 2 com exemplos demonstrativos:

Quadro 2: Sintagma toponímico

	Acidente geográfico	Topônimo
1	Parque do Ibirapuera	Parque Ibirapuera: do tupi guarani, <i>ibira</i> : árvore; <i>puera</i> : que já se foi. (Fitotopônimo)
2	Praça da Sé	Praça Sé: em menção a igreja mais importante da diocese. (Hierotopônimo)
3	Rio Tocantins	Rio Tocantins: grupo indígena que teria habitado junto à foz do rio Tocantins. (etnotopônimo)
4	Avenida Beira-Rio	Avenida Beira-Rio: margem do rio (hidrotopônimo)

Fonte: O autor (2020)

O exemplo de número 1, **Parque do Ibirapuera**, fitotopônimo, significa, no tupi guarani, “a árvore que já se foi”, uma vez que se relaciona a questões étnicas. O exemplo de número 2, **Praça da Sé**, possui topônimo com motivações religiosas e relaciona-se à igreja principal da diocese de uma dada cidade.

Em seguida, o exemplo de número 3, **Rio Tocantins**, tem significado, também, relacionado a questões étnicas, mais especificamente a um grupo que habitou a foz

do rio em questão. Por sua vez, o exemplo de número 4, **Avenida Beira-Rio**, relaciona-se à margem do rio, portanto, sendo um hidrotopônimo.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick tornou possível o delineamento das categorias taxionômicas no decorrer de suas pesquisas. A pesquisadora sistematizou a Toponímia, enquanto disciplina que faz parte da ciência da linguagem, traçando uma divisão para se investigar os nomes próprios de lugares, por meio de modelos taxionômicos, começando em 1975, com 19 taxes, que foram se aprimorando até o que se tem atualmente.

Dick (1980, p. 36) exerceu papel preponderante para a sistematização da Toponímia. Quando ela afirma que “a toponímia é um imenso complexo línguocultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente”, confirma o teor transdisciplinar da ciência no que concerne ao estudo em conjunto de diversas áreas do conhecimento para entender como se estruturam os denominativos.

Mais à frente, houve uma reorganização das taxionomias – a que mais se adequou à realidade do Brasil, levando em consideração as classificações propostas já existentes -, em que um conjunto de traços se organiza primeiro em dois grandes grupos: os de natureza física – designativos que possuem relações com a estrutura física da região –; e segundo, os de natureza antropocultural - topônimos, cuja influência depende da ação subjetiva humana e de sua cultura. Em seguida, Dick (1990b) subdivide o primeiro grupo que soma 11 taxionomias; o segundo agrupamento totaliza 16 taxionomias diferentes. Ao todo, totalizam-se 27 categorias, que estão dispostas no Quadro 3.

Quadro 3: Modelo taxionômico de Dick

Taxionomias	
a) Natureza Física	1. Astrotopônimos: corpos celestes. Exemplo: Povoado <i>Estrela</i> .
	2. Cardinotopônimos: posições geográficas. Exemplo: Ferrovia <i>Norte-Sul</i> .
	3. Cromotopônimos: escala cromática. Exemplo: Rio Negro.
	4. Dimensiotopônimos: dimensões dos acidentes geográficos. Exemplo: <i>Estreito</i> (cidade).
	5. Fitotopônimos: vegetais. Exemplo: Povoado <i>Açaizal</i> .
	6. Geomorfotopônimos: formas topográficas. Exemplo: <i>Colinas</i> (cidade).
	7. Hidrotopônimos: acidentes hidrográficos. Exemplo: serra <i>das Águas</i> .
	8. Litotopônimos: minérios e solos. Exemplo: <i>Barreirinhas</i> (cidade).

	9. Meteorotopônimos: fenômenos atmosféricos. Exemplo: cachoeira <i>da Chuva</i> .
	10. Morfotopônimos: formas geométricas. Exemplo: <i>Triângulo Mineiro</i> .
	11. Zootopônimos: animais. Exemplo: riacho <i>Capivara</i> .
b) Natureza Antropocultural	1. Animotopônimos ou Nootopônimos: vida psíquica e cultura espiritual. Exemplo: rua da Saúde.
	2. Antrotopônimos: nome próprios de pessoas. Exemplo: <i>Marielle Franco</i> (rua)
	3. Axiotopônimos: títulos que acompanham os nomes próprios. Exemplo: <i>Governador Archer</i> (escola).
	4. Corotopônimos: cidades, países, estados, regiões e continentes. Exemplo: rua Minas Gerais.
	5. Cronotopônimos: cronologia (tempo). Exemplo: Vila Nova (bairro)
	6. Ecotopônimos: habitações. Exemplo: <i>Sobradinho</i> (cidade).
	7. Ergotopônimos: elementos da cultura material. Exemplo: córrego <i>da Flecha</i> (MT).
	8. Etnotopônimos: elementos étnicos. Exemplo: território indígena <i>Guajajara</i> .
	9. Dirrematotopônimos: frases ou enunciados linguísticos. Exemplo: <i>Vai quem quer</i> (igarapé).
	10. Hierotopônimos: nomes sagrados. Exemplo: <i>Cristo Salvador</i> (supermercado).
	11. Historiotopônimos: cunho histórico-social. Exemplo: Vila <i>Independência</i> (bairro).
	12. Hodotopônimos: vias de comunicação urbana ou rural. Exemplo: Avenida (loja) USAR NOMES DE LUGARES
	13. Numerotopônimos: adjetivos numerais. Exemplo: <i>Cinco Bocas</i> (cruzamento no bairro Vila Lobão).
	14. Poliotopônimos: vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Exemplo: Arraial do Cabo (cidade).
	15. Sociotopônimos: atividades profissionais, locais de trabalho, pontos de encontro de uma comunidade. Exemplo: <i>Tropeiros</i> (serra).
	16. Somatopônimos: metáforas em alusão a partes do corpo humano. Exemplo: <i>Pé de Galinha</i> (assentamento).

Fonte: Dick (1990, pp. 31-34)

Para nomear, o ser humano necessita ter como base o entorno vivencial associado à motivação dada, à convenção instituída e à identificação que possui com o nome. Por isso, o leitor não conseguirá saber de imediato de onde advém o termo específico *Tocantins* que remete a um grupo indígena chamado *Tocatim*, habitante da foz do rio - que hoje é chamado *Rio Tocantins* - nas proximidades do estado do Pará.

Sobre a estrutura que compõe um sintagma toponímico, Dick (1990) afirma que

se convencionou denominar termo ou elemento genérico, relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação, e o outro, o elemento ou termo específico, ou topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes”. (DICK, 1990, p.10) [grifo da autora]

Assim, a estrutura que compõe o topônimo ocorre de acordo com a seguinte demonstração:



O denominador muitas vezes tem a preocupação de dar o nome específico ao termo genérico mais por conta da afinidade ou familiaridade que possui ou por estar em evidência na mídia, no ambiente social ou cultural do que pelo entendimento do sentido linguístico da palavra. A observação colocada abre discussão para perceber que o termo específico, considerado o tesouro linguístico de um povo, é por muito tempo considerado um termo que não evolui ou não se altera por perder espaço e identidade sociais.

Após a discussão, será apresentada, a seguir, uma discussão sobre a base nacional comum curricular.

2.3 Base Nacional Comum Curricular

Tendo em vista propor a aplicabilidade do ensino de Toponímia no Ensino Médio, buscou-se o amparo legal na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, documento que normatiza os parâmetros educacionais no Brasil. Nesse sentido, o objetivo aqui é estabelecer inter-relações entre esse documento e os estudos do léxico, área dos estudos da Linguística.

Para tanto, é necessário salientar que a BNCC estrutura a etapa do Ensino Médio em quatro grandes áreas: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais

aplicadas. Os estudos do léxico estão imersos na área das linguagens. Acerca do Ensino Médio, a BNCC (BRASIL, 2017, p. 461) destaca que

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Entre os fatores que explicam esse cenário, destacam-se o desempenho insuficiente dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, a organização curricular do Ensino Médio vigente, com excesso de componentes curriculares, e uma abordagem pedagógica distante das culturas juvenis e do mundo do trabalho.

É apresentado um panorama da educação brasileira, sobretudo, destacando o desempenho dos ensinos Fundamental e Médio no cenário atual (mesmo entendendo que o texto foi editado em 2017, cerca de cinco anos atrás). Há destaque para uma mudança no currículo do Ensino Médio, sendo observado, em 2022, uma reformulação dessa etapa com o Novo Ensino Médio.

A proposta é a educação a nível médio oferecer componentes curriculares – que não são mais chamados de disciplinas - da área obrigatória (referente às quatro áreas já mencionadas), que são as disciplinas tradicionalmente que compõem o tradicional Ensino Médio. A novidade vem dos componentes da área diversificada, que contemplam a Tutoria, O Estudo Orientado, a Eletiva de base, entre outros.

Ao considerar o estudo do léxico em sala de aula, pensa-se de forma direta em possibilidades de ampliar a competência lexical do falante, nesse caso, do(a) estudante. Ao transitar do conhecimento superficial ao profundo, é possível desenvolver competências e ampliar capacidades relacionadas ao estudo lexical.

No uso da língua, o estudo do léxico é uma necessidade. As relações lexicais podem ser estabelecidas em estudos sintagmáticos ou paradigmáticos, conforme consta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em sala de aula, o professor, ao trabalhar com os(as) estudantes, as palavras ou termos léxicos e seus determinados sentidos, atua com base nas indicações propostas na BNCC.

Ao todo, são dez competências gerais na BNCC apresentadas para toda a Educação Básica. Por esse motivo, estudar o léxico é estar em conformidade com os postulados propostos na Base Nacional Comum Curricular. Assim, na BNCC (2017, p. 86) é possível compreender que:

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as competências específicas da área de

Linguagens, o componente curricular de Língua Portuguesa deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas. Vale ainda destacar que tais competências perpassam todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental e são essenciais para a ampliação das possibilidades de participação dos estudantes em práticas de diferentes campos de atividades humanas e de pleno exercício da cidadania.

As práticas de linguagem devem ser exploradas em sala de aula, para que o(a) estudante consiga expandir as possibilidades de uso do léxico, dentro e fora do ambiente escolar. Assim,

Ao apresentar as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares, a Base afirma que, ao longo da Educação Básica, a área de Linguagens (Arte, Educação Física, Língua Estrangeira e Língua Portuguesa) deve propiciar aos alunos aprendizagens relativas à expansão das possibilidades de uso das práticas de linguagem, com vistas a ampliar suas capacidades expressivas, à compreensão de como se estruturam as manifestações artísticas, corporais e linguísticas e ao reconhecimento de que as práticas de linguagem são produtos culturais e estruturam as relações humanas (LISKA, 2020, p. 02)

Ao pensarmos dessa maneira, em conformidade com a BNCC, relacionamos o estudo do léxico com os eixos curriculares propostos no documento. Assim,

Considerando esse conjunto de princípios e pressupostos, os eixos de integração considerados na BNCC de Língua Portuguesa são aqueles já consagrados nos documentos curriculares da Área, correspondentes às práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão –, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses (BNCC, 2017, p. 71).

Apesar de o léxico ser estudado em todos os eixos mencionados anteriormente, é na “Análise linguística/semiótica” que o estudo lexical é trabalhado com maior ênfase. Ao mencionar esse eixo, conforme estabelece a BNCC (2017, p. 80), pode-se mencionar que:

[...] envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido.

Os eixos são estudados conforme as competências indicadas pela BNCC, que o estudante deve adquirir no decorrer dos estudos sobre a Língua Portuguesa e, conseqüentemente, o léxico. Entre as competências estabelecidas no documento, podemos citar:

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.
10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais (BNCC, 2017, p. 87)

Com isso, é possível ampliar as possibilidades para os estudos lexicais, bem como, as habilidades dos(as) estudantes. Além disso, o estudo do léxico, ao ser estabelecido na BNCC, indica que ocorrerá quando o(a) estudante estiver construindo seu repertório lexical e pronúncia.

Outra forma de identificação, quanto ao estudo lexical, é durante o estudo sobre sintaxe. Por esse motivo, com base na BNCC, mencionamos Liska (2018, p, 17) ao fazer a seguinte interpretação: “a expressão linguística acontece por meio do léxico, das palavras lexicais que integram os enunciados, às quais atribuímos sentidos no processo de interlocução”.

O estudo do léxico ocorre, também, quando o(a) estudante ao deparar-se com a competência lexical e suas habilidades diante de tal fato, conforme Liska (2018, p. 18) consegue:

[...] expandir seu acervo de palavras ao observar a relação delas em um contexto sociopragmático e cultural, quando estuda e pratica a sua língua na relação com o mundo que o cerca, num espaço/tempo de construção de significações que se desenvolvem com a realidade.

A partir disso, o trabalho com o léxico é ampliado, fazendo com que seja possível, por meio de escolhas lexicais realizadas pelos(as) estudantes, durante o estudo em sala de aula, a ampliação do repertório lexical existente. São palavras usadas com finalidades específicas estabelecidas durante o uso da língua que ocorre por meio da linguagem.

Esse estudo direcionado não é algo novo, apontado em primeira instância pela BNCC. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) já mencionavam a função do estudo lexical em sala de aula. Liska (2018, p. 29) menciona que:

A intenção dos PCN em ressaltar a importância do trabalho com o léxico por meio das escolhas lexicais é interessante, mesmo que seja entre atividades de interpretação e produção de textos e não aquelas específicas para esse trabalho, pois é a partir daí que outras propostas começam a abordar o léxico entre seus conteúdos.

A abordagem do léxico entre os conteúdos de Língua Portuguesa, podem ocorrer tanto no que se refere às palavras usadas no cotidiano, como as combinações e/ou expressões estabelecidas no momento de uma comunicação. Pode-se mencionar, ainda, quanto às unidades temáticas, presentes na BNCC, em conformidade com as competências e habilidades, quando relacionadas ao estudo do léxico.

Quando são mencionadas as unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades, refere-se às “práticas de análise linguística e gramatical (como estratégia para o desenvolvimento produtivo das práticas de oralidade, leitura e escrita)” (LISKA, 2018, p. 54 apud BNCC, 2017).

Diante das reflexões sobre o léxico no texto, em conformidade com a BNCC, a indicação é que o estudo lexical ocorra a partir do eixo da leitura, por meio de estratégias de leitura. Assim, será possível que ocorra, de fato, uma reflexão em torno do uso do léxico pelo(a) estudante no texto.

Assim, entre as habilidades desenvolvidas, pode-se citar que o(a) estudante será capaz de “deduzir o significado de palavras desconhecidas ou pouco familiares, com base no contexto da frase ou do texto.” (LISKA, 2018, p. 57). Além disso, a partir desse estímulo, é possível “Inferir o sentido de palavras ou expressões desconhecidas em textos, com base no contexto da frase ou do texto.” (LISKA, 2018, p. 57).

Outra habilidade que pode ser desenvolvida a partir do estudo do léxico nessa perspectiva é: “inferir, em textos, o sentido de palavras e expressões, considerando o contexto em que aparecem” (LISKA, 2018, p. 58). Vale destacar, ainda, a possibilidade de “identificar o sentido de vocábulo ou expressão utilizado, em segmento de texto, selecionando aquele que pode substituí-lo por sinonímia no contexto em que se insere” (LISKA, 2018, p. 58).

O trabalho desenvolvido, nesse aspecto, é capaz de propor outras habilidades aos(as) estudantes, como:

Identificar vocabulário desconhecido, incluindo especializado e técnico, usando pistas de contexto, estrutura, ilustrações, bem como fontes externas ao texto, como glossários, dicionários, materiais de referência, enciclopédias (físicos ou eletrônicos) (LISKA, 2018, p. 58).

Dessa maneira, o(a) estudante é capaz, também, de “deduzir, pelo contexto semântico e linguístico, o significado de palavras e expressões desconhecidas” ou então “justificar, pelo contexto semântico e linguístico, o significado de palavras e expressões desconhecidas” (LISKA, 2018, p. 59).

Por esse motivo, estudar o léxico é ter “conhecimento das várias possibilidades de uso das palavras por meio da sua multissignificação, ocasionando efeitos de sentido” (LISKA, 2018, p. 84). A aprendizagem ocorre por meio da decodificação, compreensão e interpretação dos textos, onde o léxico é proposto. Significa dizer que, quando estudado por meio da leitura, o léxico possibilita o estudo relacionado à significação e sentido das palavras.

Além disso, quando se estuda o léxico, entende-se sua relevância para os estudos da toponímia, pois conhecer os vocábulos é um papel imprescindível para a compreensão dos denominativos. Nesse sentido, agora, serão apontados os métodos para a realização da pesquisa.

3 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A PESQUISA EM TOPONÍMIA

3.1 Meios de abordagem

Luís Fernando Lara (2006) delineou os procedimentos para os estudos quantitativos e qualitativos. Observa-se que os dados quantitativos ocupam pouco espaço e, na verdade, acontece devido à falta de conhecimento dos procedimentos metodológicos suficientes para a aplicação. O que pode justificar o *déficit* seria o fato de o método qualitativo ser mais exploratório, fator que favorece uma discussão de caráter subjetivo da língua e provoca uma maior expectativa nas discussões sobre a língua.

Nessa perspectiva, a pesquisa tem como suporte a abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa “lida com fenômenos: prevê a análise hermenêutica dos dados coletados” (APOLLINÁRIO, 2004, p. 151), pois torna possível buscar a interpretação por meio do Projeto Pedagógico, documento oficial fornecido por instituições que administram as escolas, que conta a história de sua fundação e aborda o caráter motivador.

A pesquisa quantitativa possui caráter prático e racional que “lida com fatos” (APOLLINÁRIO, 2004, p. 151), “partindo de uma análise quase sempre mediada por algum critério matemático” (CARVALHO *et. al.*, 2019, p. 30). Nesse caso, realiza-se esse tipo de pesquisa de modo a calcular o percentual das taxionomias toponímicas, podendo analisar quais são apresentadas em maior ou menor quantidade nas escolas das redes públicas estadual.

A pesquisa é explicativa, “pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema” (CARVALHO *et. al.*, 2019, p. 34) e visa a análise dos dados coletados no desenvolvimento da pesquisa para explicar as questões históricas, linguísticas, entre outras.

Conforme os procedimentos de coleta, há um delineamento “que se refere ao modo como se planeja e como irá ser realizada a investigação” (CARVALHO *et. al.*, 2019, p. 36). Dessa maneira, utiliza-se como suporte a pesquisa bibliográfica, voltada à Toponímia, em consonância com os objetivos pré-determinados.

A prerrogativa para a afirmação é que “a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam

atingidos” (PRODANOV *et. al.*, 2013, p 126). É documental para buscar em registros oficiais a justificativa para o processo de nomeação das instituições de ensino; e de campo, uma vez que o contato com órgãos públicos foi realizado presencial e virtualmente.

A seguir, falar-se-á dos instrumentos necessários para a realização da pesquisa.

3.2 Instrumentos de pesquisa

Para a realização desta pesquisa, fez-se o uso de materiais bibliográficos para a realização de discussões sobre Toponímia – Dick (1990) e outros; Memória – Halbwachs (2003), Nora (1993), entre outros; Identidades – Hall (2012), Pollak (1992) e outros; documentos sobre a história escolar da cidade de Imperatriz e documentos oficiais que regem a educação nacional, como a BNCC; documentos que regulamentam a fundação das escolas da rede pública estadual - os PPP e as fichas catalográficas, utilizadas na análise dos dados.

Para analisar os denominativos elegidos, fez-se o uso de uma ficha lexicográfico-toponímica, com base no modelo toponímico de Dick (1990), que sofreu adaptações metodológicas deste autor. O modelo genérico é o apresentado a seguir, levando em consideração que os critérios adotados para a análise são os motivacionais, dialogando com algumas discussões sobre memória, história e as identidades destes espaços. A seguir, o modelo:

Quadro 4: Ficha lexicográfico-toponímica

Elemento geográfico: O termo comum a todas as instituições da rede estadual “Centro de Ensino” – para as escolas que funcionam em tempo parcial ou “Centro Educa Mais” – para o caso das escolas que funcionam em tempo integral.
Topônimo: nome da escola
Variante: apelido ou alcunha, caso haja
Taxionomia: classificação com base nos modelos propostos por Dick (1990)
Nota histórica/motivação toponímica: razão de cada escola receber determinado nome
Fonte das informações: órgão que dispôs os dados

Fonte:

Dessa forma, para socializar os resultados da pesquisa, elaborou-se um Caderno Pedagógico com o objetivo de trazer orientações sobre como trabalhar a

Toponímia na educação básica, sobretudo, no Ensino Médio, trazendo ao professor de Língua Portuguesa, Geografia, História e Sociologia propostas de aulas.

Adiante, será apresentado o universo da pesquisa.

3.3 Delimitação do universo da pesquisa

A pesquisa foi realizada em órgãos públicos do município de Imperatriz/MA, especificamente na Unidade Regional de Educação de Imperatriz, da Secretaria de Estado da Educação. Além disso, o Conselho Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz foi uma instituição participante na coleta de imagens sobre a história das escolas cidade.

A ideia de realizar busca sobre a origem dos nomes das escolas públicas urbanas do município aconteceu em 2019, durante as aulas de Metodologia Científica e nas reuniões de articulação com a professora orientadora, no curso de Pós-graduação em Letras (Mestrado) da Uemasul, e sua escolha foi definida por ser uma proposta de investigação nova para a região Tocantina e por atender o objetivo central deste trabalho: analisar os topônimos das escolas públicas da zona urbana de Imperatriz/MA a fim de identificar estruturas linguísticas e aspectos motivacionais que podem ser percebidos a partir da escolha dos nomes investigados.

A análise dos topônimos escolares será realizada com cada escola estadual investigada, fazendo uso dos critérios motivadores, além de entender como a memória e identidades refletem nos espaços escolares. Para realizar pesquisa na área das ciências do léxico é necessário fazer uso de uma metodologia adequada para sistematizar as ações a serem feitas no decorrer do estudo.

Informa-se que, a partir da investigação toponímica proposta, pôde-se conhecer aspectos sociopolíticos e culturais da época em que as escolas foram criadas e resgatar traços de identidades perdidos no tempo.

Como estratégia, foi feito um levantamento inicial da quantidade de escolas estaduais em funcionamento na cidade. Em seguida, no ano de 2020, o autor foi pessoalmente na Unidade Regional de Educação de Imperatriz, base administrativa da Secretaria de Estado da Educação. A UREI repassou uma lista com a relação das escolas, endereço e telefone de contato.

Na coleta de dados, o autor visitou cada uma das 20 escolas da zona urbana, com o objetivo de ter acesso a dados como a história e a motivação para a escolha

do nome, além de conhecer os gestores. O documento de geração de dados é o Projeto Pedagógico. Como no período, o país enfrentava uma pandemia, alguns contatos com os gestores foram feitos via aplicativo de mensagem; o recebimento dos arquivos também. Não houve aplicação de questionário ou entrevista com eles.

Como a proposta desta pesquisa também foi a de trazer um tópico de discussão sobre a história da educação imperatrizense, este pesquisador visitou o Conselho Municipal de Educação, órgão da Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz para ter acesso a documentos e fotos que contribuíssem com o trabalho. Adiante, será divulgada a análise dos topônimos coletados.

4 ANÁLISE DA TOPONÍMIA DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL URBANA DA CIDADE DE IMPERATRIZ/MA

A presente pesquisa sustenta-se no levantamento dos topônimos, passando pelo processo de coleta do Projeto Pedagógico (PP) das escolas. Assim, pôde-se perceber a importância desses documentos, pois arquivados eles trazem informações que, por vezes, passam despercebidas ou acabam sendo esquecidas pelas pessoas que conhecem a história de cada escola. Por isso é importante manter vivos esses dados no acervo cultural do município.

Acerca dos critérios escolhidos para a análise deste trabalho, temos:

- Nota histórica/motivação toponímica: É o contexto histórico, social e cultural em que se insere o aspecto motivador de criação do nome do topônimo escolar. Neste caso, identificou-se, após contato com órgãos públicos, que as informações necessárias encontram-se no Projeto Pedagógico de cada instituição. Vale ressaltar que alguns desses documentos não constam informações completas ou mesmo não as possuem.

Depreensões baseadas na fundamentação teórica sobre memória, identidades e cultura das escolas também serão discutidas, quando necessário. A análise dos topônimos das escolas da rede pública estadual conta com 20 topônimos da área urbana da cidade, a qual será apresentada a seguir.

4.1 Análise dos topônimos das escolas da rede pública estadual

Após o levantamento dos topônimos, os dados das 20 escolas da rede estadual de ensino do município de Imperatriz/MA são analisados em fichas lexicográfico-toponímicas. Dessa forma, estão dispostas, a seguir, com as informações obtidas contendo as categorias de análise “elemento geográfico”, “topônimo”, “variante”, “taxionomia toponímica” e “nota histórica/motivação toponímica”. Vale ressaltar que houve uma adaptação na ficha proposta por Dick (2004) e em alguns PPP foram encontradas informações sobre memória e identidades dos espaços investigados, que foram inseridas nesta análise.

Dessa forma, seguem as fichas de nº 1 a 20, dispostas nos quadros enumerados de 5 a 24.

Quadro 5: Ficha nº 1 – Centro de Ensino Amaral Raposo

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Amaral Raposo
Variante: Raposão
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo – relativo ao nome de um indivíduo.
Nota histórica/motivação toponímica: A escola possui três anos de existência no bairro Parque Alvorada, após passar um bom tempo desativada. Ela já funcionou em dois prédios diferentes em épocas anteriores e durante a elaboração do novo Projeto Pedagógico, a gestão entrou em contato com o corpo docente que trabalhou nos endereços anteriores, porém não obteve informações sobre o documento oficial do antigo prédio e nem sobre o motivo para a escolha do nome da escola. De acordo com o PP disponível, a escola funcionava no novo prédio da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, situada na rua Godofredo Viana, no Centro da cidade. A variante lexical do topônimo tem origem nas competições de jogos escolares a nível estadual e municipal de que a escola participava e, por isso, recebeu o nome de Raposão uma variação do sobrenome Raposo. A coordenadora da escola, Sheila Garcia, informou que, buscando informação na Secretaria de Estado da Educação e consultando pessoas antigas e na internet, soube que Amaral Raposo foi um jornalista e político maranhense. Fora isso, não tinha mais informações sobre o patrono da instituição.
Fonte das informações: Projeto Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

A escola funciona no conjunto residencial Park Imperial, uma região bastante carente do Parque Alvorada II. Em um outro momento, sua instalação fazia parte de onde hoje é o Colégio Militar Tiradentes, situado no centro da cidade. Desde 2016, por força de uma proposta parlamentar do deputado estadual Marco Aurélio, a instituição encontra-se em funcionamento na periferia recebendo estudantes de bairros vizinhos: Vilha, Parque Alvorada I e Vila Fiquene. A região possui, assim como a maior parte das periferias, a pobreza, a alta taxa de criminalidade e de tráfico

de drogas como fatores potencializadores da evasão escolar, entre outros problemas relacionados à educação, e da miséria em nosso país.

Quadro 6: Ficha nº 2 – Centro de Ensino Caminho do Futuro

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Caminho do Futuro
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Hodotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: A origem do nome da escola está ligada ao passado da fundadora Josefa Amorim Martins que, por falta de oportunidade, não conseguiu cursar Medicina, e a frustração serviu como estímulo para criar e oferecer vagas a crianças que estavam fora da escola, no bairro onde residia, o que foi bem aceito pela comunidade, pois, apesar de ter iniciado como escola particular, a mensalidade era um preço simbólico a fim de atender a todos, principalmente à camada mais carente.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

A instituição está localizada no bairro Parque Santa Lúcia e recebe estudantes da região da grande Vila Nova. Existe desde 1987, quando ainda era da rede privada, e foi estadualizada em 1994.

Quadro 7: Ficha nº 3 – Centro de Ensino Delahê Fiquene

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Delahê Fiquene
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: A escola recebeu o nome <i>Delahê Fiquene</i> em homenagem à mãe do então prefeito José de Ribamar Fiquene que, na época, inaugurou algumas escolas. Foi fundada em 16.07.1984 na gestão do mesmo prefeito e pertencia ao quadro de escolas do município até 1994, quando foi incorporada ao quadro de escolas oficiais do estado.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

A escola, situada no bairro Vila Lobão, funciona efetivamente na rede municipal de ensino desde 1994 e passou para a jurisdição, em 2011, da rede estadual. De acordo com o documento fornecido, a comunidade avalia positivamente o papel atribuído a escola, pelos valores éticos, morais, sociais e culturais, que presta atendimento educacional à comunidade com qualidade e equidade, porém há inúmeros ajustes a serem feitos para que se possa atingir os objetivos e metas, especialmente no que se refere aos eixos temáticos: pedagógico, infraestrutura, científica e tecnológica. O que necessita de maior empenho, busca, procura

comprometimento por parte de todos os envolvidos no processo de construção do saber, do fazer e do conhecer.

O Projeto Político Pedagógico ainda informa que a escola atende os alunos de vários bairros da cidade e são comunidades em que impera desigualdades sociais, estando presente ao redor deles a violência e o uso de drogas.

Quadro 8: Ficha nº 4 – Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Dorgival Pinheiro de Sousa
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: Fundada em 1971, pelo então prefeito Renato Cortêz Moreira, a escola tinha a denominação “Colégio Dorgival Pinheiro de Sousa” em homenagem a um importante político da região, assassinado na época. Ele era o vice-prefeito eleito na chapa de Renato. Inicialmente, a escola funcionava no horário noturno da Escola Municipal Tocantins e, em 1978, passou a ter sede própria. Em 1987, teve as suas instalações ampliadas e, em 1990, foi criado o segundo grau, quando o prefeito da época, Davi Alves Silva, a tornou a primeira escola pública municipal a oferecer o segundo grau. Em 1994, ela foi estadualizada no governo de José de Ribamar Fiquene. Dorgival Pinheiro de Sousa nasceu em Canto Buriti – PI, em 09 de novembro de 1939. Migrou para o Maranhão e fixou residência no município de Amarante, em 1953. Além de político, tornou-se presidente da Associação Comercial. Após o homicídio, tornou-se lendário; por muito tempo populares visitaram o seu túmulo acendendo velas e fazendo promessas. Os homicidas foram identificados, porém o crime ficou impune.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

Quadro 9: Ficha nº 5 – Centro de Ensino Estado de Goiás

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Estado de Goiás
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Corotopônimo – topônimo relativo a nome de cidade, estado, país.
Nota histórica/motivação toponímica: A escola foi fundada em 1962 no governo de Newton de Barros Bello. A origem de seu nome provém de uma homenagem a um dos estados da federação brasileira que na época destacava-se e limitava-se com a cidade de Imperatriz/MA. O funcionamento do centro de ensino ocorreu em 05 de agosto de 1963 com o nome de <i>Grupo Escolar Estado de Goiás</i> .
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

Como característica identitária, a escola se apresenta como uma Escola Democrática em virtude de adotar uma postura aberta às mudanças e inovações pedagógicas, articulando com o coletivo a tomada de decisões deliberativas. O PPP destaca que o corpo discente é formado por pessoas de classes e níveis sociais diferentes, sendo grande parcela moradores da periferia e que conciliam trabalho e estudo.

Quadro 10: Ficha nº 6 – Centro de Ensino Governador Archer

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Governador Archer
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Axiotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: A primeira escola da rede oficial de ensino construída na gestão do prefeito Simplício Moreira e do governador Sebastião Archer da Silva. Em agosto de 1951 foram iniciadas as aulas no Grupo Escolar Governador Archer sob responsabilidade da professora Alzira Herênio Medlig. Sebastião Archer da Silva nasceu em 26 de março de 1883, em São Luís. Mudou-se para Codó, onde tornou-se gerente de uma fábrica de tecidos. Seguiu a carreira política onde ocupou os cargos de prefeito, deputado estadual, governador e senador.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

No documento oficial, o que consta é que a escola possui saldo positivo no ingresso de estudantes em universidades e no mercado de trabalho. O aspecto cultural do aluno é explorado na escola por meio gincanas, feiras culturais e datas comemorativas. É referência na educação especial de surdos na cidade. Em 2010, passa a oferecer exclusivamente o ensino médio.

Quadro 11: Ficha nº 7 – Centro de Ensino Graça Aranha

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Graça Aranha
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: O Centro de Ensino Graça Aranha foi criado em 17 de maio de 1978 no Governo Nunes Freire. Funcionou de início no Grupo Escolar Mourão Rangel e, a partir de 1990, atendendo às deliberações da Coordenadoria de Ensino de 2º Grau, foram feitas modificações curriculares nos cursos: Técnico em Contabilidade, Técnico em Administração e Magistério. Tendo em vista o Projeto de Revitalização do Curso Magistério da Coordenação do Ensino de 2º Grau e Secretaria de Educação e, segundo o Decreto da Governadora Roseana Sarney, o Centro de Ensino de 2º Grau passou, a partir de 1998, a denominar-se <i>Centro de Referência para Formação do Magistério Graça Aranha</i> , com o objetivo de preparar professores. Em 2002, voltou-se ao Novo Ensino Médio – Educação Geral, tendo em vista que o curso Normal em nível médio só funcionou até 2004. Em 2014, o Centro de Ensino Graça Aranha funcionou em dois turnos com o ensino médio regular. A motivação para a escolha do nome não consta no PP, porém, fazendo uma busca, identificamos que José Pereira da Graça Aranha foi um escritor maranhense do movimento pré-modernista e um dos organizadores da Semana de Arte Moderna, estando a par dos movimentos vanguardistas da Europa.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

O Centro de Ensino Graça Aranha apresenta características de uma escola interessada na formação integral do aluno, que não tem medido esforços no cumprimento da sua função social, conforme é mencionado em seu documento oficial.

A escola ainda reforça que tem como função social produzir conhecimentos e criar relações positivas e democráticas entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, para que seja efetivamente uma escola cidadã, que priorize o acesso a uma educação de qualidade, bem como a permanência e o sucesso dos alunos.

É propósito da instituição oferecer um ensino de qualidade, desenvolvendo valores éticos e morais, promovendo crescimento do aluno, contemplando trabalho, ciência, tecnologia e cultura, para que este prossiga em seus estudos, inserindo-se no mercado de trabalho, favorecendo o exercício da cidadania.

Quadro 12: Ficha nº 8 – Centro de Ensino Jovens e Adultos

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Jovens e Adultos
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Cronotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: A escola tem sua origem em 1983, com a denominação <i>Centro de Estudos Supletivos</i> , visando atender adultos dos 1º e 2º graus. Quanto ao 2º grau, era oferecido em sistema de Telecurso, os alunos tendo aulas por meio do kit TV/Vídeo. Além dessa modalidade, oferecia também o projeto Minerva, indicado para estudante da 5ª a 8ª séries do 1º grau. Posteriormente, os dois programas foram extintos, permanecendo o ensino supletivo em etapas em regime presencial.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

Em sua história, a escola possui como diferencial o atendimento personalizado ao aluno do ensino fundamental. Já para o ensino médio, na década de 1980, era oferecido o serviço Telecurso 2000, em que a escola recebia um kit TV/vídeo. O projeto Minerva também foi uma implementação peculiar no ensino dessa instituição, pois o aluno precisaria ter participação direta nas aulas e frequência.

Quadro 13: Ficha nº 9 – Centro de Ensino Militar Tiradentes II

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Militar Tiradentes II
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Axiotopônimo – referente aos títulos e dignidades que acompanham os nomes individuais.
Nota histórica/motivação toponímica: O primeiro Colégio Militar do Brasil foi criado em 08 de março de 1889, com o nome de <i>Imperial Colégio Militar do Rio de Janeiro</i> , projeto sonho de Marquês de Herval e Duque de Caxias, que tinham a intenção de destinar a escola aos órfãos de militares tombados nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. No Maranhão, o então comandante geral da Polícia Militar, coronel Antonio Pinheiro Filho, idealizou o Colégio Militar Tiradentes, por meio da sanção da lei nº 8509 de 28 de novembro de 2006, com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade aos filhos e dependentes dos policiais militares e a pessoas da comunidade em geral. A unidade II, em Imperatriz, foi criada em 2010 pelo comandante geral da PM, coronel Franklin Pacheco Silva. “Tiradentes” era o apelido atribuído a Joaquim José da Silva Xavier, que ficou famoso por ser um dos líderes da Inconfidência Mineira e por ter sido o único, entre os inconfidentes, a receber a pena capital, isto é, a pena de morte, pela forca. Nascido em 12 de novembro de 1746, na então Capitania

de Minas Gerais, durante o Brasil Colonial, Joaquim José desempenhou várias profissões. Entre elas, estava a de dentista amador, por isso foi apelidado como Tiradentes.

Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

Tendo como prioridade histórica, a escola militar possui como premissas os dizeres: “aprender a aprender”, “aprender a fazer” e “aprender a conviver”, correlacionados com a sociedade capitalista e globalizada em que os estudantes vivem. A instituição trata importante na busca de valores e informa que a busca por desafios profundos podem erradicar a pobreza e contribuir para um ensino de qualidade.

Quadro 14: Ficha nº 10 – Centro de Ensino Mourão Rangel

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Mourão Rangel
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: O Centro de Ensino Mourão Rangel foi fundado em 1968 no governo estadual de José Sarney, veio a funcionar normalmente a partir de julho de 1972, legalmente pelo Decreto Lei Nº 42/87 de 28/02/1974, autorização CEE n.º 49/78 e reconhecimento n.º 113/81, com o curso de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. O Ensino Médio Regular e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos foram implantados no ano de 2005.
Fizeram parte do primeiro quadro docente as professoras Maria Odete e Maria José Vieira. O patrono da escola é Joseph Lucas Mourão Rangel, magistrado e educador, filho e neto de imperiais. Nasceu em 17/04/1885 em Mirador-MA, seus pais Dr. Ignácio e D. Marianinha. Seu avô paterno, Dr. José Lucas de Sousa Rangel, gaúcho, foi combatente da Revolução de 1817 que lhe valera cinco anos de prisão em Pernambuco e na Bahia, dos quais dois no tronco. Sua esposa, Eufrásia Guidelha Mourão, cearense de Crateús, famílias que sustentaram verdadeiras guerras com outros fazendeiros apoiados pelos estados: Ceará, Pernambuco, Piauí e Bahia. Essas famílias feudais e a seca se estenderam até o Maranhão. A seu modo, o Dr. Mourão foi guardião dessas tradições de lutas. Ele chegou em Imperatriz, em 1921, em uma longa viagem subindo o Rio Mearim de Gaiola até Vitória do Mearim, onde ficaram em casa de amigos 18 dias, depois seguiram viagem rumo a Anapurus e Grajaú novamente por 7 dias, a cavalo, até chegarem a Imperatriz. A população que tinha condição de arranjar montaria, viera esperar o Senhor Juiz à margem do riacho Cacau.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

Quadro 15: Ficha nº 11 – Centro de Ensino Nascimento de Moraes

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Nascimento de Moraes
Variante: Polivalente - A escola possui uma variante particular, uma vez que era conhecida popularmente como Escola Polivalente, pois tinha como princípio os múltiplos valores na troca professor e aluno, além de que a proposta é formar alunos para os mais variados campos do mercado de trabalho.
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: Com 44 anos de existência, a escola tem se tornado um marco referencial em escola pública da rede estadual de ensino médio. Criada em 23 de maio de 1976, no governo do Dr. Oswaldo da Costa Nunes Freire. A escola recebeu o nome do ilustre poeta maranhense José do Nascimento de Moraes em homenagem ao seu

belíssimo trabalho com a poesia, como prosador e educador emérito, crítico, ensaísta, jornalista, teatrólogo e polígrafo. O Centro de Ensino Nascimento de Moraes tem acumulado experiência em relação ao ensino, currículo e organização educacional, como também prestado um trabalho educacional cada vez mais significativo que consolida a escola como uma das melhores instituições de ensino na cidade de Imperatriz.

Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

A escola possui estudantes que afirmam que as atividades a serem realizadas em sala de aula e as esportivas reforçam a importância dos vínculos sociais. O PPP afirma que a maior parte do aluno vem de famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos, fato que aponta certa diferença com relação ao perfil das demais escolas aqui analisadas.

Quadro 16: Ficha nº 12 – Centro de Ensino Newton Barjonas Lobão

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Newton Barjonas Lobão
Variante: Caic (explicação na nota histórica/informativa do significado da sigla)
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: A escola surgiu a partir do projeto CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança), financiado pelo governo federal. O presidente Fernando Collor de Melo lançou, em 1990, o projeto de construção dos Centros Integrados de Apoio à Criança (CIAC'S), nome dado antes de modificar para <i>Caic</i> . O CAIC de Imperatriz/MA recebeu o nome de <i>CAIC Doutor de Newton Barjonas Lobão</i> em homenagem ao ilustre médico e homem público. Sua construção iniciou-se em 10 de julho de 1992 e terminou em 11 de fevereiro de 1993; as atividades docentes iniciaram em abril de 1994. Contudo, sua inauguração oficial ocorreu em 29 de julho de 1994 pelo então ministro do Desporto, Murilo Avellar Hingel, na gestão do governador Edson Lobão.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

A proposta escolar visava, em sua concepção, integrar ações de saúde, educação, assistência e promoção social para crianças e adolescentes, na década de 1990. Possuía dois objetivos: o primeiro era oferecer às famílias marginalizadas pela estrutura econômica condições mínimas para frequentar a escola, espaço onde lhes era oferecido o que muitas vezes não tinham em casa (comida, uniforme e assistência médico-odontológica).

Quadro 17: Ficha nº 13 – Centro de Ensino Nova Vitória

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Nova Vitória
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Cronotopônimo – topônimos que encerram indicadores cronológicos.
Nota histórica/motivação toponímica: O Centro de Ensino Nova Vitória – Escola de educação básica (Escola de Ensino Médio Regular e EJA), recebeu a nomenclatura <i>Nova</i>

Vitória em homenagem a uma fazenda outrora conhecida pelo nome de *Vitória*, expressão de vencedor. Fundada em 19 de abril de 1988 com o nome de *Unidade Integrada Nova Vitória*, no Governo de Luís Rocha, passando a funcionar em maio de 1989 por meio de reivindicação da comunidade. O município de Imperatriz assume e funciona a escola tendo como primeira gestora geral a professora Luzanira Aguiar e Silva e as auxiliares Terezinha de Sousa Miranda e Ruth Sabino Camelo, as quais permaneceram na gestão de 1989 a 1991. Em abril de 1992 assume a gestão geral a professora Amélia Lopes de Oliveira Costa, e como auxiliar, a professora Francisca Maniva. Em 1993, continua a Gestão de Amélia Lopes e assume como gestora adjunta a professora Francisca Célia Chaves Sá Rocha e a secretária Raimunda Oliveira de Sousa, a qual ficou no cargo até 1999. Em abril de 1999, Maria das Graças Ferreira Silva é nomeada ao cargo de secretária. No ano de 1994, por meio de uma exposição de motivos, a escola é assumida pelo estado na gestão do governador Jose de Ribamar Fiquene.

Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

Quadro 18: Ficha nº 14 – Centro de Ensino Professor Edinan Moraes

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Professor Edinan Moraes
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Axiotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: Os relatos históricos da comunidade contam que a escola começou a funcionar precariamente em um galpão semiaberto como <i>Escola Municipal Dilermano Reis</i> , em 1988, e ainda no mesmo ano a sede foi construída. O marco inicial da fundação da escola foi no dia 10 de setembro de 1988, passando a se chamar <i>Escola Municipal Davi Alves Silva</i> . A estadualização foi instituída por um decreto no ano de 1995, passando a se chamar <i>Unidade Integrada Edison Lobão</i> , homenagem do governador José de Ribamar Fiquene ao amigo e político Edison Lobão. Em 2015, o governador Flávio Dino instituiu um decreto de lei que determinava a mudança do nome de escolas que tivessem como nome pessoas ainda vivas ou que remetessem ao período da ditadura militar. Assim, houve eleições diretas na escola para a escolha do novo nome e o eleito foi <i>Centro de Ensino Professor Edinan Alves de Moraes</i> , um ex-gestor do centro de ensino. hoje (ANO?) possui 38 anos de fundação.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

Quadro 19: Ficha nº 15 – Centro de Ensino Raimundo Soares da Cunha

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Raimundo Soares da Cunha
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: Apesar da pouca informação, sabe-se que o nome da escola foi em homenagem a um morador antigo do bairro, que doou o terreno onde a escola foi construída.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

Quadro 20: Ficha nº 16 – Centro de Ensino Tancredo de Almeida Neves

Elemento geográfico: Centro de Ensino Integrado
Topônimo: Tancredo de Almeida Neves
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo

Nota histórica/motivação toponímica: A escola foi fundada em 29 de outubro de 1987, na administração municipal do prefeito José de Ribamar Fiquene, com o nome de *Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves*, em homenagem ao falecido Presidente da República Tancredo de Almeida Neves, que não conseguiu tomar posse do cargo eleito. A escola passou a atender toda a população do emergente bairro de Vila Redenção, formando uma população em sua maioria de pessoas de baixa renda familiar, desempregados e subempregados, características que até hoje, com algumas exceções, ainda se mantêm neste bairro de periferia. Em 2018, a escola passou por uma mudança, no governo Flávio Dino, tornando-se a primeira escola de Imperatriz a funcionar com o ensino de tempo integral público e gratuito.

Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

Os eventos promovidos pelo Centro de Ensino são formas encontradas para promover essa participação da família na escola. A Festa das Mães, a Feira de Ciências, o Encontro Literário, entre outros, são exemplos de eventos realizados que integram a família à escola. Também em comemoração ao dia dos pais no mês de agosto é oferecida uma palestra com o tema “Família: a importância do PAI na formação do educando”, visto que estes em sua grande maioria, poucos acompanham a educação escolar dos filhos deixando esta incumbência a cargo das mães ou avós.

Quadro 21: Ficha nº 17 – Centro de Ensino União

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: União
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Animotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: O Centro de Ensino União foi fundado em 1968 pelos trabalhadores rurais da União Operária e Agrícola de Imperatriz/Maranhão, tendo como objetivo atender a necessidade escolar dos filhos dos associados, bem como à comunidade do bairro, devido à carência de escolas. Nessa época, o senhor Luís Farias, conhecido como <i>Mestre Cosme</i> , pedreiro que sempre procurou oferecer o melhor para seus filhos e à comunidade, proporcionou a integração das famílias na luta pela criação da <i>Escola União</i> . A dedicação e luta por uma educação para todos fez com que Luis Farias fosse homenageado como o patrono da instituição educacional naquele período.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

Quadro 22: Ficha nº 18 – Centro de Ensino Urbano Rocha

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Urbano Rocha
Variante: Não possui.
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: O Centro de Ensino Urbano Rocha foi fundado no dia 01 de março de 1971, denominado <i>Escola Municipal Urbano Rocha</i> . Funcionava em uma casa alugada, tendo como patrono o ex-prefeito Urbano Rocha Miranda, natural de Imperatriz, que foi brutalmente assassinado no dia 10/07/1953, com apenas 34 anos de idade. Filho orgulhoso da terra do Frei, Imperatriz, nascido em 10 de março de 1919, descendente de uma família com grande influência na história da política partidária imperatrizense, ainda jovem, teve participação nas decisões importantes desse município na qualidade de vereador, de prefeito nomeado em 30 de abril de 1948 e, mais tarde, prefeito eleito em 3 de outubro de 1950, através

de voto democrático, assumindo o referido cargo em 31 de janeiro de 1951 e permanecendo até o dia 19 de junho de 1953, quando foi assassinado.

Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

A escola atende alunos com realidades diversas, tendo em vista a sua localização e acesso favoráveis a alunos urbanos, do centro e dos bairros, bem como a estudantes que residem no percurso da Estrada do Arroz. Apresenta pontos de fragilidade no que diz respeito à ausência da família, a falta de recursos didáticos como máquina copiadora, projetor multimídia entre outros. Além disso, há a falta de motivação dos alunos e a não oferta de algumas disciplinas cuja carga horária encontra-se em aberto. Aliado a essa questão, os computadores não funcionam, fator que impossibilita que os alunos pesquisem em ambiente virtual, ampliando, assim, seus conhecimentos. As dificuldades não aparecem apenas quando se trata do laboratório, mas por todo o prédio, tendo em vista que o mesmo necessita de uma reforma geral.

Quadro 23: Ficha nº 19 – Centro de Ensino Vespasiano Ramos

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Vespasiano Ramos
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: A história da escola é reverenciada pelo frei Epifânio da Abadia, um sacerdote exemplar que dedicou sua vida às causas cristãs e sociais. Foi um vigário da Paróquia São Francisco que, percebendo as necessidades da comunidade, oportunizou um local de formação básica na Capela Menino Jesus de Praga. A construção do prédio se deu no final do ano de 1976, no governo de Nunes Freire. Em 1994, foi estadualizada no governo de José de Ribamar Fiquene. A motivação para a escolha do nome da instituição se deu por conta do nome do poeta e comerciante Joaquim Vespasiano Ramos, que nasceu em 13 de agosto de 1884, em Caxias, e faleceu em 26 de dezembro de 1916, em São Luís.
Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

Quadro 24: Ficha nº 20 – Centro de Ensino Vinícius de Moraes

Elemento geográfico: Centro de Ensino
Topônimo: Vinícius de Moraes
Variante: Não possui
Taxionomia toponímica: Antropotopônimo
Nota histórica/motivação toponímica: A proposta de criação da escola aconteceu em 1974, na proposta de jurisdição do prefeito José do Espírito Santo Xavier, com o nome <i>Grupo Escolar Presidente Castelo Branco</i> . Em 1982, tornou-se escola anexa da escola Dorgival Pinheiro de Sousa, passando a se desvincular desta escola em 1985. Em 1994, foi estadualizada, passando a se chamar <i>Unidade Integrada Castelo Branco</i> . Recentemente, a escola passou a se chamar <i>Centro de Ensino Vinícius de Moraes</i> , mediante decreto de 2015 do governador Flávio Dino, estabelecendo que logradouros e prédios públicos sob o domínio ou gestão estadual que contemplem nomes de pessoas vivas, constados no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade como responsáveis por crimes cometidos durante a Ditadura Militar.

Fonte das informações: Projeto (Político) Pedagógico dos centros de ensino da rede pública estadual em parceria com a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI).

Fonte: O autor, baseado nas fichas lexicográfico-toponímicas de Dick (2004)

A seguir, será listado o quantitativo de cada classificação taxionômica referente às escolas estaduais levantadas.

Quadro 25: Disposição taxionômica das escolas estaduais de Imperatriz/MA

	Animotopônimos	Antropotopônimo	Axiotopônimos	Corotopônimos	Cronotopônimos	Hodotopônimos
1	CE União	CE Amaral Raposo	CE Governador Archer	CE Estado de Goiás	CE Jovens e Adultos	CE Caminho do Futuro
2		CE Delahê Fiquene	CE Militar Tiradentes II		CE Nova Vitória	
3		CE Dorgival P. de Sousa	CE Professor Edinan Moraes			
4		CE. Graça Aranha				
5		CE Mourão Rangel				
6		CE Nascimento de Moraes				
7		CE Newton Barjonas Lobão				
8		CE Raimundo S. da Cunha				
9		CE Tancredo de A. Neves				
10		CE. Urbano Rocha				
11		CE Vespasiano Ramos				
12		CE Vinícius de Moraes				
Total	1	12	3	1	2	1

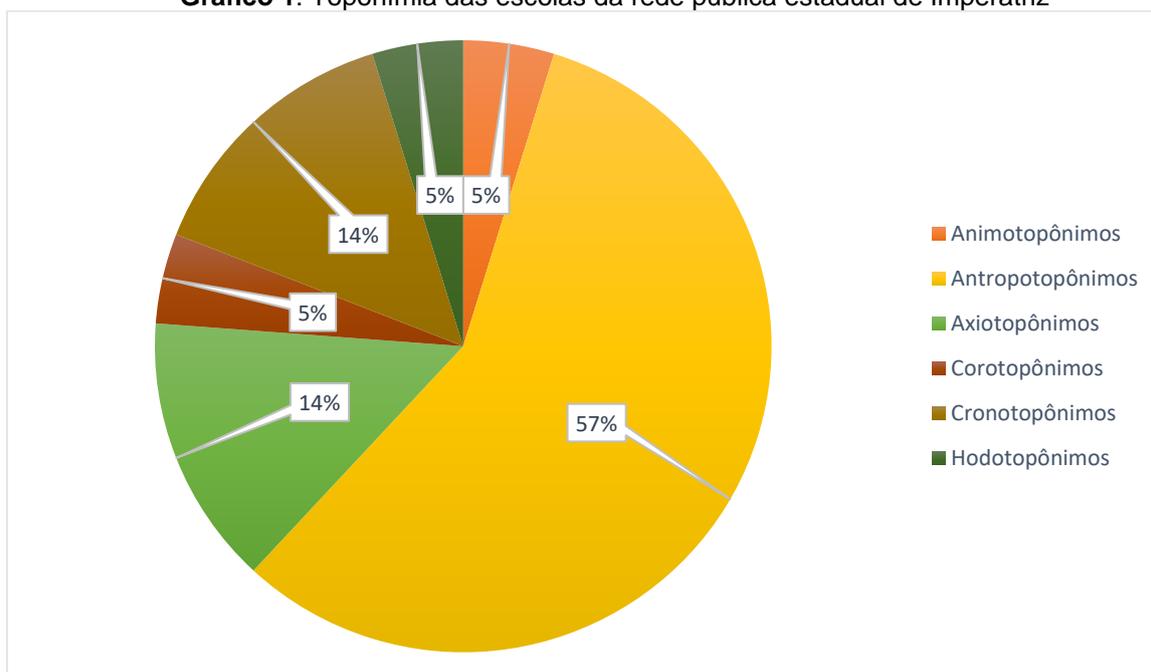
Fonte: O autor

Nota-se que a maior parte dos topônimos pesquisados são antropotopônimos, mais de 50% do total. Observando pelo ponto de vista da localização geográfica das escolas com esta classificação, nota-se que o espaço habitado não contribuiu diretamente para o processo de nomeação, em alguns casos. Por exemplo, no Centro do município de Imperatriz, há topônimos antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos e cronotopônimos. Sendo assim, chegou-se à conclusão de que não houve uma regra para a nomeação das escolas desse bairro.

O mesmo ocorre com duas escolas localizadas nas regiões do grande Bacuri (neste caso, os bairros Bacuri e Parque Anhanguera), que são classificadas como antropotopônimos e axiotopônimos. As duas instituições da grande Vila Nova (neste caso, os bairros Parque Santa Lúcia e Parque Imperial) também dialogam com essa mesma perspectiva: são antropotopônimos e hodotopônimos.

Todavia, situação peculiar ocorre com as duas escolas estaduais da região da Grande Vila Lobão (nos bairros Vila Lobão e Redenção), que se classificam como antropotopônimos. Isso pode explicar muito o processo de nomeação de outros tipos de topônimos dessa região, mesmo que não exista um documento oficial que comprove o fato. A seguir, tabulou-se o percentual das escolas investigadas, de acordo com as suas classificações toponímicas.

Gráfico 1: Toponímia das escolas da rede pública estadual de Imperatriz



Fonte: o autor

Constata-se a partir da leitura do quadro e do gráfico, que há uma incidência de antropotopônimos, como dito anteriormente, que é justificado pelas pessoas que influenciaram a história da cidade e se tornaram importantes por algum motivo. Sendo assim, nada mais justo do que receber uma homenagem tendo o seu nome colocado na escola. A cidade de Imperatriz recebeu no passado e ainda recebe pessoas de diversas regiões do país, portanto, é miscigenada. Não há influência de um povo específico.

A partir dos dados levantados, constatou-se também que todos os topônimos pertencem a uma motivação de ordem antropocultural; destas, seis classificam as vinte escolas participantes. Na sequência, será apresentada nesta Dissertação a Produção Técnico-Tecnológica.

5 PRODUÇÃO TÉCNICO-TECNOLÓGICA (PTT)

Caderno Pedagógico: Toponímia na escola

Este Produto Técnico-Tecnológico (PTT) é resultado da Dissertação “Lugares de memória e identidade: a dinâmica toponímica das escolas públicas urbanas de Imperatriz/MA”, pesquisa desenvolvida para o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMASUL), tendo como objetivo geral analisar os topônimos das escolas públicas urbanas de Imperatriz/MA a fim de identificar estruturas linguísticas e aspectos motivacionais que podem ser percebidos a partir da escolha dos nomes investigados.

Desta forma, temos como proposta elaborar uma Sequência Didática (SD), cujo gênero escolhido foi um Caderno Pedagógico (CP), contendo exercícios práticos sobre Toponímia para professores e estudantes do Ensino Médio, nível educacional em que os estudantes têm contato com o Léxico, que compõe a parte introdutória da proposta para, assim, chegarmos de fato ao ensino de Toponímia. Salienta-se que o conteúdo do material didático (MD) é oferecido na segunda série pela rede estadual de ensino, em Imperatriz/MA.

O intuito é trazer uma proposta de intervenção teórico-metodológica interdisciplinar com discussões sobre Toponímia, aplicadas ao ensino de Língua Portuguesa - já tradicional, podendo contextualizar com componentes curriculares como Geografia e História. Para a produção da SD, é necessário analisar a realidade do estudante, observando as peculiaridades dos nomes dos logradouros dessa região, mais especificamente do município, pois muitas vezes o que é retratado nos MD não condiz com a vivência do leitor. De acordo com Valea (2003, p. 4):

Toponímia e Escola convertem-se numa guia para a exploração do entorno toponímico do alunado. A presença da Toponímia no currículo escolar era até agora algo ocasional [...]. Com Toponímia e Escola pretende-se mostrar o enorme potencial didático que oferece o nome próprio de lugar e salientar, ao mesmo tempo, a sua importância como recurso a serviço do processo geral de Normalização Linguística. [tradução nossa]

Para isso, elaborou-se o devido planejamento da SD para o professor:

Quadro 26: Guia de aprendizagem
Previsão de tempo: 24 horas-aula

Série	Componente Curricular	Área do Conhecimento
-------	-----------------------	----------------------

2ª Série – Ensino Médio	Língua Portuguesa	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
Objetivos	OBJETOS DO CONHECIMENTO	
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar ao estudante a Toponímia, trazendo noções de sua interação com outros componentes curriculares; • Explorar o papel da memória na construção da identidade de um povo; • Trazer ao conhecimento do estudante a história e a geografia no mapa do bairro Bacuri; • Analisar os principais topônimos do bairro Bacuri, indicando os respectivos padrões motivadores e as múltiplas significações sociais dos nomes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Memória e Identidade • Léxico; • Toponímia; • Noções de história e geografia de Imperatriz; • Gênero Entrevista. 	
COMPETÊNCIAS GERAIS – BNCC		
<input checked="" type="checkbox"/> Conhecimento <input checked="" type="checkbox"/> Pensamento científico, crítico e criativo <input checked="" type="checkbox"/> Repertório cultural <input checked="" type="checkbox"/> Linguagens e comunicação <input checked="" type="checkbox"/> Cultura digital	<input checked="" type="checkbox"/> Trabalho e Projeto de Vida <input checked="" type="checkbox"/> Diálogo e argumentação <input checked="" type="checkbox"/> Autoconhecimento e autocuidado <input checked="" type="checkbox"/> Empatia <input type="checkbox"/> Responsabilidade e cidadania	
ATIVIDADES		
Prévias	Didático-Cooperativas	Complementares
*Conhecimento popular adquirido sobre histórias dos bairros de Imperatriz.	*Leitura coletiva e discussão de textos sobre Memória, Identidade, Léxico e Toponímia; *Retirada de dúvidas com o professor; *Rodas de Conversa; *Pesquisa de campo no bairro Bacuri, identificando os topônimos presentes; *Análise e classificação taxionômica dos elementos específicos da região pesquisada.	*Pesquisas na internet sobre os assuntos estudados; *Aquisição de mapas do bairro Bacuri e da cidade de Imperatriz no Google Maps e/ou na Secretaria Municipal de Infraestrutura (SINFRA).

ESPAÇOS EDUCATIVOS

Os espaços utilizados serão os da sala de aula, e a biblioteca da escola pode ser utilizada para as leituras. O bairro Bacuri pode ser visitado pelos estudantes para a realização da pesquisa de campo. Utilizaremos, também, alguns espaços virtuais visando pesquisas como no Google Maps e em sites em geral.

As aulas dar-se-ão no formato presencial.

ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

Os critérios avaliativos levarão em consideração não apenas a capacidade cognitiva do estudante, mas o envolvimento e a participação por meio da realização de rodas de conversas e dos exercícios de fixação. Os instrumentos avaliativos se concretizarão considerando a capacidade argumentativa, a criticidade e a criatividade, que estruturam as competências socioemocionais da BNCC. A

estratégia vai priorizar o critério diagnóstico e somativo e ocorrerá a partir da resolução de exercícios sobre Toponímia, podendo trazer exemplos do entorno, sobretudo do bairro Bacuri, o escolhido para identificar o aspecto motivacional dos topônimos.

FONTES DE REFERÊNCIA

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em 08 out. 2020

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. **Estudos de onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial**. In Anais. São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

Fonte: Elaborado pelo autor

Ademais, apresentamos propostas de aulas, divididas em momentos:

Primeiro momento – 2h/a: professor, você irá apresentar ao estudante a Toponímia. Para isso, você precisa explicar o que é “lugar”. Em seguida, trazer noções de memória e o seu papel para a construção da identidade de um povo, além da sua relevância para o processo de nomeação.

Durante a aula, em roda de conversa, podem ser feitos os seguintes questionamentos aos estudantes:

- 1- O que você entende por lugar? Cite alguns lugares da sua cidade.
- 2- O que é memória? Comente sobre algumas memórias da sua infância.
- 3- O que é identidade?
- 4- Você consegue relacionar a sua identidade com as memórias que resgatou da infância? Se sim, discuta com os colegas.
- 5- A partir dos exemplos de lugares que a turma trouxe, você sabe o motivo pelo qual tal lugar é assim denominado?

Segundo momento – 2 h/a: Neste espaço, você fará uma sondagem com os alunos sobre Toponímia. Para isso, sugerimos as seguintes perguntas:

- 1- Qual o nome da rua em que você mora?
- 2- Qual o nome da rua da sua escola?
- 3- Qual o nome do seu bairro e o nome da escola?

4- Você conhece a palavra *Toponímia*? Qual o seu significado?

Os questionamentos podem ser feitos por meio de rodas de conversa, com a participação da turma. Assim, o professor pode escrever no quadro o conceito e trazer exemplos.

Terceiro momento – 6 h/a: Após a exposição sobre as noções básicas de Toponímia, nesta primeira parte, o professor dividirá os estudantes em grupos para a atividade: analisar os topônimos do bairro Bacuri.

Equipe 1: nomes das praças e igrejas;

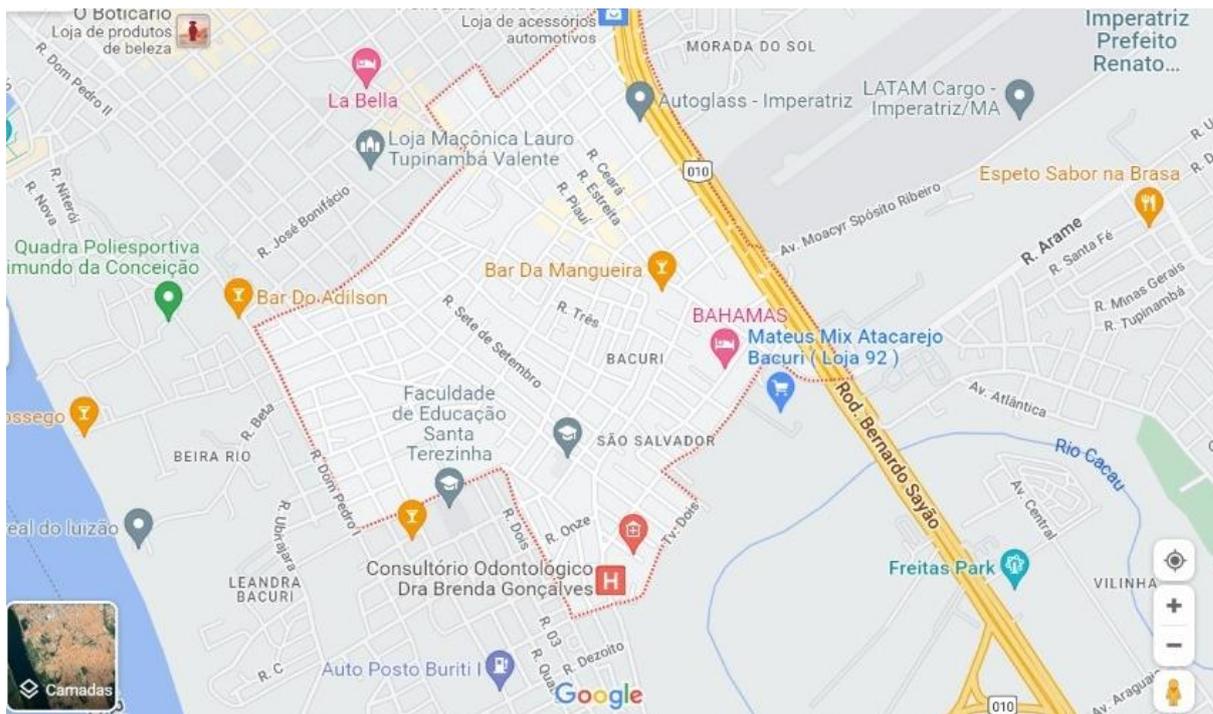
Equipe 2: nomes das ruas, avenidas e travessas;

Equipe 3: nomes das escolas;

Equipe 4: nomes de outros topônimos de relevância para o bairro.

Os estudantes deverão ser orientados a irem à SINFRA ou outro órgão da Prefeitura Municipal de Imperatriz (PMI) para solicitarem o mapa da cidade e/ou do bairro para facilitar a localização dos lugares. A gestão escolar pode facilitar o acesso ao respectivo documento, solicitando-o por meio de ofício ao órgão responsável. A seguir está a representação do mapa do bairro Bacuri.

Figura 5: Mapa do bairro Bacuri



Fonte: Google Maps

Ainda, na aula, o professor terá papel essencial na orientação das equipes sobre o passo a passo a seguir na pesquisa toponímica.

Na segunda parte deste momento, o professor poderá convidar o professor de Geografia para explicar os itens essenciais para a leitura de um mapa, como título, legenda, escala, entre outras terminologias.

Quarto momento – 8 h/a: Tendo em mãos os mapas, o professor orientará os estudantes a fazerem a tabulação e a sistematização dos dados qualitativos e quantitativos em uma tabela ou em um rascunho no papel (identificar os de origem física e antropológica, explicar para os estudantes as classificações taxionômicas). O critério utilizado é o da motivação e, para isso, as equipes terão de ir a campo para entrevistar moradores mais antigos do bairro (o professor deverá explicar como se configura o gênero entrevista). Segue sugestão de algumas perguntas para a entrevista:

- 1- Qual é o nome do topônimo?
- 2- Quando o topônimo passou a ter esse nome?

3- Qual a motivação para a escolha do nome?

O professor deverá abrir espaço para que os alunos elaborem outras perguntas que tenham relação com a pesquisa.

Quinto momento – 4 h/a: a culminância do trabalho acontecerá com a apresentação de seminários, a partir da divisão das equipes listadas no terceiro momento. O professor deverá orientar que as apresentações sejam feitas em slides e socializadas com a turma, sendo duas apresentações a cada duas horas-aula. Para isso, as equipes deverão socializar as experiências obtidas no contato com os moradores do bairro Bacuri, além de apresentar os resultados da sistematização dos dados.

Considerações: Ao final das apresentações, o professor fará as considerações, apontando os destaques positivos e os que precisam ser revisados, a fim de avaliá-los. Vale lembrar que aqui são sugestões de trabalho em sala de aula com a Toponímia e poderão ser adaptadas de acordo com a necessidade de cada turma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto aqui desenvolvido apresentou resultados inéditos no campo do léxico, a partir dos estudos da Toponímia local, estando de acordo com os objetivos propostos. Essa investigação, aliada ao aporte teórico de memória e identidades, trouxe o resgate histórico individual das daquelas que dispuseram essas informações em seus documentos oficiais, bem como suas respectivas justificativas para as nomeações e representações no âmbito das comunidades envolvidas. Estudos dessa natureza revelam-se necessários para a sociedade imperatrizense, sobretudo a acadêmica, pois resgatam, registram e analisam traços de história, cultura e ideologia que estão interligados à língua, particularmente visto aqui por meio do léxico.

Após o breve e sucinto percurso teórico percorrido, buscamos apresentar o trabalho com a microtoponímia, que faz com que esses sujeitos visualizem sua

inserção no contexto social em que vivem, possibilitando conhecer mais sobre a constituição social de seu povo, de sua região. E o ser humano é parte essencial no processo.

Ressalta-se que os objetivos aqui propostos foram alcançados, tendo em vista que conseguiu-se todos os documentos de averiguação do padrão motivador de cada instituição escolar.

A proposta aqui apresentada não se esgota ou se restringe, mas procura refletir sobre os estudos onomásticos e visa ainda a servir de base para pesquisas futuras, como desenvolver um trabalho voltado para as escolas municipais e particulares da cidade, além de outros espaços da micro e macrotoponímia.

Este trabalho também teve como pressuposto incentivar trabalhos em sala de aula, orientados por professores da educação básica, por meio da Produção Técnico-Tecnológica, que promovam a interface entre léxico, memória e identidades.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. **A lexicologia e a teoria dos campos lexicais**. Maria Salvador: Quarteto, 2011.

ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos; ZAMARIANO, Márcia. Estudo toponímico do Caminho do Peabiru: contribuição ao resgate da história do Paraná. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 10, n. 2, p. 141-164, julho-dezembro, 2014. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/21/showToc>>. Acesso em: 14 de fev. 2020.

APOLLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a Produção do Conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

BERGSON, H. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BIDERMAN, M. T. C. **Léxico e vocabulário fundamental**. ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 40, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3994>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.308-345: Cultura brasileira e culturas brasileiras.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 7. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em 08 out. 2020

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. **Estudos de onomástica em língua portuguesa no Brasil**: perspectivas para inserção mundial. In Anais. São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

CARVALHO, Luis Osete Ribeiro. DUARTE, Francisco Ricardo. MENEZES, Afonso Henrique Novaes. SOUZA Tito Eugênio Santos [et al.]. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância** /– Petrolina-PE, 2019.

CENSO ESCOLAR, 2018. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/busca/110-maranhao/3995-imperatriz>>. Acesso em 09 mai 2020.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

FIORIN, José Luiz (Org.) **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

IMPERATRIZ, Prefeitura Municipal. **Livro de transcrição de correspondências**, vol. I, 1930 a 1936, fl. 17. 10 Ibid, fl. 46. Outros Tempos, vol. 10, n.15, 2013. ISSN:1808-8031

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva &. Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

LARA, Luis Fernando. **Curso de lexicologia**. México, D. F. El Colegio de México, 2006.

LYONS, John. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

LYONS, J. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Petrópolis – RJ: ZaharEditores, 1982. 322 p

MELO, P. A. G. **EDUCAÇÃO E LINGUAGEM**: a necessidade de elaboração de dicionário enciclopédico escolar brasileiro focando os signos toponímicos. Trama, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 209–228, 2016. DOI: 10.48075/rt.v12i24.11634. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/11634>. Acesso em: 27 abr. 2022

NORA, Pierre. **Entre História e Memória** – a problemática dos lugares. In: Projeto História 10, PUC-SP, 1993, pp. 7-28. Disponível em www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf. Acesso em 18 de fev. de 2013

PELINSER, André Tessaro. **O espaço regional na literatura brasileira: um problema defronteiras**. Travessias Interativas, v. 8, p. 3, 2014. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/article/view/11035/8538>. Acesso em: 22/01/2020.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 05, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. 258p.

POTTIER, Bernard. AUDUBERT, Albert. PAIS, Cidmar Teodoro. **Estruturas linguísticas do português**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

PRODANOV, Cléber Cristiano. FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSSI, Paolo. Lembrar e esquecer; o que esquecemos sobre a memória? In: **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010, pp. 15-63.

SANTOS, Michele Moura dos. **Toponímia e Interdisciplinaridade: uma proposta de estudo do léxico para turmas do 6º ano do ensino fundamental – Sequência de atividades**. UFAC – Profletras. 2019. Disponível em: <http://www2.ufac.br/profletras/menu/copy_of_dissertacoes/copy_of_Michellysequenciadeatividades.pdf>. Acesso em 08 de abr de 2022.

SAPIR, Edward. **Língua e ambiente**. Linguística como ciência. Ensaio. Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias**. Projeto 15, São Paulo, EDUC, Abril/1997, pp. 51-71. Disponível em: <www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria15.pdf>. Acesso em 15 de ago. 2020.

ULLMANN, Stephen. **Uma introdução à ciência do significado**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VALEA, X. M. **Guía para una intervención toponímica desde a escola**. Ourense Spain, 2003. Disponível em: <http://ilg.usc.es/agon/wp-content/uploads/2010/09/Guia_didactica3.pdf>. Acesso em 08 de abr. 2022.

ANEXOS

CENTRO DE ENSINO AMARAL RAPOSO

1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a construção de parâmetros que nortearão o processo de ensino e aprendizagem do **Centro de Ensino Amaral Raposo**, tendo como referência a realidade concreta da comunidade escolar, composta por pais, alunos, Colegiado Escolar, coordenadores, professores e gestores, os quais acreditam na possibilidade da construção do conhecimento a partir de ações coletivas. O Projeto Político-Pedagógico servirá de referência para as ações dos anos de 2017 e 2021.

O projeto se apresenta como resultado de estudos, reflexões, debates, com o corpo docente, discente, administrativo, pais e alunos da escola. Baseia-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, é fruto de uma Pedagogia histórico-crítica, tendo como alvo despertar, no aluno, o olhar dialético diante das questões que lhes são propostas. Foi construído a partir de debates acerca de temas relevantes para a comunidade escolar, de alcance local e global. Acredita-se, pois, em sua importância como ação significativa para o alcance dos objetivos e para a formação integral do nosso aluno.

2 IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO ESCOLAR

O **Centro de Ensino Amaral Raposo** foi criado pelo Decreto nº _____ de _____ de _____, no Governo _____ pela resolução nº 029/79 do Conselho Estadual de Educação. Reativada no dia 06 de dezembro de 2016, é a primeira unidade escolar de ensino médio da rede pública da região do “Grande Parque Alvorada” e tem uma área de 60x45m², 10 salas de aula, laboratório, sala de multimeios, biblioteca e auditório.

Foi fundada em _____, na administração do Governador _____. A escola, funcionou de início no prédio que atualmente é a Faculdade Pitágoras, depois de alguns anos mudou para o prédio que atualmente é o Colégio Militar Tiradentes, foi desativada no início do ano de 2013 e ativada em

2017.

Em 2017, o Centro de Ensino Amaral Raposo passou a funcionar em três turnos: matutino, vespertino e noturno, com o nível de Ensino Médio Regular e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos- Ensino Médio, com 186 alunos matriculados, no curso de Ensino Médio Regular, e 80 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos contando com o trabalho de 26 professores, todos com um só desejo, formar cidadãos que tenham uma postura ética, consistente, capaz de atuar e modificar a realidade em que está inserido.

CE CAMINHO DO FUTURO

1. Histórico Escolar:

NOME: Centro de Ensino Caminho do Futuro.

O CE Caminho do Futuro está localizado à Rua Álvaro Pereira nº 800 no bairro Vila Nova em Imperatriz Ma.

ORIGEM DO NOME: Caminho do Futuro está ligado ao passado da fundadora, Josefa Amorim Martins, que por falta de oportunidade não conseguiu realizar o desejo de formar-se em medicina, essa frustração serviu de estímulo para fazê-la criar e oferecer vagas às crianças que estavam fora da escola no bairro onde residia, o que foi muito bem aceito pela comunidade pois apesar de ter iniciado como escola particular, a mensalidade era um preço simbólico, a fim de atender todos, principalmente a camada mais carente.

DATA DE INAUGURAÇÃO: 01/03/1987, foi construída e inaugurada na gestão do prefeito José de Ribamar Fiquene e do Governador Eptácio Cafeteira. Esta Escola iniciou em regime particular em: 01/03/1984, na residência da fundadora, passou a ser municipal em: 1986 ganhando sede própria e por conseguinte acolhendo a clientela que já não comportava mais naquelas pequenas salas onde até então vinha funcionando. Foi estadualizada em 1994 através da lei nº 730/ 94. Atendia ao Ensino Fundamental e Médio até o ano de 2009, atualmente atende apenas o Ensino Médio. Esta Instituição de Ensino mudou de endereço apenas uma vez, da Rua 15 de novembro para o atual endereço.

ÁREA TOTAL: 3.044,80m².

CENTRO DE ENSINO DELAHÊ FIQUENE

Apresentação:

O Centro de Ensino Delahê Fiquene, adota medidas flexíveis para garantir ao aluno educação de qualidade, o corpo técnico assume um papel importante no contexto escolar, visto ser ele o responsável pela sustentação do fazer pedagógico. Sendo assim, está diretamente envolvido com o corpo docente.

Os profissionais que compõe a equipe, possuem formação compatível com a qualidade exigida para as funções pertinentes. Irão apropriar-se dos conhecimentos científicos e políticos, além dos valores e atitudes indispensáveis à compreensão da política educacional do atual contexto da reforma estrutural de sistematização teórica e prática, de modo a contribuir para a construção da cidadania. Diante disso, compete à equipe elaborar e executar, juntamente com toda a comunidade escolar, o Projeto Político Pedagógico, zelando pela execução do mesmo e pela adequação às necessidades da comunidade, bem como buscar meios para promover ações educativas, sociocultural, à formação continuada de todos os segmentos.

Segundo Antonio Bringham, o Projeto Político Pedagógico, configura-se como a própria organização do trabalho pedagógico coletivo; tem como missão o compromisso com a qualidade da educação.” Nesse sentido, a escola por meio de estudos e debates, assume a concepção de aprendizagem “sóciointeracionista”, ou seja, o conhecimento é constituído pela interação do sujeito com o meio social e sua apropriação efetiva-se por meio da articulação entre os conceitos cotidianos e os científicos. (Revista Gestão em Rede, agosto 2006, n. 22, p. 12)

Pedagogicamente, esta é uma oportunidade para a divulgação da produção histórica-coletiva da comunidade escolar, que reconhece o compromisso e esforço concentrado de todos os setores da escola, para produzir conhecimentos e ajudar a construir uma sociedade melhor e mais saudável. As ações de conscientização e apoio realizadas junto à comunidade, mostram a formação de um indivíduo crítico e politizado, sintonizado com o mundo. Os profissionais da educação, busca atender as necessidades e as demandas da sociedade, de acordo com o compromisso que coincidem com a filosofia de trabalho da Equipe, que priorizam os valores humanos e éticos.

Para Vieira, a participação de todos os funcionários da instituição na elaboração do Projeto é fundamental, haja visto que ele é fruto de um imprescindível esforço coletivo, sua construção exige profunda reflexão sobre as suas finalidades da instituição, seu papel sociocultura e educativo e a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem realizando quinquênio de 2013/2018

Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, princípios, valores e conhecimentos do contexto educativo, constituindo-se em compromisso político pedagógico. Ele deve ser concebido com base nas diferenças existente entre seus autores. É portanto, fruto de reflexão e investigação.

Para André, é mediante observação e análise que se caracterizam o que ocorre no interior da escola, das salas de aula, as relações, como são concebido, executado e avaliado o currículo escolar, atitudes, valores, crenças e estratégias, tais pressupostos dá o embasamento das questões proprietárias e uma visão clara, para propor alternativas de soluções dos problemas existentes no centro”.

Dentro dessa ética, os construtores do projeto, selecionam valores, buscam pressupostos teóricos e metodológicos postulados por todos, identificando as aspirações da comunidade em relação ao papel da escola na educação da população

e na contribuição que irá oferecer “ pleno desenvolvimento do educando e sua qualificação profissional”, art. II da Lei 9394/2006. E mais referenciado nesta Lei (art. 121) e dando cumprimento às metas do Plano Nacional de Educação, esta proposta objetiva subsidiar um trabalho educacional significativo em nossa comunidade (bairro/cidade)

Didaticamente falando, a escola tem papel primordial de orientar seus atores educacionais para exercer fascínio sobre a realidade vivida, sendo portanto, capazes de lutarem pela integração e participação em prol de um ambiente promotor de uma educação de qualidades e de um lugar fraterno, construtor de valores éticos e humanos, criando um cultura de paz e harmonia.

As ações básicas e as constantes mudanças aqui projetadas, privilegia os princípios proclamados pela UNESCO, focalizando o aprender a conviver. Compreendemos ser a escola o espaço de vivências singulares no ato de uma aprendizagem significativa, como também permeada de afetividade. Igualmente esta deve primar pelo conhecimento de como o aluno aprende e ancorados em quais lugares sociais e culturais.

1 . Identificação da Escola

1.1. Centro de Ensino “Delahê Fiquene”

Endereço: Rua Duque de Caxias, s/n – Vila Lobão

Telefone: (99) 99212-6861

CEP: 65910-150

Imperatriz – MA

Código INEP: 21093660

1. 2. Entidade Executora

Caixa Escolar Delahê Fiquene

Registro: 0583/97

CNPJ: 01.836.844/0001-30

1.2. Incorporado no Quadro das Escolas Oficiais do Estado

Decreto de Criação: 13933-04/05/1994

Publicado no Diário Oficial: 089-10/05/1994

1.3. Mudança de Denominação

Escola Municipal Delahê Fiquene para Unidade Integrada Delahê Fiquene

Parecer: 146-04/07/1996 – CEE

Processo: 245/1995 – COINSP

1.4. Cursos Ministrados

Ensino Médio

Regular: (1ª a 3ª série)

EJA (Educação de Jovens e Adultos): I e II Etapa

2. Histórico da Escola

O Centro de Ensino Delahê Fiquene, fica situado à Rua Duque de Caxias, s/n, bairro Vila Lobão na cidade de Imperatriz – MA, foi fundado em 16.07.1984 na gestão do então prefeito Dr. José de Ribamar Fiquene, pertencia ao quadro de escolas do município até 1994, quando incorporada ao quadro de escolas oficiais do Estado

sob decreto nº 13993-04.05.1994 e publicado no Diário Oficial nº 089 – 10.05.1994 mudando de denominação de Escola Municipal Delahê Fiquene para Unidade Integrada Delahê Fiquene através do parecer nº 146 – 04.07.1996 – CEE.

Em 2001 foi incluída nas escolas de Ensino Médio, onde mudou novamente de Unidade Integrada Delahê Fiquene para Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Delahê Fiquene – CEEFM, através do parecer nº 037/2003 – Conselho Educacional de Educação – CEE.

Possui prédio próprio, sua área é de 2.175m² distribuídos em 08 salas de aula, 01 secretaria, 01 pátio coberto, 01 laboratório de Informática, cantina, Dispensa, banheiros de alunos e professores. Passou por uma reforma no período de dezembro a março / 97, com recursos de F.N.D.E. No período de 2016/ 2018 foram feitos alguns reparos tais como: pintura, retelhamento, instalação de forro e centrais de ar condicionado, reparação de quadro elétrico com troca de cabos e disjuntores. Entretanto, sua estrutura física ainda é carente, necessitando ainda de: quadra de esportes, sala de vídeo, refeitório, depósito para livros e equipamentos entre outros.

Sua reinauguração aconteceu dia 22.05.1997. Hoje funciona nos três turnos (matutino, vespertino e noturno) com 24 (vinte e quatro) turmas, sendo 20 (vinte) de Ensino Médio Regular e 4 (quatro) de EJA – Educação de Jovens e Adultos), totalizando o número de 948 alunos e um total de 76 funcionários, sendo 51 professores e 25 administrativo, incluindo Gestores, Apoio Administrativo, Coordenadores, A.S.G e Vigilantes.

COMPLEXO EDUCACIONAL DE 1º E 2º GRAUS
"DORGIVAL PINHEIRO DE SOUSA"

HISTÓRICO

Fundado em 1971, pelo então prefeito Renato Cortéz Moreira, com a denominação de "Colégio Dorgival Pinheiro de Sousa", em homenagem a um importante político da região, assassinado na época. Foi o primeiro ginásio público do município de Imperatriz. Inicialmente instalou-se na Escola Municipal Tocantins, horário noturno. Nos anos subsequentes foi sendo ampliado, ocupando as salas de outras Escolas Municipais no turno noturno.

Em 03 de janeiro de 1978 foi inaugurada a sua sede própria na Rua Simplicio Moreira, S/Nº, na gestão do prefeito Carlos Gomes de Amorim.

Ampliadas suas instalações em 16 de agosto de 1987, na administração do Prefeito José de Ribamar Fiquene, recebeu o nome de Palácio da Educação "Dorgival Pinheiro de Sousa".

No ano de 1990, foi criado o 2º Grau, quando Prefeito Davi Alves Silva, tornando-se assim a primeira escola pública municipal de 2º Grau de Imperatriz.

Em 1994, a Escola foi estadualizada na administração do Governador José de Ribamar Fiquene, passando a denominação de Complexo Educacional de 1º e 2º Graus "Dorgival Pinheiro de Sousa".

Atualmente o Complexo mantém 32 salas de aula, funcionando em 03 turnos com o total de 3.953 alunos, assim matriculados: no 1º Grau - 1602, no 2º Grau - 2351, ministrando os cursos de:

- Formação Geral
- Formação para Magistério
- Técnico em Administração
- Técnico em Contabilidade

Uma das últimas conquistas da Escola foi o registro dos cursos citados, pelo Conselho Estadual de Educação - Resolução 33/96, com o apoio da Senhora Governadora Roseana Sarney e de seu Secretário da Educação Gastão Vieira.

BIBLIOGRAFIA DE DORGIVAL PINHEIRO DE SOUSA

Patrono do Complexo Educacional de 1º e 2º Graus "Dorgival Pinheiro de Sousa", localizado na Rua Simplicio Moreira, S/Nº, na cidade de Imperatriz-MA.

Nasceu em Canto do Buriti - PI., em 09 de novembro de 1939, filho de Joaquim Pinheiro Brito e de Rosalina Rodrigues Dias.

Órfão de pai desde os sete anos de idade. Migrou com a família para o Maranhão e fixou residência na vizinha cidade de Amarante no ano de 1953.

Foi aprendiz de sapateiro, engraxate, menino de recados, balconista, pequeno comprador de gêneros, quando então passou a ter ligações com a cidade de Imperatriz.

Continuou trabalhando nos mais diferentes ramos, até tornar-se proprietário de uma máquina beneficiadora de arroz.

Casou-se em 20 de outubro de 1957 com Maria da Consolação Barbosa Pereira, que lhe deu quatro filhos, dentre estes destaca-se Dorgival Pinheiro de Sousa Filho, economista e tendo também como atividade a função de professor do Complexo em referência, em épocas anteriores.

Dorgival Pinheiro de Sousa tornou-se também maçom e rotariano. Sempre progredindo, tanto no setor comercial como social. Tornou-se um autêntico representante dos novos imperatrizenses.

Candidato a Vice-Prefeito na chapa Renato Moreira, também foi eleito com grande maioria. Continuou dedicando-se com mais empenho aos problemas desta terra e crescendo no conceito de todos.

Tornou-se Presidente da Associação Comercial, dando-lhe maior dinamização.

Quando tudo lhe sorria, foi traiçoeiramente assassinado na madrugada do dia 12 de novembro de 1971.

O povo rendeu-lhe homenagens especiais. Toda a comunidade ficou de plantão durante os dias de seu velório. O enterro foi um imenso préstido.

Tornou-se lendário por muito tempo, populares visitavam o seu túmulo acendendo velas e fazendo promessas.

Os homicidas foram identificados mas não justicados.

1. Apresentação

O **Centro de Ensino Estado de Goiás** com o presente Documento de identidade Educativa faz conhecer à SEDUC (Secretaria Estadual de Educação), à UREI (Unidade Regional de Educação de Imperatriz e a Comunidade em geral, sua Proposta Pedagógica, para ser aplicada no quinquênio 2010-2015.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP - referenciado na LDB Lei nº 9394/96 (Art.121) dá cumprimento às metas do Plano Nacional de Educação. Esta proposta objetiva subsidiar um trabalho educacional significativo, portanto, trata-se de um referencial teórico para a aplicação em todos os setores da escola. Explicitando sua estrutura e funcionamento, definindo a sua prática pedagógica, com mudanças gradativas no decorrer deste quinquênio.

Esta escola se apresenta como uma **Escola Democrática** em virtude da mesma adotar uma postura aberta às mudanças e inovações pedagógicas, articulando com o coletivo da escola para tomada de decisões deliberativas.

Através de nossa filosofia de ação, visamos aproximar a teoria com a prática para o desenvolvimento das potencialidades de nossos alunos, criando-se condições, recursos e ambientes essencialmente educadores para um desenvolvimento pleno em cada etapa de suas vidas.

Nessa ação educativa, nos pressupostos teóricos de uma proposta integracionista de educação libertadora, dialógica e transformadora engajada no próprio processo de produção de conhecimento, facilitando ao aluno uma vivência democrática, tornando-os críticos, conscientes e participantes do mundo, tendo em vista o resgate da dignidade humana pela educação através da escola.

2. Identificação da escola e histórico escolar

- 1- Nome da escola: Centro de Ensino Estado de Goiás
- 2- Razão Social: Caixa Escolar Estado de Goiás
- 3- CNPJ: 01.793.383/0001-65
- 4- Código do INEP: 21096120
- 5- Localização: Urbana
Endereço: Av. Dorgival Pinheiro de Sousa, s/n – Centro
Cidade – Imperatriz - MA CEP: 65903-270
Telefone: (099) 3525-3302
e-mail: ceefmgoias@hotmail.com
e-mail institucional: imp.estadodegoias@educacao.ma.gov.br
Blog: <http://centrodeensinoestadodegoias.blogspot.com>
- 6- Espaço Físico da Escola:
Área construída: 1.180 m²
Área Livre: 3.890 m²
Área Total: 5.070 m²

O **Centro de Ensino Estado de Goiás** foi fundado em 1962, no governo do Exm^o Sr. Newton de Barros Bello. A origem do seu nome provém de uma homenagem um dos Estados da Federação Brasileira em que na época destacava-se e limita-se com a cidade de Imperatriz. Iniciou seu funcionamento em **05 de agosto de 1963** com autorização verbal do Sr. Milton de Jesus Araújo, coletor estadual na época, com o nome de **Grupo Escolar Estado de Goiás**, depois passou a ser chamada Unidade Integrada Estado de Goiás, conforme resolução N^o 113-81 / CEE-MA.

No ano de 1994, no governo do Exm^o Sr. Dr. José de Ribamar Fiquene foi feita uma ampliação de mais duas salas de aula. E a partir de 1983 passou a funcionar nos três turnos, atendendo todo o Ensino Fundamental. Em 1996 foi implantado o Programa de Aceleração de Estudos (2^a e 3^a séries) e também o Pré-escolar (2^o e 3^o períodos), sendo extinto em 1999. No ano de 2000 além do curso regular de Ensino Fundamental foi implantado o curso de Educação de Jovens e Adultos (nível II, 1^a e 2^a Etapas).

No ano 2001 foram implantadas, no turno noturno, três salas de Ensino Médio, pelo Sistema Telessalas - Programa Viva Educação. Sendo extinto em 2002 e no mesmo ano, no segundo semestre, (05 de agosto) foi implantado o Ensino Médio Regular. Ainda neste ano a escola foi contemplada com um laboratório de informática que muito contribuiu para melhorar o desenvolvimento de projetos, visando qualidade no processo ensino aprendizagem.

No ano de 2003, foi definitivamente implantado o Ensino Médio Regular e a escola recebeu a denominação de **Complexo Educacional de Ensino fundamental e Médio Estado de Goiás**. Em 2006 foi implantada uma nova modalidade de Ensino Fundamental-Aceleração de Estudos Nível II (1ª e 2ª etapas), equivalente a 5ª/6ª e 7ª/8ª séries, (Correção de Fluxo) visando corrigir a distorção idade/séries, nos turnos matutino, vespertino e no turno noturno foi implantada a Educação de Jovens e Adultos – EJA - do Ensino Médio.

Cabe ressaltar um fato importante desta instituição escolar que em 2003, no 40º ano de existência, foi desenvolvido um projeto realizando-se entrevistas e exposição de textos com depoimentos e de fotos em praça pública, homenageando ex-alunos e profissionais (corpo docente e discente) que por aqui passaram nestas quatro décadas em que esta instituição está prestando um relevante serviço educacional à sociedade. Estiveram muitas autoridades ali presentes as quais foram frutos desta escola e hoje prestam serviços à comunidade como: Prefeito, Deputado Federal, Vereadores, Empresários, Médicos, Professores, Membros da Academia Imperatrizense de Letras e até mesmo como vice-governador do Estado, além de outros profissionais. Este foi um marco extraordinário para aqueles que fizeram e fazem parte desta história.

Em janeiro de 2007 a escola passou a ser **Centro de Ensino Estado de Goiás** funcionando nos três turnos com 21 turmas em 08 salas de aula.

Neste ano de 2010, com a nova organização escolar por ordem do Gestor de Educação Ilmº Sr Dr. Agostinho Noleto, esta escola deixou de matricular alunos da EJA (Ensino Médio Ensino e Fundamental, Aceleração de Estudos/Correção de fluxo do turno diurno) ficando apenas funcionando o Ensino fundamental regular no turno diurno e o Ensino Médio na modalidade de EJA no turno noturno, regulamentada pelo parecer nº 103 / 2010 CEE / MA.

3. MARCO SITUACIONAL.

No limiar do século XXI, a expansão do Neoliberalismo ainda se faz notória. Questão fundamental para entendermos o SEU desenvolvimento é entender a expansão do capitalismo.

A globalização econômica responde a uma reestruturação de economia em escala planetária, e se dá por mudanças na economia, na informática e nas comunicações. Essas mudanças aceleraram a produtividade do trabalho por capital e desenvolvimento de novas áreas de produtividade.

O crescimento do mercado informal é fruto do constante desemprego a que está submetida à maioria da população e trazem algumas consequências como o analfabetismo, a desigualdade social, a fome e a violência que cria "ilhas" de pessoas cercadas por miséria e exclusão.

Dentro desse contexto é que está situada a escola, cabendo aos educadores o desempenho de um papel fundamental, visto que nos deparamos com toda a problemática social que nos chega permeando o dia a dia das relações da sala de aula.

A escola é a instância de luta que pode contribuir na transformação da sociedade. É um lugar onde se tem as contradições sociais que ocorrem na sociedade em que é inserida. É um dos instrumentos que temos nas mãos para trabalhar o futuro.

Em síntese, a situação da escola, consiste na formação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na *democratização da sociedade*, tornando-o cada vez mais capaz de conhecer sua realidade, para que nela possa intervir, transformando-a.

A escola Pública, contextualizada no cenário educacional brasileiro vem a cada dia passando por grandes transformações e como consequência dessas mudanças verifica-se o aumento gradativo de recursos do MEC que são destinados a este setor visando promover o sucesso da aprendizagem. Nesta perspectiva, a ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos a uma educação de qualidade e da organização de um sistema educacional inclusivo, busca atender a demanda da classe menos privilegiada, rompendo os paradigmas que detêm o avanço e melhoria da educação brasileira.

Assim esta escola, cuja base se firma nos princípios que norteiam a formação integral do homem e tem como foco desenvolver as potencialidades dos educandos, trabalhando de forma constante questões relacionadas a uma crítica consciente, pois a sociedade que queremos ajudar a construir é uma sociedade formada por cidadãos que possam viver com dignidade, tendo uma educação de qualidade, cumpridores de seus direitos e deveres, sendo solidários, podendo assim partilhar de um mesmo ideal.

3.1. Diagnóstico

O C.E Estado de Goiás funciona há mais de quatro décadas com responsabilidade, desenvolvendo projetos sociais, culturais, buscando o conhecimento e a formação do aprendente para integrá-lo socialmente.

OS profissionais são, na maioria, graduados, e vários são especialistas. A gestão Escolar procura implantar processo democrático, sendo aberta às mudanças, favorecendo a integração da comunidade, pois acredita na co-responsabilidade de todos como forma excelente de educação.

O corpo discente é formado por pessoas de classes sociais e níveis econômico-culturais diferentes, sendo grande parcela moradores na periferia e conciliam trabalho e

Ensino Médio									
Indicadores	Turno / Série								
	MATUTINO			VESPERTINO		NOTURNO			
	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª etapa	2ª etapa
Aprovados	23	20	28	25	23	10	20	59	44
Reprovados	10	06	02	11	01	06	01	04	-
Abandonos	04	01	02	04	01	09	25	34	03
Transferidos	02	04	01	04	01	04	03	02	-

✓ Problemas detectados:

- a) Falta de acompanhamento e participação da família na escola; ✓
 b) Falta de recursos humanos (segurança, coordenador técnico-pedagógico, bibliotecário, vigias e auxiliar de serviços gerais);
 c) Indisciplina e falta de interesse de vários alunos; ✓
 d) Alto índice de infrequência e evasão; ✓
 e) Falta de espaço físico adequado para desenvolver atividades culturais (auditório), bem como refeitório e banheiro para professores; ✓
 f) Falta de espaço adequado para esporte e lazer; ✓

4. MARCO FILOSÓFICO.

4.1. Concepção de Sociedade /

Grupo de pessoas com valores e princípios específicos e com regras para uma melhor convivência visando o bem comum. **Cidadania** é a vivência plena de Direitos; marginalidade é a transgressão das regras e princípios da cidadania.

4.2. Concepção de Homem /

Homem é um ser social e político, com alto grau de complexidade agindo, às vezes, pela razão ou emoção buscando atingir a plenitude dos seus ideais. Para ter êxito em sua sociabilidade – ser agente de transformação no meio em que vive - deve primar pelo aspecto democrático.

4.3. Concepção de Educação e aprendizagem ✓

A Educação é o processo de formação da cidadania: desenvolvimento das capacidades física, intelectual, social e moral dos cidadãos para exercer a cidadania numa perspectiva democrática, visando uma sociedade de Direitos.

É a aprendizagem é a capacidade complexa do ser humano de construir saberes e fazeres, implicando numa mudança de comportamento, objetivando a plena cidadania.

HISTÓRICO

Do Grupo Escolar Governador Archer, posteriormente Unidade Integrada Governador Archer, e atualmente Centro de Ensino Governador Archer, localizada na Rua Coronel Manuel Bandeira Nº 847, registrado sob a Resolução 044\78, Reconhecimento do conselho Estadual de Educação N.º 113\81.

A primeira escola da rede oficial de ensino, construída na gestão do prefeito de Imperatriz, Simplicio Moreira e do Governador Sebastião Archer da Silva, o Prefeito Simplicio Moreira, obteve as verbas necessárias á construção desta escola contando com a colaboração do deputado estadual Afonso Matos. Em 1949, este deputado envia ao prefeito um telegrama avisando que a verba de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), seria entregue ao governo de Estado do Maranhão, que por sua vez repassaria a Prefeitura.

O crédito foi liberado deste janeiro de 1950, só foi recebido pelo prefeito em março do mesmo ano, devido a dificuldade de acesso á capital do estado. Todo material obtido para a construção da escola, foi comprado na cidade de Belém – PA. Este material chegou a Imperatriz através do Rio Tocantins, transportado por duas embarcações "João Azevedo e Osvaldo Barbosa", o seguro do frete foi feito pela Companhia de Seguros Aliança da Bahia.

A obra de construção teve início em meados de agosto de 1950, tendo dela participado diversas pessoas que aqui mediam. Em agosto do ano de 1951, iniciou as aulas do Grupo escolar Governador Archer, era responsável pelo estabelecimento, a professora Alzira Herênio Medlig. Em 20 de julho de 1953, a professora Alzira do Espírito Santo Cortez Moreira, assumiu a direção deste estabelecimento de ensino, tornando – se a primeira Diretora nomeada para a função.

SEBASTIÃO ARCHER DA SILVA
PATRONO



SEBASTIÃO ARCHER DA SILVA nasceu em São Luís – MA, em 26 de março de 1883. Ainda jovem, deslocou – se para a cidade de Codó, onde pela competência, tornou – se gerente da fábrica de tecidos, com grande sucesso transformou num verdadeiro Patriarca daquela comunidade.

Em Codó, Sebastião Archer foi vereador de 1915 a 1919 e Prefeito de 1935 á 1941, tendo sido mais tarde eleito de Deputado Estadual pelo Maranhão no período de 1924 á 1929.

Em 1947, foi eleito Governador do estado pó dois mandatos consecutivos e seu sucessor foi Eugênio Barros representou o estado no Senado da República.

Era defensor ardoroso do equilíbrio orçamentário, da aplicação prudente desses recursos, embora governador do Estado numa fase de dificuldades na arrecadação manteve a credibilidade do seu governo, pagando em dias o funcionalismo como os diversos setores do Tesouro.

Sebastião Archer cumpriu o último período de sua vida política como senador da república. Foi no Senado juntamente com seu filho Renato Archer, um defensor do Governo Juscelino Kubitscheck.

Quando adveio o golpe de 1964 e os partidos foram extintos, Sebastião Archer fez a sua opção para defesa da democracia. Foi um dos fundadores do MDB, era cumpridor dos seus deveres e honrava os seus filhos, os seus conterrâneos e seus pais. Faleceu em São Luís do Maranhão na mesma cidade de onde nasceu, no dia 25 de agosto de 1974.

FUNCIONAMENTO

FUNCIONAMENTO

A Unidade Integrada Governador Archer, funciona hoje com 14 turmas de 1ª a 8ª série: 01 turma de aceleração e 16 classes especiais para Deficientes Auditivos, 01 Classe especial para Deficiente Mental, distribuídos os três turnos.

Procuramos fazer nosso trabalho da melhor forma possível. Temos como saldo positivo, o ingresso dos nossos alunos nas escolas de 2º grau da rede Estadual e Federal, através de seletivos.

No que se refere à Educação Especial, a nossa escola é a única da região que atende uma clientela de 112 alunos surdos e 11 alunos deficiente mental, onde buscamos integra – lós após um preparo, junto a rede regular de ensino e na sociedade.

Já foram integrados 29 alunos no ensino regular, 10 alunos ingressaram no mercado de trabalho no ramo de marcenaria, após, um trabalho em parceria com o SENAI, que preparou mais de 30 adolescentes surdos nas áreas de marcenaria e acabamento de móveis.

Temos um grupo de 06 alunas que estão trabalhando confeccionando camisetas e, até mesmo, uniformes da escola em uma oficina de corte e costura equipada pela Casa da Amizade e pela comunidade local.

O lazer e a cultura do nosso aluno, também, são explorados através de gincanas, feiras culturais e, datas comemorativas, são todas comemoradas, da qual, procuramos manter viva a cultura do nosso Estado.

Temos também "O Coral Mãos em Canto", que é formado por 25 alunos surdos do qual é muito solicitado pela sociedade local. Já foi apresentado durante 03 anos consecutivos o show "Meu Corpo Fala" no Teatro Ferreira Gullar, onde crianças e adolescentes surdos dançam, dublam, apresentam peças teatrais de mímicas e cantam músicas sinalizadas com objetivo de mostrar à sociedade a capacidade dos mesmos.

Em 2010, foi extinto o Ensino fundamental passando a escola a ser um Centro de Ensino Médio, dessa forma as salas que eram adaptadas para alunos com deficiência foram abertas para o ensino médio inclusivo. Um total de 21 turmas nos 3 turnos, hoje temos alunos surdos, baixa visão, cegos, altistas e deficiência intelectual leve.

IV. HISTÓRICO

O C.E.E.F.M Governador Archer, localizado à Rua Coronel Manoel Bandeira, Nº 847, Resolução 044/78, Reconhecimento do Conselho Estadual de Educação Nº 113/81.

A primeira escola da rede oficial de ensino, construída na gestão do Prefeito de Imperatriz Simplicio Moreira e do Governador Sebastião Archer da Silva. O Prefeito Simplicio Moreira, obteve as verbas necessárias à construção desta escola, contando com a colaboração do Deputado Estadual Afonso Matos. Em 1949, este deputado envia ao Prefeito um telegrama avisando que a verba de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), seria entregue ao governo do Estado do Maranhão, que por sua vez repassaria à Prefeitura.

O crédito foi liberado desde janeiro de 1950 e só foi recebido pelo Prefeito em março do mesmo ano, devido a dificuldade de acesso à capital do Estado. Todo material obtido para a construção da escola foi comprado na cidade de Belém-Pará. Este material chegou a Imperatriz através do Rio Tocantins, transportado por duas embarcações "João Azevedo e Osvaldo Barbosa", o seguro do frete foi feito pela Companhia de Seguros Aliança da Bahia.

A obra de construção teve início em meados de agosto de 1950, tendo participado diversas pessoas que aqui residiam. Em agosto do ano de 1951, iniciaram as aulas no Grupo Escolar Governador Archer. Era responsável pelo Estabelecimento a professora Alzira Herênio Medlig. Em 20 de julho de 1953, a professora Alzira do Espírito Santo Cortez Moreira, assumiu a direção deste Estabelecimento de Ensino, tornando-se a primeira Diretora do mesmo.

A acrescentar

1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a construção de parâmetros que nortearão o processo de ensino e aprendizagem do Centro de Ensino Graça Aranha, tendo como referência a realidade concreta da comunidade escolar, composta por pais, alunos, Colegiado Escolar, coordenadores, professores e gestores, os quais acreditam na possibilidade da construção do conhecimento a partir de ações coletivas. O Projeto Político-Pedagógico servirá de referência para as ações dos anos de 2015 e 2016.

O projeto se apresenta como resultado de estudos, reflexões, debates, com o corpo docente, discente, administrativo, pais e alunos da escola. Baseia-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e é fruto de uma Pedagogia histórico-crítica, tendo como alvo despertar, no aluno, o olhar dialético diante das questões que lhe são propostas. Foi construído a partir de debates acerca de temas relevantes para a comunidade escolar, de alcance local e global. Acredita-se, pois, em sua importância como ação significativa para o alcance dos objetivos e para a formação integral do aluno.

2 IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO ESCOLAR

O Centro de Ensino Graça Aranha foi criado pelo Decreto nº 6.811 de 17 de maio de 1978, no Governo Nunes Freire pela resolução nº 090/78 do Conselho Estadual de Educação. Funcionou de início no Grupo Escolar Mourão Rangel, localizado na Rua Godofredo Viana, contava com quatro turmas de Habilitação Básica em Eletricidade, Mecânica e Administração Financeira. A partir de maio de 1980, passou a funcionar em prédio próprio, entregue pelo PERMEN (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino), auxiliado por recursos do BIRD (Banco Internacional e Desenvolvimento) e Governo do Estado, que assumiu toda a responsabilidade de custo e manutenção da escola. Houve então a implantação dos cursos: Educação Geral, Magistério e Técnico em Contabilidade. A partir de 1990, atendendo as deliberações da Coordenadoria de Ensino de 2º Grau, foram feitas modificações curriculares nos cursos: Técnico em Contabilidade, Técnico em Administração e Magistério.

Tendo em vista o Projeto de Revitalização do Curso Magistério da Coordenação do Ensino de 2º Grau e Secretaria de Educação e segundo o Decreto da Governadora

Roseana Sarney, o Centro de Ensino de 2º Grau, passou a partir de 1998 a denominar-se Centro de Referência para Formação do Magistério Graça Aranha, com o objetivo de preparar professores. Em 2002, voltou-se a matricular alunos para o Novo Ensino Médio – Educação Geral, tendo em vista que o curso Normal em nível médio só funcionou até 2004.

Em 2014, o Centro de Ensino Graça Aranha funcionou em dois turnos: matutino e vespertino com 1.058 alunos matriculados, no curso de Ensino Médio Regular, contando com o trabalho de 82 profissionais, todos com um só desejo, formar cidadãos que tenham uma postura ética, consistente, capazes de atuar e modificar a realidade em que está inserido.

3 DIAGNÓSTICO

O Centro de Ensino Graça Aranha apresenta características de uma escola interessada na formação integral do aluno, que não tem medido esforços no cumprimento da sua função social. Destacamos neste documento, uma abordagem de como se manifestaram os resultados do trabalho pedagógico referente aos anos de 2009 a 2013. Apesar da conquista de algumas metas, ainda são muitos os obstáculos a serem superados para o cumprimento dos objetivos traçados na proposta pedagógica da escola.

1 APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro de Ensino Nascimento de Moraes, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 12 inciso I, que diz: "Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica", é a realização de um projeto desejado e pensado por toda a escola para nortear o trabalho pedagógico, pois revela a identidade da Instituição, de suas concepções, objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar..

Ao construirmos nosso Projeto Político Pedagógico, procuramos fazê-lo de forma crítica e democraticamente. A troca de ideias, opiniões e estudos entre o coletivo da comunidade escolar, possibilitou-nos estabelecer definições e decisões acerca do tipo de educação e do tipo de cidadão que almejamos. Sendo assim, ressaltamos a importância de toda a comunidade escolar estar assumindo de forma consciente, participativa e ativa o presente projeto, uma vez que o mesmo reflete convicções e desejos coletivos.

O PPP nos permite assegurar a prática educacional, definir a identidade da Instituição, as suas concepções, a sua organização e gestão curricular, como também fortalecer a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola.

Encontram-se registrados no projeto: visão, missão, valores, expectativas, costumes e tradições historicamente construídas a partir de contribuições de todos os segmentos que compõem o Centro de Ensino Nascimento de Moraes. Por isso, é imprescindível que todos os agentes da escola, pais e membros da comunidade se inteirem do conteúdo deste documento, a fim de que o PPP cumpra integralmente seu papel de norteador, fiscalizador e acima de tudo instrumento pedagógico.

2 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Para viver, o ser humano se organiza em grupo. É nesse encontro de grupos que as pessoas vão se construindo enquanto sujeitos históricos e sociais. Viver essa história é privilégio de todos que fazem parte do CENM com seus 41 anos de existência, tem se tornado um marco referencial em escola pública da rede estadual de ensino médio, criada em 23 de maio de 1976 no governo do Dr. Oswaldo da Costa Nunes Freire. A escola recebeu o nome do ilustre poeta maranhense José do Nascimento de Mores em homenagem ao seu belíssimo trabalho com a poesia, como prosador e educador, emérito, crítico, ensaísta, jornalista, teatrólogo e polígrafo.

A instituição está localizada à Rua Leôncio Pires Dourado, S/Nº, Praça da Bíblia, Bairro Bacuri, em Imperatriz, a segunda maior cidade do Maranhão. Atualmente funciona em dois turnos matutino e vespertino, com 1.140 alunos e 85 funcionários, entre educadores e outros prestadores de serviço, sob jurisdição da Unidade Regional de Educação de Imperatriz – UREI.

O Centro de Ensino Nascimento de Moraes, ao longo dos seus 41 anos de serviços prestados a comunidade, tem acumulado experiência em relação ao ensino, currículo e organização educacional, como também, prestado um trabalho educacional cada vez mais significativo que consolida a escola como uma das melhores Instituição de Ensino na cidade de Imperatriz. É um escola que tem o intuito de inovar as ações pedagógicas, por isso tem gradualmente minimizado os moldes tradicionais ainda imperativos em nossa prática diária, implementando atividades enriquecedoras voltadas para um ensino mais significativo, estimulando a formação de cidadãos mais proativos. Dentre elas podemos destacar aulas mais interativas com uso de recursos audiovisuais, as práticas em laboratórios, os projetos por área, com grande destaque para a Feira Científica tendo participações inclusive em feiras internacionais, como também o incentivo a prática desportiva.

3 FUNDAMENTOS ÉTICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS (MICROCONTEXTO)

É imperioso que a escola além de proporcionar o condicionamento intelectual, crie um ambiente de reflexão e debate sobre a realidade social, com implantação de princípios fundamentais de valorização à vida, à liberdade de pensamento e expressão, preservação do ambiente e respeito ao próximo, pois entendemos que só esses valores podem formar um cidadão integralmente.

Vivemos no mundo globalizado onde a tecnologia tem sido norteadora de muito progresso, o homem tem de sobressair-se para ser protagonista da própria história, desenvolvimento a sua capacidade reflexiva em direção a sua autonomia intelectual.

A rapidez com que se dá a exclusão de boa parte da população, por conta dos avanços científicos-tecnológicos os quais vem favorecer a competitividade e o distanciamento entre pessoas, é grave e preocupante, ainda mais quando percebemos que a maioria dos nossos jovens assimilando inversão de valores nada benéficos, como a indústria do sexo e das drogas que acabam enveredando um caminho de destruição e morte, conseqüentemente também devido diversos fatores sociais, psicológicos, econômicos e culturais; favorecendo um tipo de juventude alienada que desprestigia, banaliza a educação

4 PERFIL DO APRENDENTE

Em pesquisa recente realizada com os alunos, eles reconhecem a falta de empenho próprio como um dos entraves para elevar o nível de aprendizagem escolar. Alguns também destacam a necessidade de que cada professor exerça com eficiência e qualidade sua parcela de responsabilidade em todo o processo educativo, bem como uma biblioteca melhor equipada para atender a comunidade estudantil. As condições dos laboratórios e o acesso a computadores e recursos de informática também foram apontados como pontos a serem melhorados.

A maioria dos estudantes escolheu a escola pela proximidade do local onde mora e também pela educação de qualidade oferecida, conforme o gráfico seguinte.

3 HISTÓRICO DA ESCOLA

3.1 Síntese histórica da criação dos CAIC's

O projeto original dos CAIC's nasceu de um programa financiado na época, pelo Governo Federal, como parte de suas políticas sociais, visando desenvolver ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social para crianças e adolescentes, como forma de assegurar melhores condições de vida a população carente.

Na década de 1990, os indicadores sociais do Brasil demonstravam uma situação indesejável. Em meio a esse contexto, foi então que o presidente da república Fernando Collor de Mello, lançou em 1990 o projeto de construção dos Centros Integrados de Apoio à Criança – CIAC's, em todo o Brasil, inspirados no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEP's, do Rio de Janeiro, existentes desde 1982.

Inicialmente, denominava-se Projeto Minha Gente e sua característica principal era a construção do Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente – CIAC, que previa o atendimento em creches, pré-escola e ensino de 1º grau, saúde e cuidados básicos, convivência comunitária e desportiva. Tinha como meta definida a construção de 5 mil CIAC's e atender à cerca de 6 milhões de crianças.

A partir de 1993, o projeto é assumido pelo Ministério da Educação e passa a se chamar Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – PRONAICA – que buscava articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, ong's e organismos internacionais para o desenvolvimento de ações de atenção integral à criança e ao adolescente. Os CIAC's passaram a ser denominados CAIC's – Centro de Atenção Integral à Criança. Essa mudança, segundo SOBRINHO & PARENTE (1995) deve-se a ênfase dada pelo MEC à “pedagogia de atenção integral”, e que:

Na denominação adotada pelo Projeto Minha Gente (CIAC), destacava-se a característica arquitetônica do Centro Integrado. Com o nome Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC, a tônica desloca-se para o atendimento integral, que requer a adoção de pedagogia própria independente do espaço físico a ser utilizado. (SOBRINHO & PARENTE, 1995, p.10)

Na prática, essa mudança não alterou muito a concepção do projeto, que manteve basicamente a mesma estrutura física. A intenção da mudança é que para o atendimento integral utilizar-se-iam estruturas físicas já existentes, apenas se faria uma ação integrada com elas. No entanto, o projeto só se efetivou com a construção de outras unidades físicas, os CAIC's.

Quanto ao financiamento, o PRONAICA era compartilhado entre o Governo Federal (construção dos CAIC's), os Estados (recursos humanos) e municípios (aquisição do terreno e manutenção). Ao manter as crianças envolvidas o dia todo nos CAIC's, o projeto tinha dois objetivos: primeiramente, oferecer àquelas famílias marginalizadas pela estrutura econômica, condições mínimas para que seus filhos frequentassem a escola, onde lhes era oferecido o que a sua família não teria condições de proporcionar: comida, vestuário (uniforme), assistência médico-odontológica, etc.

Em segundo lugar, evitar que essas crianças se lançassem precocemente no mercado de trabalho (sub-empregos). Os dois objetivos unificaram-se na tentativa de diminuir o índice de evasão e repetência escolar, sem, no entanto, considerarem os motivos que realmente levavam essas famílias a se tornarem marginalizadas pela sociedade.

Segundo Vitor Paro, a preocupação com a educação integral é secundarizada na medida em que as atividades de arte, cultura e esporte são utilizadas apenas para manter as crianças o dia todo nos centros. A escola é vista, por um lado, como uma forma de minimizar os efeitos gerados pela estrutura econômica, e por outro, como reprodutora da lógica excludente (PARO, 1988).

Compreende-se porém, que é inegável que o projeto dos CAIC's ajudou, em muito, a difundir a ideia de uma escola pública de tempo integral. Não é ele quem inicia, mas juntamente com os CIEP's do Rio de Janeiro, constituem a realização em grande escala, apesar de seus problemas e limites, de um projeto que era visto como impossível. As experiências desenvolvidas ali serviram de modelo para inúmeras outras, que chegam até os nossos dias.

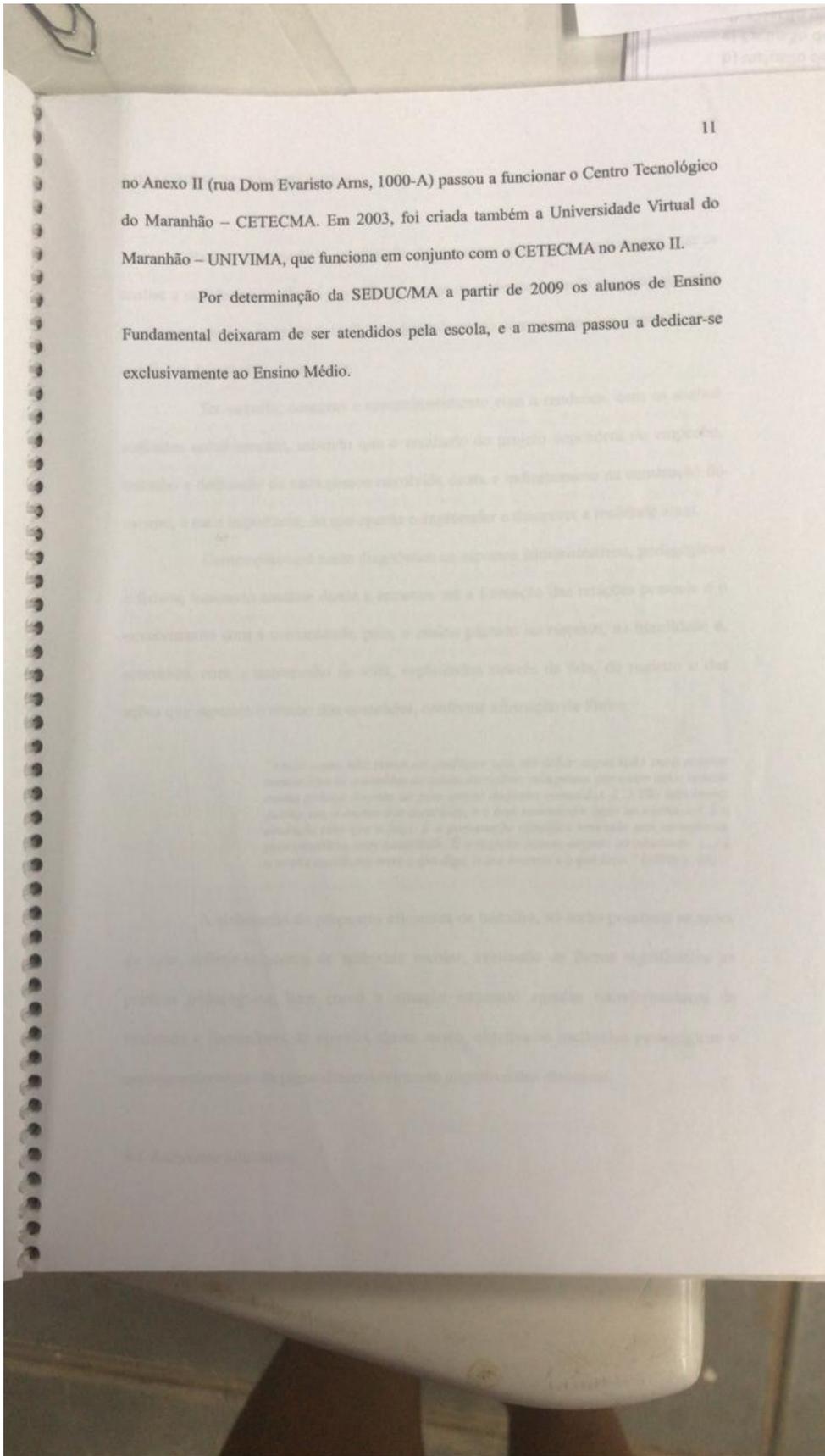
3.2 Histórico do Centro de Ensino Newton Barjonas Lobão

O CAIC de Imperatriz – MA, recebeu o nome de: CAIC Doutor Newton Barjonas Lobão, em homenagem ao ilustre médico e homem público por suas realizações. Sua construção iniciou em 10 de julho de 1992 e terminou em 11 de fevereiro de 1993, as atividades docentes iniciaram no mês de abril de 1994, atendendo do Pré- Escolar à 6ª série do 1º Grau. Contudo só foi inaugurado oficialmente em 29 de julho de 1994 pelo Ministro da Educação e Desporto Sr. Murilo Avellar Hingel, na gestão do Governador Edson Lobão.

Apesar de toda a dinâmica que girava entorno dos CAIC's, ele nunca funcionou em tempo integral, mesmo tendo sido, inicialmente, mantido pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual. Seu reconhecimento legal aconteceu em 08 de setembro de 2003, por meio da Resolução Nº 277/03 do Conselho Estadual de Educação.

Após 1994, passou gradativamente a atender aos alunos de 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, porém, o Ensino Médio só foi implantado no ano de 1999 (como extensão do então CEEFM Raimundo Soares da Cunha) e apenas para os alunos do turno noturno.

A escola deixou de atender aos alunos da Educação Infantil em 2002 e o prédio foi dividido e ficando, no Anexo I (Rua Dom Evaristo Arns, 1000) ficou a escola e



1.2- Apresentação

O Centro de Ensino Nova Vitória com o presente documento faz conhecer a Secretaria Estadual de Educação, a rede educação de Imperatriz e a Comunidade em geral, o Projeto Político Pedagógico é a identidade da escola, uma sistematização inconclusiva, um conjunto de normas e princípios que auxiliará nossa ação pedagógica do quadriênio 2016-2020.

Através deste, a escola busca concretizar uma proposta pedagógica que fortaleça a construção de uma educação mais humana, inclusiva, democrática, justa, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394/96 Art.12, I, onde cada Instituição de Ensino têm a incumbência de elaborar e executar a sua Proposta Política Pedagógica. O projeto nasceu em 2001, em parceria com um grupo de alunos da Universidade Vale do Acaraú.

A equipe, contendo professores da escola professoras Edvania Siqueira de Sá, Maria José Pinto e Maria das Graças Ferreira Silva, em colaboração com gestão envolveu toda comunidade escolar e após um diagnóstico, o comitê estratégico junto ao grupo de sistematização efetivou a organização do presente projeto.

Os discentes dinamizaram a sensibilização do projeto, por meio de seminários, fazendo um diagnóstico da escola que temos e colhendo sugestões para melhoria da escola que queremos.

O PPP dessa forma tem o propósito de possibilitar a autonomia e democratização da escola dinamizando a participação de todos no processo educativo. O C.E. Nova Vitória tem como missão Aprender e ensinar cidadania visando o crescimento humano e científico. O projeto será norteado pelo seguinte objetivo: Prestar um bom trabalho educacional para preparar os discentes para a vida..

1 -IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRIA ESCOLAR

1.2- SÍNTESE HISTÓRICA-

O Centro de Ensino Nova Vitória – Escola de educação básica (Escola de Ensino Médio Regular e EJA), localiza-se na Rua D, Quadra 05, S/N , CEP 65900 – Conjunto Nova Vitória, no município de Imperatriz, Estado do Maranhão, mantida pelo poder público Estadual nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96. Autorizado e reconhecido pelo MEC, o Fundamental pela

resolução 114/98, Médio e EJA pela resolução de nº. 004/05, com o CNPJ-01829299/0001-59, cadastrada no INEP pelo número 21096147 com disponibilidade para correspondência eletrônica através do e-mail- **imp.novavitoria@educacao.ma.gov.br**. A mesma recebeu a nomenclatura NOVA VITÓRIA em homenagem a uma fazenda outrora conhecida pelo nome de Vitória, expressão de (Vencedor).

Fundada em 19 de abril de 1988 com o nome de Unidade Integrada Nova Vitória no Governo de Luís Rocha, passando a funcionar em Maio de 1989 através de reivindicação da comunidade, o município de Imperatriz assume e funciona a escola, tendo como primeira gestora geral, a professora Luzanira Aguiar e Silva e as auxiliares Terezinha de Sousa Miranda e Ruth Sabino Camelo, as quais permaneceram na gestão (1989/1991). Em abril de 1992 assume a gestão geral a professora Amélia Lopes de Oliveira Costa e como auxiliar a professora Francisca Maniva. Em 1993 continua a Gestão de Amélia Lopes e assume como Gestora Adjunta a professora Francisca Célia Chaves Sá Rocha e a secretária Raimunda Oliveira de Sousa, a qual ficou no cargo até 1999. Em abril de 1999 é nomeada ao cargo de secretária Maria das Graças Ferreira Silva. No ano de 1994 através de uma exposição de motivos a escola é assumida pelo estado na gestão do governador Jose de Ribamar Fiquene.

Com dificuldade de trabalho devido o vandalismo e a violência, em parceria com a Comunidade a gestão, desenvolve campanhas em parceria com Comunidade para fechar os pavilhões e laterais da escola o que ocasionou melhoria das condições de trabalho.

Em 2003 muda de nomenclatura de Unidade de Integrada Nova Vitória para Complexo de Ensino Fundamental e Médio Nova Vitória, através desta mudança o governo realiza melhorias significativas para a Comunidade como a construção do muro e da quadra poliesportiva. A escola conta também com apoio de programas do governo federal através do MEC: FNDE, PNAE, FEE, PDDE, PNLD, PNBE, **Escola Sustentável, Proemi e Bolsa Família**.

Em 1994 é criado o Colegiado e o Caixa Escolar, os quais constituem-se órgãos coletivos, consultivo e fiscalizador que passaram a atuar nas questões

técnicas, pedagógicas, administrativas e financeiras da escola. Como órgão coletivo, a mesma passou a funcionar como gestão participativa e democrática.

Em 2003 deixa a gestão Amélia Lopes de Oliveira Costa e assume em 13 de março deste mesmo ano o professor Messias Pacheco Sobrinho, e continua na vice gestão a professora Francisca Célia Chaves Sá Rocha. A Unidade Regional de Educação na gestão da professora Diana Barreto realizou na escola uma eleição interna, onde a professora Marlene Matias Passos de Oliveira foi escolhida pelo grupo e passa a ser gestora do dia 13 de dezembro de 2006 e permanece até outubro de 2014, onde por indicação da Seeduc /Urei assume a gestão a professora Raibeth Maria Oliveira Fernandes, a mesma gestou de 2014/2016 continuou na vice gestão a professora Francisca Célia.

Com regulamentação no Decreto Nº 30.619, de 02 de janeiro de 2015, na gestão do governador Flávio Dino é instituída a Eleição Direta nas escolas da rede Estadual do Maranhão. O processo visa assegurar o caráter formativo e educativo da gestão democrática, com relação às atribuições inerentes à função e referendar a importância da liderança comunitária do gestor escolar. Após a aprovação numa avaliação escrita, com a construção de um Projeto de Gestão para a Instituição e uma Eleição Direta, um curso de gestão de 200 horas, é eleita pela Comunidade escolar a professora Francisca Célia Chaves Sá Rocha. A mesma assume a Gestão Geral da escola dia ----, de ____ 2016. A mesma assume a gestão, fica por 6 meses sem gestor auxiliar, visto a não aprovação do mesmo na prova escrita. Logo após é nomeada a professora Kelly Silva Oliveira que fica por um mês na Gestão Auxiliar. A mesma renuncia o cargo e a Urei nomeia por seis meses a pedagoga supervisora Sheila Melo Garcia.

O Governo do Maranhão, abre novas vagas para curso de gestão, onde o professor Jeová Pereira Silva, passa pelo processo envolvendo: curso de gestão, prova escrita e eleição direta na Comunidade, onde é eleito a Vice Gestor e no final do ano de 2016 é eleito e assume a função dia 23 de dezembro de 2016. Grande tristeza ocorre em 09 de agosto de 2017, o vice gestor Jeová Pereira Silva faleceu. Através de indicação pelo Colegiado escolar e aprovação da Seeduc assume a vice gestão em outubro do mesmo ano a professora Giovana Cordeiro Cardoso.

A escola hoje é gestada pela professora Francisca Célia Chaves Sá e Giovana Cordeiro Cardoso. A mesma oferta o ensino Médio regular e EJA (Educação de jovens e Adultos), funciona nos turnos diurno e noturno. Atende um total de 351 alunos, no diurno o Ensino Médio regular e no noturno a EJA.

2-MARCO SITUACIONAL:

2.1-Diagnóstico

O Centro de Ensino Nova Vitória 30 anos de existência (1988-2010), situa-se no Conjunto Nova Vitória em Imperatriz Maranhão, faz parte da Rede Estadual da rede de ensino médio da educação básica, sob a jurisdição da Seeduc-Urei. Encerrou o seu quadriênio em 2015 perseguindo o ideal de uma escola democrática, focando nos valores de amor ao próximo, respeito, ética, justiça, democracia e compromisso.

Percebemos que no mundo líquido moderno, a solidez das coisas, especificamente das relações humanas, vem sendo interpretada como uma ameaça, sinais claros de uma sociedade “líquida” (Bauman), introduzindo uma “mudança de épocas com avanços e conquistas” (CNBB), mas que sob o fenômeno da globalização afeta os valores, agrava o individualismo, atingindo a família e a educação. Entende-se uma economia caracterizada pela negação da superioridade do homem, fato que gera indiferença que na prática é: a ausência de políticas públicas decentes na educação, banalização da vida pela violência, e a instauração do “câncer social” da corrupção, fato esses que afetam a aprendizagem escolar.

Segundo o diagnóstico de Bauman, esse tipo de ordem social, sólida e imutável, é tudo o que não temos hoje, na sociedade que fez da liquidez seu paradigma. Isso representa, desse modo, um duro golpe para a educação escolarizada, exatamente porque o processo formativo, moldado à maneira da modernidade sólida, visava uma educação que era “feita sob medida” para a reinvenção de uma organização social (interessada na rotina e na ordem) que não é mais a que vivemos. A tese de Bauman (2000b, 2001, 2002, 2007) é a de que o “mundo do lado de fora” das escolas cresceu diferente do tipo de mundo para o qual as escolas estavam preparadas a educar nossos alunos. Em tais circunstâncias, preparar para toda a vida, essa invariável e perene tarefa da educação na modernidade sólida, vai adquirir um novo significado diante das atuais circunstâncias sociais.

Nesse contexto, a educação não é a solução para todos os problemas, sozinha não é o espaço de transformação, mas sem ela não será possível pensar um mundo mais humano. Neste sentido, a ética deverá ser o baluarte das atividades da escola, com propostas educacionais emancipatórias, perseguindo o sonho de uma sociedade mais justa, digna. A educação não se faz sem a perspectiva de transformação do homem e da sociedade. O que move o ser humano a conhecer é justamente a possibilidade de fazer-se histórico intervindo no real. Nessas circunstâncias, “o que mais necessitamos não é adaptar a educação ao mercado de trabalho, mas sim ressuscitar a arte de interação e diálogo com os outros e fomentar uma educação para a cidadania ao longo de toda a vida” (BAUMAN, 2007).

Na realidade nas adjacências do nosso bairro percebe-se um alto índice de violência, agravado pelo uso e tráfico de drogas lícitas e ilícitas. Temos percebido algumas mortes prematuras de jovens e adultos, inclusive alguns nossos ex alunos. O alcoolismo entre jovens é outro fato que é evidente. E para nossa tristeza há em nosso bairro grande número de bares e falta lazer, biblioteca e entretenimento.

Nossa escola periférica situada no grande Vitória, subdivide-se em 6 bairros, cada um com sua peculiaridade. Desses, só um possui infraestrutura: água, esgoto e pavimento que é o Conjunto Nova Vitória. Dentre estes temos um caso preocupante é o da Vila Vitória, a qual é desprovida de rede de esgoto e falta de pavimentação. Há um decorrente índice de desestruturação familiar entre os alunos da nossa escola, muitas mães devido ao trabalho, não conseguem garantir a presença dos filhos na escola, o que causa uma baixa frequência e conseqüentemente a evasão. O processo ensino aprendizagem é progressista crítico social dos conteúdos. A escola tem experiência com projetos que informam um desejo de interdisciplinaridade. A pesquisa como princípio educativo ainda precisa ser foco. A escola realiza em sua prática o Conselho de classe participativo com a fala do aluno através de relatórios, onde todos abordam o que é necessário para a melhoria da aprendizagem. No mesmo, todos avaliam e são avaliados, elaborando metas para tentar sanar as dificuldades elencadas.

Na caracterização da Seeduc a nossa escola é categoria tipo B, no rankint estadual do ano de 2017 estamos no 20º lugar dentre as escolas estaduais de Imperatriz no IDEB. A média do IDEB até 2017 é 4.0. A nota no Enem é de 462,2 em 2015. Nossa taxa de reprovação é de 4,7%, o abandono é de 9,8%. O percentual de evasão é algo que enfeia o nosso Ideb e é preocupante, especificamente na 1ª etapa da Eja e na 1ª série. Precisamos melhorar nossos indicadores no tocante a evasão. REFAZER PARA SEGUNDO DIA

Nossos **pontos fortes** : gestão democrática e colegiada, recebimentos de alguns recursos do FNDE e FEE para manutenção da escola e investimento na aprendizagem, interesse de cerca de 65% dos nossos alunos pelo exame do Enem, desejo de ascensão social de alguns alunos, disposição do pedagógico em atender ao professor e aluno. A gestão democrática tem sido o foco e está em andamento, a maioria dos professores atuam na área de sua formação temos desenvolvido trabalho com projetos, atenção às famílias com ligações, diálogo pedagógico e visitas; algo altamente positivo, a maioria dos nossos alunos, têm suas residências com proximidade da escola. Temos 60% dos estudantes com boa assiduidade, o perfil deles revela que são adolescentes proativos o que demonstra o ganhar de prêmios em alguns projetos externos, em 2016, como o PJB e Escola Sustentável. A aprovação de alguns alunos no Enem e em outros vestibulares é algo que enalteceu o nome da escola.

No entanto temos **os desafios/problemas a serem sanados**: unidade no grupo de trabalho, resolução de conflitos internos, descentralização das tarefas, falta de respeito ao papel da gestão, falta de Asgs, copeira e vigilantes para atender a demanda, recursos financeiros insuficientes para atender a todas as necessidades,

acentuada deficiência na leitura e escrita especificamente nas 1ª séries, falta de cadeiras novas, combater a evasão acentuada principalmente na 1ª etapa Eja e 1ª série do ensino Médio regular, o não conciliar trabalho e escola dos alunos noturno, falta de perspectiva com futuro e estudo em casa por parte de alguns alunos, desestrutura familiar, acompanhamento dos pais aos filhos na escola (omissão), falta de um laboratório de informática, visto, falta de segurança na escola durante o dia, baixa frequência por parte de alguns alunos, principalmente na 1ª etapa da EJA e no 1º ano do ensino médio regular. No ano de 2016 tivemos um percentual de 85% de participação no Enem e baixo índice de aprendizagem nas avaliações externas (ENEM); repetência em maior grau nas 1ª e 3ª séries; falta de lazer esportivo em consequência de uma quadra de esporte descoberta, inadequada e inservível; pais ausentes dos problemas escolares dos filhos.

O grupo de **docentes** conta com 27 profissionais, temos 17 professores para atender uma clientela discente de 331 alunos. A média nacional é de 15 a 16 alunos por professor. Com referência a formação profissional, todos são habilitados em nível superior, de acordo com a portaria -----da Seeduc a escola procura cumprir o reordenamento, onde cada um é lotado em sua área. Dos 17 professores, temos 1 com mestrado e 8 com especialização, o que perfaz um total de 52% de especialistas. Suas idades variam na média de 24 a 61 anos, **2** tem de 24 a 30 anos, **2** de 30 a 40, **7** de 41 a 50, **6** de 51 a 61 anos. O grupo é proativo, porém ainda percebemos a carência de mais formação para o entendimento sobre o uso da metodologia dialética especificamente na instrumentalização. A hora atividade é um desafio visto que careceremos de uma melhor logística para sua funcionalidade. A avaliação, principalmente a forma e os instrumentos precisam ser melhor compreendidos e trabalhados para que haja a adequação específica para melhoria de nossos indicadores nas avaliações internas e externas. O grupo de educadores busca ser unido. Percebe-se a necessidade de inovações nas práticas pedagógicas de alguns para que a aprendizagem seja mais significativa. Ainda precisamos vencer a resistência às formações continuadas. No entanto, estamos trabalhando para erradicar as nossas fraquezas.

Gardênia Silva de Sousa
Humberto Alves Veloso
Ijanes Guimarães Santos
José Daniel Gomes Pereira Filho
Lucimary Oliveira Araújo
Lidiane Silva de Sousa
Maria Jucilene Laurindo da Silva
Maria Silva Oliveira
Marinete Neres Ferreira
Maria Alves dos Santos
Maria Gonçalves Menezes
Marinalva de Jesus Macena
Maria Rita Rego Lima
Ruiteir Silva Amazonas
Sirlan Cortez Silva Viana
Sônia Batista de Almeida
Soraia Pereira Lima
Sid Aurélio Reginaldo de Melo
Terezinha Barros Mendes
Verônica Oliveira Silva
Antonio Gonçalves César
Carlos Cruz Gomes
Sérgio Luiz dos Santos
Luiz Odísio Maia
Lusinete da Silva Pereira
Waldean Pereira Sales
Walber Silva Carvalho
Zoé da Silva de Almeida

2.3 Equipe técnico-administrativa

Biblioteca:
Maria Dalva Oliveira Launé
Maria Goreth Bandeira Nóbrega
Eudina da Costa Silva
Auxiliar de secretaria:
Helenice Lima da Silva
Maria do Carmo Rodrigues
ASGs:
Josileide Nascimento Lima
Maria Rita Gonçalves dos Santos
Mábel Cristina Silva Lima
Douracy Siqueira da Silva

2.4 Histórico do Centro de Ensino Prof. Edinan Moraes

Devemos preservar nossa identidade, nossas raízes, através da nossa história, pois o homem renasce todos os dias. E nesse renascer vai-se construindo na relação com os outros, mudando sua forma de ser, pensar e agir em todas às épocas e momentos. Buscando, através

de uma reflexão conjunta, entender o contexto no qual está inserido, respeitando-o para compreendê-lo e assim, desenvolver ações de ajuda mútua.

Todos os envolvidos no processo educacional do Centro de Ensino Prof. Edinan Moraes, procuram compreender o seu contexto para melhorar a qualidade do serviço oferecido à comunidade, além de fazer uma leitura crítica desse processo histórico.

Os relatos históricos da comunidade contam que a escola começou a funcionar precariamente em um galpão semiaberto como Escola municipal Dilermano Reis, tinha como diretora a professora Iolanda Cortez. Ainda em 1988 foi construída a atual sede pelo então prefeito Dr. José de Ribamar Fiquene.

O marco inicial da fundação da escola foi no dia 10 de setembro de 1988, passando a se chamar Escola Municipal Davi Alves Silva em homenagem ao ex prefeito de Imperatriz. Começa atendendo crianças e jovens nos níveis de Educação Infantil a Ensino Fundamental. Desde sua inauguração já configurava como uma escola de grande porte para o bairro, com 16 salas de aula, sala de professor, secretaria, sala da diretoria, cantina e depósitos. Nessa época as diretoras eram as Sr^{as}. Maria de Jesus Garcês e Isaura Nascimento Xavier, permanecendo essas na direção até o ano de 1995, quando a escola foi estadualizada.

A estadualização foi instituída pelo decreto nº145/95 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Senhor Dr. José de Ribamar Fiquene, e passando a integrar-se às demais escolas estaduais como o nome de: Unidade Integrada Edison Lobão. Homenagem prestada pelo Governador da época, Dr. José de Ribamar Fiquene ao ilustre amigo Edison Lobão. Na ocasião, conclama-o ainda de patrono da mesma, em reconhecimento ao seu grande trabalho no Estado do Maranhão, como um todo, quando em sua gestão como governador.

Nesta época sob o comando do Estado assumiu a direção indicados pela Subsecretaria de Educação da Região Tocantina Sr^a Adalgisa Moreno de Sousa. Foram nomeados pelo então secretário do Estado da Educação Dr. Gastão Vieira, a equipe que ficaria responsável pela escola, Sr^a Maria das Graças Oliveira Saraiva como Diretora Geral, auxiliadas pelos diretores adjuntos, Meirenice de Pinho e Edinan Alves de Moraes e como Secretária Vera Lucia Rocha Oliveira Gomes.

A fim de atender a demanda e as necessidades da comunidade escolar do bairro em relação ao Ensino Médio, no dia 02 de abril de 1998, foi reconhecida pela Resolução nº 37/2003 do Conselho Estadual de Educação e passou a se chamar, Complexo de Ensino Fundamental e Médio Edison Lobão. Em 2017 passou por um processo democrático de

mudança de nome de acordo com o Decreto Nº 31.469 04/01/2017 que trata da alteração do nome das escolas de rede estadual ensino.

Atualmente, chama-se Centro de Ensino Prof. Edinan Moraes. A equipe responsável e a Profª Maria das Graças Oliveira Saraiva como Diretora Geral, Rosa Dourado de Mesquita e Maria Telma Leite Rocha como gestoras adjuntas e Noélia Nunes Veloso como coordenadora.

2.5 Atos oficiais

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO
Resolução nº 102/95 CEE- ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 8ª SERIE

RECONHECIMENTO DO ESTABELECIMENTO E MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO
Resolução nº 037/2003/ CEE

RECONHECIMENTO DO CURSO DE 2º GRAU
Resolução nº 393/2003 /CEE

2.6 Organização do espaço físico

A escola possui uma estrutura física regular com 13(treze) salas de aula, piso de cimento queimado precisando de reparos; 1(uma) cozinha com boa estrutura, cerâmica nas paredes e no piso; 1 (um) depósito de material de limpeza; 1 (uma) sala onde funciona a diretoria; 1 (uma) sala de informática; 1 (uma) sala climatizada para conforto dos professores, com banheiro interno; 1 (uma) sala de TV e vídeo climatizada; 2 (dois) banheiros, um masculino outro feminino, cada um com quatro sanitários sendo um com portas alargadas para a acessibilidade dos alunos com deficiência; um pátio coberto para a realização de atividades e uma secretaria para atendimento dos alunos, professores e pais. A escola não possui quadra de esportes, os alunos fazem suas atividades de Educação Física no pátio da escola.

2.6.1 Biblioteca

A biblioteca do Centro de Ensino Prof. Edinan Moraes possui um acervo com 7.148 exemplares. Todos disponível aos alunos, professores e a comunidade.

2.7 Oferta de cursos e modalidades

O Centro de Ensino Prof. Edinan Moraes, através do Artigo 32 à 38 da LDB (Leis de diretrizes de Bases da Educação) estabelece a oferta de Ensino Médio, nos períodos matutino, vespertino e noturno. A carga horária mínima anual deste Estabelecimento de Ensino é de 800 (oitocentas) horas, distribuída em duzentos (200) dias letivos de trabalho escolar.

1. IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO ESCOLAR

Este Centro de Ensino Tancredo de Almeida Neves, está localizado na Rua Antônio de Miranda, S/N Bairro Vila Redenção I, cidade Imperatriz/MA. Foi fundado em 29 de outubro de 1987, na Administração Municipal do Exmº Prefeito Drº José de Ribamar Fiquene, com o nome de Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, em homenagem ao falecido Presidente da República Tancredo de Almeida Neves, que não conseguiu tomar posse do cargo eleito. A escola passou a atender toda a população do emergente bairro de Vila Redenção, formando uma população em sua maioria de pessoas de baixa renda familiar, desempregados e subempregados, características que até hoje, com algumas exceções ainda se mantém neste bairro de periferia. Em 1994 foi publicado no decreto nº. 13933 de 04/06/1994, no Diário Oficial do Estado do Maranhão nº. 089 de 10/05/1994, o Reconhecimento Legal da Escola Nº: 060/2005, autorizada pela Resolução de Nº. 082/2000. Hoje a escola funciona nos turnos matutino e vespertino, com Ensino Médio regular. O Centro de Ensino Caminho do Futuro está localizado à Rua Álvaro Pereira Nº 800, no Bairro Vila Nova em Imperatriz-Ma.

Diante da responsabilidade quanto à manutenção do ensino básico, o Centro de Ensino passou em 1994 a pertencer a Rede Estadual de Ensino do Maranhão, através da Lei nº 730/94. Com essa mudança o Centro de Ensino passou a atender também o Ensino Médio, sendo esta uma grande conquista da comunidade que há tempos lutava pela oferta desta modalidade de ensino no bairro.

Até o ano de 2012, o Centro de Ensino funcionou ofertando o Ensino Fundamental e Médio. Desde então, a mesma só atende o Ensino Médio, sendo um dos principais centros de ensino da grande Vila Redenção com uma área total de 8.211,80m². O referido centro é ainda destaque quanto a qualidade do ensino ofertado e quanto aos projetos desenvolvidos.

2. MARCO SITUACIONAL

2.1 Visão estrutural

Se compreendermos a realidade como caracterizada pela constante transformação, podemos afirmar que a realidade brasileira ainda é muito injusta, com muitas diferenças culturais, sociais e econômicas. As desigualdades são alarmantes, gerando, por conseguinte, um quadro de exclusão social. Esse quadro também se apresenta em nosso contexto.

2.2 Diagnóstico

O CE Tancredo de Almeida Neves é uma escola Pública Estadual que ainda conserva um pouco de tradicionalismo, no aspecto disciplinar. Todavia, quanto à proposta de ensino, o Centro de Ensino trabalha com projetos desde 2010, com o objetivo de propiciar a interdisciplinaridade e a pesquisa como extensão, a fim de conceber aos alunos maior envolvimento e conhecimento.

A concepção de gestão praticada neste Centro de Ensino é democrática,

participativa e descentralizadora, o que imprime confiança e credibilidade tanto perante a comunidade quanto ao corpo docente, discente e demais funcionários. E isso, acaba refletindo positivamente no comprometimento pedagógico dos professores.

O CE Tancredo de Almeida Neves uma instituição de porte médio que atende apenas ao Ensino Médio nos dois turnos de funcionamento com 9 turmas, perfazendo um total de 329 alunos. Conta com o trabalho de 50 profissionais.

A comunidade local é composta por trabalhadores da horticultura, trabalhadores informais e formais (prestação de serviços e indústria), além da existência de muitos subempregados e desempregados sobrevivendo com a ajuda da Bolsa Família, Programa do Governo Federal de auxílio às famílias de baixa renda. Portanto, é uma clientela heterogênea.

Para um bom funcionamento o Centro de Ensino, conta com o apoio de importantes parceiros no fortalecimento de suas ações, dentre os quais: Professores voluntários ministrando aulas no contra turno para os alunos do 3º ano do período letivo em curso; Polícia Militar do Estado do Maranhão através do Programa PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), que além de proporcionar maior segurança às atividades culturais e disponibiliza-se também para ministrar palestras de cunho educativo e de prevenção sobre temáticas atuais.

As parcerias são sempre bem vindas, visto que, estas contribuem significativamente empreendendo ações para que a escola real, a que temos, possa se tornar a escola ideal, a qual queremos.

CENTRO DE ENSINO UNIÃO
PATRONO: NELSON MANDELA

“A educação é a mais poderosa arma pela qual se pode mudar o mundo”.

HISTÓRICO ESCOLAR

O Centro de Ensino União foi fundado em 1968, pelos trabalhadores rurais da União Operária e Agrícola de Imperatriz - Maranhão. Tendo como objetivo atender a necessidade escolar dos filhos dos associados, bem como a comunidade do bairro, devido a carência de escolas.

Nesta época o senhor LUÍS FARIAS, conhecido como MESTRE COSME, pedreiro que sempre procurou oferecer o melhor para seus filhos e comunidade proporcionou a integração das famílias na luta pela criação da ESCOLA UNIÃO, esta dedicação e luta por uma educação para todos, fez com que o Senhor Luis Farias fosse homenageado como o Patrono da Instituição Educacional, naquele período.

A primeira diretora foi a Professora Maria Andrade de Sousa, seguida de outras que deram continuidade ao projeto ensino-aprendizagem, em que deve existir o aprender a aprender para o crescimento educacional.

Em 1971 na gestão do Prefeito Renato Cortez Moreira, a escola foi construída com recursos municipais na Rua D.Pedro II,S/N, em frente a Praça União.

Na década de 1990, a Escola União passou a ser da rede Estadual.

Contudo, em 2010 a escola mudou de endereço, passando a funcionar no Bairro Cafeteira no turno noturno em dois prédios cedidos pelo Município, que foram a Escola Municipal Ipiranga e Escola Municipal Maria das Neves, com o Ensino Médio Regular e EJA, formaram 10 turmas de alunos.

Todavia, em 2011, a Escola funcionou com 9 turmas à noite no prédio cedido pela Prefeitura, Escola Santa Teresa D’Villa.

Mas, em 2012 o Governo estadual vendo a situação peregrina da Escola União e a necessidade de Ensino Médio na modalidade regular e EJA, na grande Cafeteira, fez um acordo com o Município, para que o mesmo doasse um prédio inativo, situado na Avenida Liberdade, S/N, Bairro Parque Amazonas, CEP 65.911.500. Baseado no principio da conveniência e oportunidade fez, o Governo do estado representado pela UREI – Unidade Regional de Educação -, na pessoa do seu Gestor de Educação Agostinho Noletto, reformou o mesmo e atribuiu o nome “NELSON MANDELA” para patrona da escola. Desta forma, a instituição funciona atualmente nos turnos

vespertino e noturno com 8 salas de aula, 12 turmas, 01 biblioteca, 01 cozinha, banheiros, 01 laboratório de informática, sala para professores e coordenação, sala para secretaria e direção, 30 professores, um apoio pedagógico, um auxiliar de secretaria, secretária, e gerida pelas Senhoras Francisca Sousa Silva e Mari Dalva de Sousa Pinto.

1 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

1.1 Um pouco da história do CE Urbano Rocha

O Centro de Ensino Urbano Rocha, situado à Rua Maranhão, s/nº, esquina com a Av. Bernardo Sayão, no Bairro Nova Imperatriz, foi fundado no dia 01 de Março de 1971, denominado Escola Municipal Urbano Rocha. Funcionava em uma casa alugada, nos turnos matutino e vespertino, com cerca de 60 alunos, tendo como patrono o ex-prefeito Urbano Rocha Miranda, natural de Imperatriz, que foi brutalmente assassinado no dia 10/07/1953, com apenas 34 anos de idade.

Em 1972, no governo do prefeito Renato Cortez Moreira, foi construído o prédio com quatro salas de aula, uma secretaria, uma cantina, um depósito, quatro banheiros, sendo dois femininos e dois masculinos. O Secretário de Educação na época era o Sr. Itapoã Martins. Em 1978, na administração do prefeito Carlos Gomes de Amorim foram construídas mais duas salas de aula, perfazendo um total de seis salas.

Em 1987, na administração do prefeito José de Ribamar Fiquene, foram construídas mais oito salas de aula, atingindo um total de doze salas de aula, uma secretaria, uma sala de professores, um depósito, um almoxarifado, uma cantina e doze banheiros, sendo cinco femininos, cinco masculinos para os estudantes e dois para professores, um masculino e um feminino, atingindo uma área construída de 1.089,70 m², tendo sido restaurada por duas vezes.

Em maio de 1994, no Governo de José de Ribamar Fiquene, a Escola foi estadualizada, recebendo a denominação de Unidade Integrada Urbano Rocha, pela Resolução nº 209/96 – CEE. Em 1997, no Governo de Roseana Sarney, no período de janeiro a abril, a Unidade passou por uma reforma geral e foi ampliada com cobertura na entrada, bem como, assento nas arandelas.

A Unidade Integrada foi reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão pela Resolução nº 91/86 – CEE. O Ensino Médio regular foi criado em agosto do ano de 2001, e reconhecido pelo decreto nº 423/03-CEE de 11 de Dezembro de 2003.

Hoje, o Centro de Ensino Urbano Rocha, além das dependências citadas possui também uma biblioteca em funcionamento, um laboratório de informática, uma sala de recursos e um auditório. Funciona nos três turnos de trabalho com dezenove (19) turmas de Ensino Médio, sendo quatorze (14) turmas de Ensino Médio Regular e cinco (05) turmas de Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Este Centro de Ensino tem atualmente um total de 715 alunos, sendo 485 alunos matriculados no Ensino Médio Regular e 148 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, sob a direção da Gestora Geral professora Gizelda Pereira do Nascimento e da Gestora Adjunta professora Madaly de Carvalho Lima. Tem o seu quadro de funcionários formado ainda por uma (01) secretária, seis (06) auxiliares de secretaria, três (03) coordenadoras pedagógicas quarenta e dois (42) professores efetivos três (03) vigias e cinco (05) assistentes de serviços gerais.

1.2 Patrono Prefeito Urbano Rocha

PREFEITO URBANO ROCHA URBANO DA ROCHA MIRANDA, filho orgulhoso dessa terra do Frei, nascido em 10 de março de 1919, descendente de uma família com grande influência na história da política partidária imperatrizense, ainda jovem, teve participação nas decisões importantes desse município na qualidade de vereador, de prefeito nomeado em 30 de abril de 1948, e mais tarde, prefeito eleito em 3 de outubro de 1950, através de voto democrático, assumindo referido cargo em 31 de janeiro de 1951 permanecendo até o dia 19 de junho de 1953, quando fora assassinado durante uma emboscada por policiais da época. Foi um governo que durou pouco, porém, deixou sua marca como grande administrador público. Em sua gestão construiu o prédio da prefeitura municipal - hoje, Paço da Cultura; iluminou a cidade trazendo para cá uma termoelétrica, mas não pode ver seu sonho realizado porque, segundo alguns escritos, sua trágica morte teria acontecido seis dias antes da grande inauguração. Foi um governo voltado para as pessoas mais necessitadas, para os humildes, ou seja, para a população mais pobre. URBANO ROCHA faleceu aos 34 anos de idade, era casado com a sra. Augusta Marinho Rocha, e deixou órfãos

6 filhos: Franklin Delano Marinho Rocha, Maria de Médicis M. Rocha, Euda M. Rocha, Uram Marinho Rocha, Manoel Rocha Neto e Sebastiao Marinho Rocha.

2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO DESEMPENHO DOS ALUNOS DA ESCOLA

A Escola contemporânea possui uma grande parcela de responsabilidade social, no tocante a questões que dizem respeito à sobrevivência e continuidade da espécie humana, bem como aos elementos imprescindíveis para que tal fenômeno esteja garantido.

Além de cuidar dos conteúdos culturais, que fazem parte do currículo e são notoriamente trabalhados pelos professores em sala de aula, garantindo as bases para tal continuidade, por meio da dimensão formal do conhecimento adquirido, há ainda a responsabilidade de desenvolvê-los dentro de uma abordagem que contextualize os seres humanos no tempo e no espaço, suas ações, colaborações, ou seja, cuidar de oportunizar reflexões e práticas favoráveis a construção do conhecimento, ao mundo do trabalho e a preservação e sustentabilidade do ambiente e, por conseguinte, a vida.

Não é uma tarefa das mais fáceis agregar saberes ressignificando-os numa perspectiva ética capaz de favorecer o desenvolvimento da consciência que sendo individual é ao mesmo tempo coletiva, que oportunize reflexão para a ação e tomada de atitude, proporcionando harmonia entre a capacidade de produção, inclusive científica e o respeito ao ambiente e aos outros seres vivos.

Vive-se uma crise de valores perceptível nas diversas maneiras de ler o mundo e de lidar com a realidade. O capitalismo, modo de produção dominante, seu incentivo ao individualismo, acúmulo de bens e a exploração de recursos, serviços e pessoas, bem como os vícios de sistemas político-administrativos, a massificação da cultura e o desrespeito aos direitos humanos, a ineficácia das políticas públicas, tudo isso aliado à precária escolarização ou à ausência quase que completa dela, entre outros fatores, representam problemas em muitos países.

Essas questões acima mencionadas são facilmente perceptíveis no Brasil em todas as unidades que compõem a federação. É obvio que há elementos que se destacam com maior ou menor ênfase, de acordo com a região, no entanto, vale

ressaltar que algumas são bastante perceptíveis em Estados do Norte e Nordeste, provavelmente pelo histórico de povoamento e colonização dessas regiões.

Imperatriz é a segunda maior cidade do Estado do Maranhão, possui, segundo o Censo, uma população de aproximadamente 250.000 habitantes. O município possui grande potencial comercial, industrial e agropecuário, vivendo hoje como polo de atividades secundárias e terciárias. Sendo considerado também como polo educacional na região tocantina. Possui vinculadas à Rede Estadual cerca de 22 escolas, e dentre estas encontra-se o Centro de Ensino Urbano Rocha.

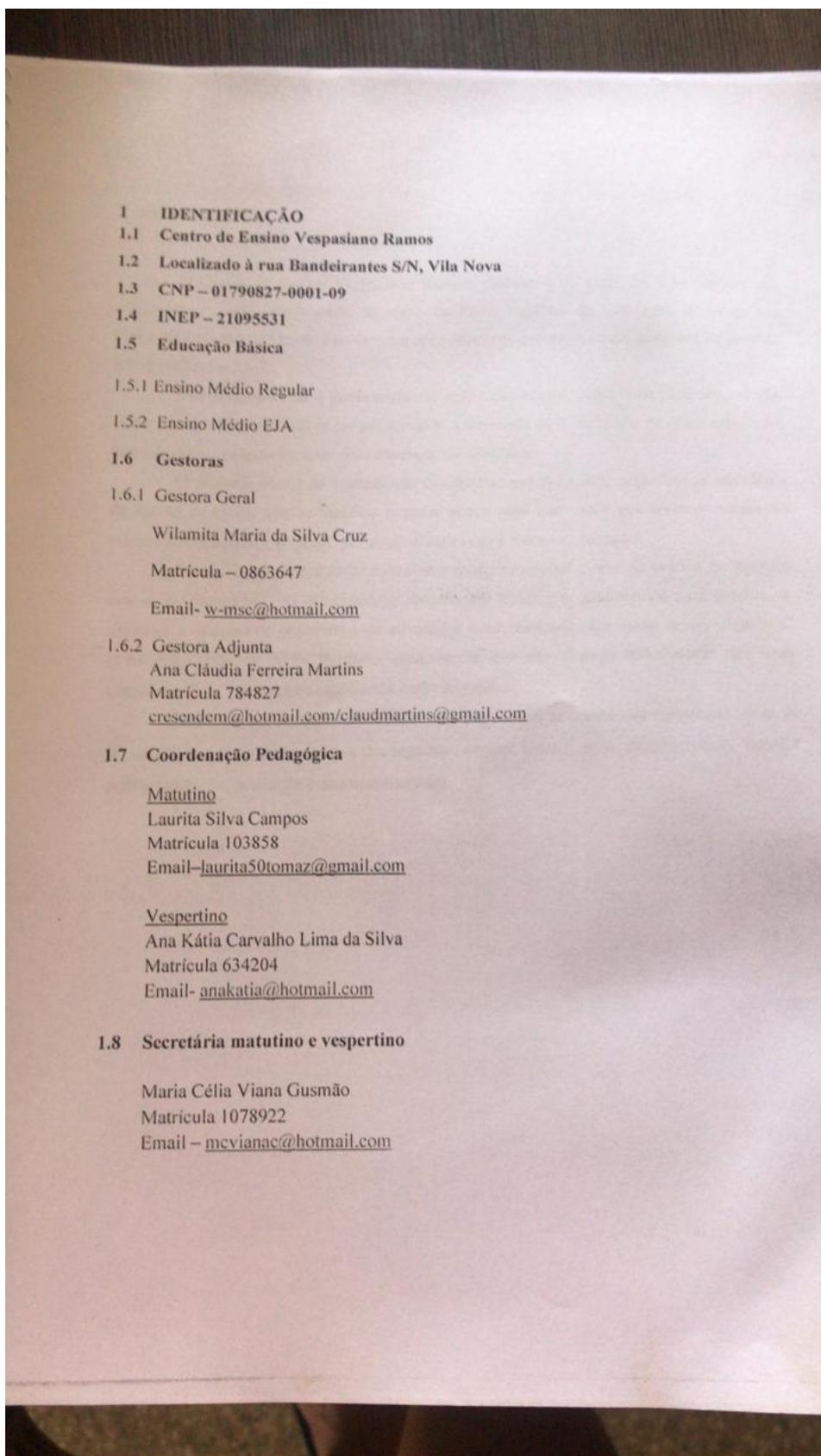
A Escola atende alunos com realidades diversas, tendo em vista a sua localização e acesso favoráveis a alunos urbanos, do centro e dos bairros, bem como a estudantes que residem no percurso da estrada do arroz. Nela estão matriculados, 715 alunos e alunas. Pode-se considerar como pontos fortes a assiduidade dos professores, o trabalho perceptível da equipe gestora por meio de parcerias com outras instituições, a coordenação atuante e o excelente trabalho por meio de projetos pedagógicos e interdisciplinares. No entanto ainda apresenta pontos de fragilidade no que diz respeito à ausência da família, a falta de recursos didáticos como máquina copiadora, projetor multimídia entre outros. Além disso, há a falta de motivação dos alunos e a não oferta de algumas disciplinas cuja carga horária encontra-se em aberto. Aliado a essa questão, os computadores não funcionam, fator que impossibilita que os alunos pesquisem em ambiente virtual, ampliando, assim, seus conhecimentos. As dificuldades não aparecem apenas quando se trata do laboratório, mas por todo o prédio, tendo em vista que o mesmo necessita de uma reforma geral.

Percebe-se a necessidade de estruturar os instrumentos de apoio à gestão, tais como a parceria com as famílias, o Grêmio Estudantil, o Colegiado e a Caixa Escolar. No aspecto melhoria na qualidade do Ensino, torna-se necessária a participação de todos os professores quando ofertada formação continuada.

Há por parte da equipe gestora e demais funcionários da Escola a compreensão de que o respeito, a solidariedade, e a tolerância são valores imprescindíveis para uma boa convivência no ambiente escolar.

A fim de compreender melhor toda a estrutura, a proposta pedagógica e construir alternativas para melhorias nas relações entre alunos e profissionais, bem

como, nos resultados da aprendizagem, é importante fazer uso de dados estatísticos, como estes aqui apresentados.



2 INTRODUÇÃO

O Centro de Ensino Vespasiano Ramos, embasado na LDB, lei 9.394/96 em seu artigo 121 e dando cumprimento às metas do Plano Nacional de Educação, apresenta seu Plano de Trabalho de Gestão Escolar com seus objetivos e metas a serem atingidos no período letivo de 2016 e 2017.

Esta proposta visa a implantação de ações que venham contribuir para um trabalho educacional mais significativo proporcionando a formação da consciência de todos que fazem parte da escola proporcionando uma educação de qualidade.

O presente Plano de Trabalho de Gestão tem por finalidade organizar as atividades da escola de modo que as mesmas estejam claras para que todos que tiverem acesso ao mesmo as conheçam e possam, assim, contribuir com a sua concretização.

O planejamento é algo importante em qualquer situação, mas na prática pedagógica este é imprescindível, "o planejamento consiste em ações e procedimentos para tomada de decisões a respeito de objetivos e de atividades a ser realizadas em razão desses objetivos" (LIBÂNE, 2006, p. 345). Portanto, uma escola que não planeja dificilmente terá seus objetivos claros e tampouco os mesmos serão atendidos.

Nesse sentido, o Plano de Gestão está organizado de forma que contemple todas as instâncias da escola compondo-se das seguintes seções: identificação, caracterização, metas e ações, objetivos, avaliação e acompanhamento.

1.1 Identificação e Histórico Escolar

O Centro de Ensino Vespasiano Ramos está situado à Rua Bandeirantes, s/nº, Bairro Vila Nova, mantida pelo Governo do Estado nos termos da legislação em vigor.

Nossa história é referenciada pelo Frei Epifânio da Abadia, um sacerdote exemplar que dedicou sua vida às causas cristãs e sociais. Foi um vigário da paróquia São Francisco que, percebendo as necessidades da comunidade, oportunizou um local de formação básica na capela Menino Jesus de Praga. A construção do prédio se deu no final do ano de 1976, no governo de Dr. Nunes Freire e na administração do interventor Barateiro da Costa. Desde então funcionou do Pré-Escolar à 4ª Série nos turnos matutino e vespertino.

Em março de 1986 foi reconhecida como escola de 1º Grau de acordo com a resolução nº 93/86 CEE-MA e passou a funcionar como Escola Municipal de 1º Grau Vespasiano Ramos.

Em 1994 foi estadualizada pelo Governador José de Ribamar Fiquene e houve mudança de nome para Unidade Integrada Vespasiano Ramos, conforme resolução e nº 210/96 CEE.

Nos anos de 2001-2002 fez parte do programa "Viva Educação" implantado pelo Governo do Estado, atendendo três turmas de tele-salas em caráter de extensão do Complexo Educacional Jonas Ribeiro.

Em 2002 foi autorizada a funcionar o Ensino Médio Regular de acordo com a resolução de nº 82/2000 do CEE- processo 134/2003 do CEE. E a partir de então o Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) esteve em processo de eliminação.

Atualmente a escola encontra-se autorizada e reconhecida pelo CEE em três modalidades de ensino: Ensino Fundamental Regular – 5ª a 8ª série (Resolução 093/86 - CEE), Ensino Medio Regular (Resolução 135/16-CEE), Ensino Fundamental EJA (Resolução 117/2010 – CEE). Em 2010 funciona nos três turnos, matutino e vespertino de 5ª a 8ª série e noturno com Ensino médio – EJA – (Resolução 135/16-CEE)

A escola funciona com o Colegiado Escolar e Caixa Escolar.

Patrono e Biografia – Joaquim Vespasiano Ramos nasceu no dia 13 de agosto de 1884 em Caxias – MA, e faleceu em 26 de dezembro de 1916 em São Luis-MA, foi poeta e comerciante.

APRESENTAÇÃO

O Centro de Ensino Vinicius de Moraes em seu percurso propõe-se a contribuir com a formação plena do caráter humano onde o indivíduo possa compreender valores básicos do Cristianismo. Valores estes, respaldados pelos ensinamentos de Jesus Cristo em sua passagem antes de sua morte e ressurreição. “Amar o próximo como a si mesmo” e “Amarás o teu Deus antes de todas as outras coisas”, princípios cristãos e éticos para a construção de uma sociedade pautada no respeito e na solidariedade com estrutura relevante para uma educação humana e fraterna. Compreendendo a existência de Deus pela fé através da vivência.

Por acreditar no respeito à diversidade religiosa como fator de fundamental importância à harmonia no ambiente educacional, e ainda, que a formação do cidadão tem início no seio do lar e que a escola, como segundo lar, com sua educação formal, sistematizada, tem em seu cunho as possibilidades de ampliar tais valores e muito além, difundi-los, tornando a compreensão da própria existência humana um exercício da cidadania, onde cada um exerce seus direitos, cumprindo seus deveres.

Nesta proposição, busca-se a orientação dos corpos administrativo, docente e discente ao reconhecimento das suas potencialidades e habilidades respeitando seu próprio espaço como também o espaço do outro, tendo em vista que a tolerância e o respeito mútuo abrem caminhos à integração, crescimento e companheirismo entre os indivíduos.

Neste sentido ao reportar-se ao lema da República Federativa do Brasil, “Ordem e Progresso”, o Centro de Ensino Vinicius de Moraes, através dos órgãos representativos de sua comunidade, Colegiado, Conselho Fiscal, Caixa Escolar e corpo técnico, no uso de suas atribuições gerais, elaboraram e deliberaram o Regimento Escolar, documento composto de normas, regras, direitos e deveres, que serve de bússola aos administradores, professores, pais e alunos, que compõem esta comunidade escolar, informando-lhes as medidas que precisam ser adotadas, para usufruírem de modo satisfatório as oportunidades oferecidas durante os anos de estudos nesta instituição disponibilizados. Para que tais decisões sejam bem fundamentadas e asseguradas se faz necessário que, cada membro assumam com responsabilidade o seu papel dentro do processo educativo para o bom desempenho do processo ensino aprendizagem.

Os órgãos representativos, somados aos profissionais que compõe a equipe CE Vinicius de Moraes, dotados de formação compatível com a qualidade exigida para cada função pertinente apropriam-se dos conhecimentos científicos e políticos, valores e atitudes, aspectos indispensáveis à compreensão da política educacional do atual contexto da reforma estrutural de sistematização teórica e prática, de modo a contribuir para a construção da cidadania.

8ª série – EJA do Centro de Ensino Castelo Branco.

Recentemente esta escola passou a ser chamada de Centro de Ensino Vinícius de Moraes, mediante decreto nº 30.618 de 02 de janeiro de 2015. Atualmente a escola funciona com Ensino Médio Regular 1º a 3º do Ensino Médio.

2.2 Espaço Físico:

A escola possui prédio próprio, com área de 870,68m² distribuídos em 08 salas de aula, 01 secretaria, 01 sala da diretoria, 01 sala de professores, 01 pátio descoberto, 01 sala de depósito de objetos inservíveis, sala multifuncional, biblioteca, cozinha, despensa, banheiro, quadra de esportes.

Passou por uma reforma no período de fevereiro a setembro/97. Com recursos oriundos do Projeto Nordeste. A obra foi executada pela S.O.S - Engenharia- Sociedade de Obras e Serviços LTDA. A reinauguração aconteceu no dia 30 de setembro de 1998. Apesar de ser um considerado avanço a sua estrutura física ainda é considerada inadequada, necessitando de sala de vídeo e refeitório.

A composição do Corpo Escolar se faz com um total de 03 turmas, 120 alunos, 01 gestora geral, 01 vice-gestora, 01 coordenadora pedagógica, 01 secretária, 01 auxiliar pedagógica, 01 assistente de informática, 02 vigias e 02 ASGs e 01 merendeira.

3. MARCO SITUACIONAL

3.1. Visão Estrutural

O Centro de Ensino Vinícius de Moraes está situado em Imperatriz, cidade considerada a segunda maior do interior do Estado, localizada na região Sul do Maranhão a localização da escola á direita está BR 010 e a sua esquerda o rio Tocantins, dividindo os estados de Maranhão e Tocantins.

Sua população com aproximadamente 300 mil habitantes, é formada por uma diversidade étnica oriunda de diversas cidades, em busca de melhores condições econômicas e qualidade de vida, pois a posição geográfica (Latitude 5° 31'35" e longitude 47°29'30"), social e os recursos naturais são favoráveis a tais aspirações.

A cidade tem crescido, com a demanda e a mistura de povos, heterogeneidade que a inclui no quadro de outras grandes cidades. Com o desenvolvimento industrial, atualmente soma-se ao comercial, atraindo então setores como: Educacional, Cultural, que contribui para o melhor desenvolvimento da cidade.